

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Clara Daniela Peixoto Magalhães

A Valorização patrimonial do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde (Braga)



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Clara Daniela Peixoto Magalhães

A valorização patrimonial do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde (Braga)

Relatório de Estágio

Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro

junho de 2017

DECLARAÇÃO

Nome: Clara Daniela Peixoto Magalhães

Endereço eletrónico: claramagalhaes88@hotmail.com

Número do Cartão do Cidadão: 13331534

Título do Relatório de Estágio: A valorização patrimonial do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde (Braga)

Orientador: Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro

Ano de conclusão: 2017

Designação do Mestrado: Património e Turismo Cultural

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Agradecimentos

A produção deste relatório foi uma longa caminhada, marcada por muitos desafios que apenas foram ultrapassáveis devido ao apoio, ajuda e orientação de várias pessoas.

Em primeiro lugar quero agradecer à Professora Doutora Maria do Carmo Ribeiro, orientadora científica deste relatório de estágio, por desde o início me ter apoiado, mostrando-se sempre disponível e pronta a ajudar.

De seguida quero agradecer aos meus pais, pilares que sempre me sustentaram ao longo deste difícil trilha e que ultrapassando as meras palavras me acompanharam no terreno várias vezes. Sem o seu companheirismo, paciência, dedicação e amor jamais seria possível terminar este projeto.

À Câmara Municipal de Vila Verde por me ter acolhido e auxiliado neste trabalho, em especial à Doutora Adélia Santos, que se mostrou sempre disponível para me passar informações e conhecimentos pertinentes.

Agradeço à Associação Espaço Jacobeus e ao seu representante na Delegação de Vila Verde, Manuel Gonçalves por todo o apoio, incentivo e troca de ideias e experiências.

Ao meu agrupamento, 811 S. Sebastião Oleiros, que sempre me incentivou a percorrer este caminho.

Por fim, um agradecimento às minhas amigas Rosa, Maria João, Marcela, Jéssica e Catarina por todo o apoio, incentivo e companheirismo.

Resumo

O presente relatório traduz os resultados obtidos num Estágio realizado na Câmara Municipal de Vila Verde, centrado na *Valorização patrimonial do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde (Braga)*.

Apesar dos estudos já realizados acerca do tramo do Caminho de Santiago que passa pelo concelho de Vila Verde, esta temática carece de uma análise mais fina e diacrónica que permita valorizar a sua importância como fio condutor através do qual é possível obter um conhecimento mais detalhado sobre as alterações que este itinerário conheceu desde a Idade Média, mas, igualmente, que possibilite a sua valorização patrimonial, contribuindo deste modo para a sua dinamização turística.

Neste sentido, através de uma metodologia de análise que privilegia o cruzamento dos diferentes tipos de fontes disponíveis, nomeadamente os dados históricos, o património arqueológico e arquitetónico da região, mas também o itinerário conservado na atualidade, pretende-se conferir maior detalhe à trajetória inicial do tramo do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde, tendo em conta que se trata de um itinerário que reutiliza os anteriores caminhos, nomeadamente romanos, mas também de valorizar o importante património da região. Pretende-se, igualmente, através da aplicação de um inquérito e de uma análise SWOT avaliar as principais debilidades deste percurso e apresentar algumas reflexões e propostas de melhoria, de modo a contribuir para a promoção cultural deste itinerário e da região, assim como para atrair um maior número de “peregrinos”.

Abstract

The following report translates the results gathered during an internship that took place at Vila Verde City Hall, centered in *Patrimonial Valuation of the Santiago's Way in the Municipality of Vila Verde (Braga)*.

Despite of the studies already made about the stretch of Santiago's Way which goes through Vila Verde, this theme lacks a thinner and more diachronic analysis which allows to value its importance not only as the conducting wire through which it is possible to obtain a more detailed knowledge about the changes that this itinerary met since the Middle Ages, but also and equally, to enable a patrimonial appreciation, contributing to its touristic dynamization.

In this sense, through a methodology of analysis which privileges the intersection between the different kinds of available sources, namely historical data, the region's archeological and architectonic patrimony and the current conserved itinerary, it is intended to grant bigger detail to the initial trajectory of the stretch of Santiago's Way in Vila Verde, considering that it is an itinerary which reuses the older paths, namely roman and also giving value to the region's important patrimony. It is also intended, through the application of an inquiry and a SWOT analysis to evaluate the main weaknesses of this itinerary and to present some reflections and proposals for its betterment, thus contributing to the cultural promotion of the itinerary and the region, and making it so that a bigger number of "pilgrims" is also attracted.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Índice.....	ix
Lista de Figuras.....	xiii
Lista de Gráficos.....	xv
Introdução	17
1. Experiência de estágio. Estado da arte, objetivos e metodologia.....	23
1.1 Estado da arte.....	24
1.2 Arquivos da Câmara Municipal de Vila Verde.....	25
1.3 Objetivos	27
1.4 Metodologia	29
2. O enquadramento histórico-geográfico do Concelho de Vila Verde	33
2.1. O contexto físico e ambiental do concelho de Vila Verde	33
2.2. Contextualização histórica do concelho de Vila Verde	35
2.2.1. Megalítico.....	35
2.2.2. Da proto-história à romanização.....	36
2.2.2.1. Citânia de S. Julião.....	37
2.2.2.2. Castro do Barbudo	39
2.3. Período romano.....	40
2.4. Período Medieval	42
2.5. Períodos Moderno e Contemporâneo	47
3. A salvaguarda e classificação do património.....	51
3.1. O contexto nacional	54
3.2. Carta Internacional para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural (Carta Ename).....	57
3.2.1 Princípios e Objetivos	57
4. Os Caminhos de Santiago	61
4.1. Rotas de Peregrinação.....	66
4.1.1. Caminho Francês	67
4.1.2. Caminho Primitivo	68

4.1.3. Caminho do Norte	69
4.1.4. Caminho Inglês	69
4.1.5. Caminho do Sudeste / Via da Prata	70
4.1.6. Caminho do Mar de Arousa e Rio Ulla.....	71
4.1.7. Caminho de Fisterra / Muxía	72
4.1.8. Caminho Português.....	73
4.1.8.1. No concelho de Braga	75
4.1.8.2. No concelho de Barcelos	76
5. O Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde (Braga)	79
5.1. Percurso atual	79
5.2. Alterações registados nos inícios do séc. XXI.....	90
5.3. Antecedentes viários romanos – percurso da via XIX.....	92
5.4. Algumas considerações acerca do Itinerário medieval	95
6. Valorização patrimonial do Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde.....	97
6.1. Associação Espaço Jacobeus.....	97
6.2. Os “peregrinos” da atualidade	100
6.2.1. Os “peregrinos” do itinerário de Vila Verde.....	101
6.2.1.1 Questionário.....	101
6.2.1.2. Apresentação e discussão dos resultados	102
7. O Caminho de Vila Verde e o património da região.....	111
7.1. O património da região	111
7.1.1. A Ponte de Prado sobre o Cávado.....	111
7.1.2. O pelourinho de Prado.....	112
7.1.3. Os antigos Paços do Concelho (Prado).....	113
7.1.4. A Casa da Botica (Prado).....	114
7.1.5. Capela de São Sebastião (Prado)	115
7.1.6. A Fonte de Santo António	117
7.1.7. Capela de Santiago de Francelos	118
7.1.8. Ponte do Couto	119
7.1.9. Casa da Câmara	120
7.1.10. Torre de Penegate	121
7.1.11. Ponte da Pedrinha (Goães)	124

7.1.12. Igreja Paroquial de Rio Mau	125
7.2. Albergue de Goães	127
7.3. Análise SWOT	130
7.4. Contributos para a dinamização e valorização do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde	133
7.4.1. Divulgação	134
7.4.2. Infraestruturas.....	136
Conclusão	141
Bibliografia	143
Apêndices	149
Apêndice 1 - Coordenadas geográficas de pontos-chave do Caminho.....	149
Apêndice 2 – Testemunhos de Peregrinos presentes no Livro de Registo do Albergue de S. Pedro de Goães.....	150
Apêndice 3 – Questionário	153

Lista de Figuras

Figura 1 - Câmara Municipal de Vila Verde	23
Figura 2- Fachada principal da Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela	24
Figura 3 - Localização geográfica do Concelho de Vila Verde.....	33
Figura 4 – Mapa freguesias de Vila Verde.....	34
Figura 5 - Menir dos Penedos da Portela (Amorim, 2008:96)	36
Figura 6 - Citânia de S. Julião	38
Figura 7- Castro do Barbudo	39
Figura 8 - Rede viária do NO peninsular (sécs. I e II), adaptado (Tranoy, 1995-96: 37).....	41
Figura 9 - Povoamento do território da diocese de Braga (séculos IX-XI) (Marques, 2012: 41) ..	43
Figura 10- Parte de uma camarata do Albergue bracarense.....	75
Figura 11 – Itinerário do “Caminho Central Português de Santiago no Concelho de Barcelos” (Edital, 2014).	77
Figura 12 - Fecho do caminho anterior com barreira	90
Figura 13 - Avenida da Igreja	91
Figura 14 - Vista aérea do Ângulo Quarenta.....	91
Figura 15 - Vista geral da Ponte de Prado.....	112
Figura 16- Pelourinho de Prado.....	113
Figura 17 -Fachada dos antigos Paços do Concelho de Prado.....	114
Figura 18- Fachada em ruínas da Casa da Botica.....	115
Figura 19 – Vista geral da Casa da Botica remodelada	115
Figura 20 - Vista geral da Capela de São Sebastião	116
Figura 21 - Interior da Capela de São Sebastião	117
Figura 22- Vista geral da Fonte de Santo António.....	118
Figura 23 - Carranca e imagem de Santo António.....	118
Figura 24- Capela de São Tiago de Francelos	119
Figura 25 - Ponte do Couto	120
Figura 26 – Frente histórica da antiga Casa da Câmara	121
Figura 27 - Torre de Penegate.....	122
Figura 28 - Interior do piso dois da Torre de Penegate.....	123
Figura 29-Torre e anexo habitacional.....	123
Figura 30 - Visão geral da Ponte da Pedrinha	124

Figura 31- Visão parcial do tabuleiro Ponte da Pedrinha, Goães	125
Figura 32- Igreja Paroquial de Rio Mau.....	126
Figura 33 - Interior da Igreja de Rio Mau	126
Figura 34- Logotipo do Albergue de Goães	127
Figura 35- Paisagem envolvente do Albergue.....	128
Figura 36 - Interior de uma camarata do Albergue.....	128
Figura 37- Cozinha do Albergue de Goães	129
Figura 38- Exemplo de um Menu do Peregrino existente em Braga.....	137
Figura 39 – Azulejo com vieira a indicar o caminho para Santiago.....	138
Figura 40 - Exemplo de uma fonte do itinerário vilaverdense.....	138
Figura 41 - Exemplo de bebedouro público.....	139
Figura 42 - Testemunho de um peregrino norueguês.....	150
Figura 43- Testemunho de uma peregrina francesa.....	151
Figura 44- Testemunho de uma peregrina ucraniana.....	151
Figura 45 -Testemunho de peregrinos portugueses	151
Figura 46 -Testemunho da Associação Espaço Jacobeus.....	152
Figura 47- Exemplo das páginas do livro de registo de peregrinos do Albergue.....	152

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Idade dos Inquiridos	103
Gráfico 2- Género dos Inquiridos	103
Gráfico 3 - Estado Civil dos Inquiridos	104
Gráfico 4 -Habilitações Literárias dos Inquiridos	104
Gráfico 5 - Profissão dos Inquiridos	105
Gráfico 6 - Residência dos Inquiridos.....	105
Gráfico 7 - Motivação dos inquiridos.....	106
Gráfico 8 - Como viajam os inquiridos	106
Gráfico 9 - Meio de deslocação utilizado pelos inquiridos.....	107
Gráfico 10 - Primeira vez que os inquiridos fazem o Caminho de Santiago?	107
Gráfico 11 - Conhecimento dos Inquiridos sobre o Caminho de Santiago que atravessa Vila Verde	108
Gráfico 12 - Através de que informação é conhecido pelos inquiridos o percurso vila-verdense	108
Gráfico 13 - Inquiridos gostaram do tramo vila-verdense	109
Gráfico 14 - Recomendação dos inquiridos face ao tramo de Vila Verde	109
Gráfico 15 - Pretensão dos inquiridos em repetir o percurso	109

Introdução

Os caminhos constituem elementos morfológicos de grande importância no estudo diacrónico das paisagens humanizadas, desde logo pela sua forte tendência para serem reutilizados ao longo dos sucessivos períodos ocupacionais, como foi o caso do Caminho de Santiago.

O Caminho de Santiago é um percurso de peregrinação que surge no século IX, aquando da descoberta do túmulo do apóstolo Tiago, em Compostela. Desde então, as peregrinações a Santiago passam a ter proveniências muito distintas, dentro da atual Espanha, mas também de Portugal, da França ou da Inglaterra, confirmado o que atualmente muitas vezes se designa de Caminho Português, Francês ou Inglês, entre outros.

Segundo se crê, as peregrinações medievais raramente levaram à construção de grandes vias, sendo frequentemente utilizados os itinerários comerciais mais importantes que existiam, admitindo-se igualmente que as bases do Caminho de Santiago foram as redes viárias romana e medieval existentes (Abreu, 1993:28).

Paralelamente à sua utilização como via de peregrinação na Idade Média, estes Caminhos foram sendo utilizados nos períodos posteriores, acabando por chegar de forma mais ou menos alterada até à atualidade. Na realidade, sobretudo a partir do século passado, a construção de novas redes viárias levou à sua alteração e/ou ao seu abandono como via de comunicação principal.

Todavia, nas últimas décadas, assiste-se a uma revitalização do Caminho de Santiago, declarado, em 1987, como o Primeiro Itinerário Cultural Europeu, pelo Conselho da Europa.

A valorização cultural e turística deste Caminho tem sido diferenciada nos diversos países. No caso nacional, onde se podem individualizar vários tramos, este itinerário não têm um responsável legal, sendo muitas vezes as associações de peregrinos, conjuntamente com o poder local, que têm contribuído para a melhoria das suas infraestruturas (Marques e Vasconcelos Ferreira, 2012:169-170).

Neste sentido, o objetivo deste trabalho centra-se na valorização patrimonial do tramo do Caminho de Santiago que passa no concelho de Vila Verde (Braga), entendendo que se trata de uma temática transversal à história ocupacional do Concelho, implicando por isso uma abordagem diacrónica dos diferentes períodos e formas de ocupação da paisagem e do povoamento do Concelho. Pretende-se, deste modo, valorizar igualmente o património existente no Concelho, o que pode contribuir para aumentar e dinamizar culturalmente este itinerário.

Na realidade, o atual concelho de Vila Verde, criado administrativamente por Decreto, a 24 de outubro de 1855, à custa da extinção de quatro concelhos mais pequenos, designadamente, Prado, Penela, Vila Chã e Regalados (Souza, 2005:9), possui uma longa história ocupacional que remonta à pré-história e, simultaneamente, um vasto património. A ocupação deste território foi contínua ao longo dos tempos, existindo diversos vestígios arqueológicos que comprovam uma ocupação proto-histórica e romana (Martins, 2005:17). A ocupação medieval pode igualmente ser avaliada pelos inúmeros vestígios, como pontes, vias, torres e igrejas de traça românica que se distribuem pelo território.

Neste sentido, e tendo em conta a dilatada ocupação geográfica e cronológica do atual concelho de Vila Verde, importa analisar a relação existente entre as peregrinações jacobitas e a riqueza histórica desta região, nomeadamente o seu impacto no período medieval, tendo em conta as formas de organização precedentes (pré-histórica e romana), mas também o facto de se tratar de um fenómeno praticado com intensidade durante a Idade Média no norte de Portugal.

A devoção a Santiago e a prática das peregrinações a Compostela, anteriores à fundação da nacionalidade, moveram inúmeras figuras anónimas e/ou de destaque, a peregrinar rumo a Santiago de Compostela e a fazer generosas doações. A título de exemplo refiram-se as doações realizadas pelos reis leoneses, nomeadamente Afonso III, no século IX; pelos Condes Portucalenses, D. Henrique da Borgonha e D. Teresa de Leão, no século XI; ou pelos reis portugueses, designadamente D. Sancho II, D. Afonso III e D. Dinis, no século XIII. Estas doações eram também praticadas por alguns membros da nobreza galaico-minhota (Marques, 1994:102-106). Refira-se, igualmente, em termos de peregrinações régias, as realizadas pelos monarcas D. Afonso II, em 1220, D. Sancho II, em 1244, e a Rainha Santa, D. Isabel, em 1325 (Marques, 1994:105-117).

Paralelamente à prática de doações e peregrinações, importa igualmente destacar para o período medieval as preocupações com o apoio aos peregrinos, nomeadamente diversas doações régias a instituições de assistência, com o propósito específico de auxiliar estes caminantes, sobretudo os que se dirigiam a Santiago (Marques, 1994:108).

Todavia, a partir do século XIV, fatores como a Peste Negra e a Reforma Protestante, levam ao declínio das peregrinações. Apesar deste fenómeno se reverter no século XVII, em parte devido às melhorias efetuadas nas vias de comunicação, nos séculos XVIII e XIX o declínio verifica-se de novo (Mendes, 2009:6-7).

O interesse em valorizar o Caminho de Santiago que atravessa o concelho de Vila Verde começa a ganhar expressão nos inícios do século XXI, quando, em 2004, Albino Marques e Amaro Franco, que se encontravam integrados numa associação designada *Amigos dos Caminhos de Santiago*, manifestam vontade de marcar o tramo do Caminho de Santiago que atravessa o município. Na realidade, a eles se ficou a dever a primeira marcação do Caminho através da utilização de setas amarelas, sinalética utilizada de um modo global nos percursos jacobeus. Foram também eles que nesse mesmo ano desencadearam a formação de uma outra associação vinculada aos Caminhos de Santiago, em território nacional, designada *Associação Espaço Jacobeus*, com sede em Braga, que será analisada com maior detalhe na secção da valorização patrimonial do Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde (6.1).

As entidades locais, nomeadamente a Câmara Municipal de Vila Verde só mais tardiamente intervém no processo de valorização do tramo dos Caminhos de Santiago, unindo esforços para que, em colaboração com a Delegação de Vila Verde, da *Associação Espaço Jacobeus*, se construíssem infraestruturas neste itinerário que o tornassem atraente, destacando-se como principal resultado a criação do Albergue de Peregrinos de Goães.

Apesar dos vários estudos já realizados acerca deste tramo do Caminho de Santiago, que se situa entre Braga e Ponte de Lima, com uma extensão atual de cerca de 16 km, este relatório surge de um interesse conjunto com a Câmara Municipal de Vila Verde, que se formalizou na realização de um estágio no âmbito do mestrado em Património e Turismo Cultural e se materializa na apresentação deste relatório.

Procura-se, paralelamente a um estudo mais aprofundado sobre o tramo dos Caminhos de Santiago que percorrem o concelho de Vila Verde, acompanhar o crescente interesse que este assunto tem suscitado, através de um trabalho mais abrangente centrado essencialmente na sua valorização cultural, tendo em conta a quantidade de património que se encontra associado a este itinerário, nomeadamente desde o período romano.

Entre alguns objetivos específicos contam-se a elaboração de uma proposta mais detalhada acerca do seu percurso, nomeadamente através da análise da evolução que o itinerário conheceu desde a Idade média, procurando a definição mais plausível para o itinerário inicial. Nesse sentido, torna-se igualmente essencial analisar a génese deste Caminho, intimamente ligada ao caminho romano constituído pela via XIX. Pretende-se, deste modo, a valorização do itinerário nas diferentes fases da sua utilização, do período romano até à atualidade. Importa, igualmente, analisar o conceito de “peregrino” na atualidade, objetivo que pretendemos concretizar através da realização

de um inquérito direcionado para os peregrinos que percorrem atualmente o Caminho de Santiago e de uma análise SWOT, com o intuito de identificar as debilidades do atual percurso e as potencialidades de valorização cultural do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde e, conseqüentemente, apontar algumas propostas de melhoria e, deste modo, contribuir para a dinamização deste tramo dos Caminhos.

Nesse decurso, e com o intuito de valorizar o Caminho de Santiago e desenvolver o turismo cultural em Vila Verde, julgamos oportuno realizar uma análise ao tramo barcelense, visto que possui um amplo fluxo de peregrinos e uma dinâmica de divulgação bastante ativa. Esta análise, de cariz comparativo, procura elucidar acerca do tipo de medidas que poderiam ser transpostas do caso de Barcelos e implementadas em Vila Verde.

Assim, o presente relatório encontra-se estruturado em 7 capítulos. O primeiro é dedicado à experiência de estágio, onde se inclui a descrição do mesmo, nomeadamente onde e quando decorreu, o seu contributo para este trabalho, a relevância dos arquivos da Câmara Municipal de Vila Verde e ainda a apresentação do estado da arte, dos objetivos e da metodologia utilizados.

No segundo capítulo analisa-se o enquadramento histórico-geográfico do Concelho de Vila Verde, procedendo-se nomeadamente à contextualização física e ambiental deste território, bem como à análise da ocupação humana deste território, que remonta ao período megalítico e se estende até à atualidade, praticamente de modo contínuo.

A análise relativamente à legislação, nacional e internacional, que visa a proteção e salvaguarda patrimonial, bem como a evolução e mutação dos órgãos responsáveis, foi realizada no terceiro capítulo. Ainda neste capítulo foi abordada com maior detalhe a Carta Internacional para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural, também conhecida por Carta Ename, seus princípios e objetivos.

O capítulo quarto centra-se numa abordagem aos Caminhos de Santiago, explanando os diversos itinerários de acordo com a sua origem, designadamente o Caminho Francês, o Caminho Primitivo, o Caminho do Norte, o Caminho Inglês, o Caminho do Sudeste/ Via da Prata, o Caminho do Mar de Arousa e Rio Ulla , o Caminho de Fisterra/Muxía e o Caminho Português.

Por sua vez, o quinto capítulo incide especificamente sobre o tramo do Caminho que atravessa o concelho de Vila Verde. Na primeira seção realiza-se um pequeno histórico acerca do Caminho de Santiago que passa em Vila Verde, nomeadamente a descrição do Caminho percorrido atualmente no tramo vila-verdense, desde a travessia da ponte de Prado até à freguesia de Rio Mau, assim como as alterações implementadas recentemente devido a variados fatores, como a

maior segurança dos peregrinos e o impedimento de passagem por propriedades privadas. Abordamos, ainda, o percurso existente anteriormente que, com alguma probabilidade, poderá aproximar-se ao itinerário percorrido na Idade Média, assim como aos antecedentes viários romanos, nomeadamente o traçado da via XIX.

O sexto capítulo foi dedicado à valorização patrimonial do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde, onde se apresentam os contributos objetivos deste estágio. A primeira seção é dedicada à *Associação Espaço Jacobeus* que desde a sua fundação tem um papel ativo na manutenção e reativação dos tramos do Caminho espalhados pelo país. O seu alcance estende-se um pouco por todo o território nacional através da implementação de Delegações em diversas localizações, como é o exemplo da Delegação de Vila Verde. Posteriormente, é abordada a questão do “peregrino” atual, caminhante que embora percorra as rotas do Caminho de Santiago tem motivações que ultrapassam a religião, desde o desporto ao lazer, diferindo, portanto, do conceito medieval de “peregrino” enquanto indivíduo que percorria estas rotas por motivos religiosos. De seguida, abordam-se os principais resultados do inquérito aplicado.

Por fim, o último capítulo, é dedicado ao Caminho de Vila Verde e ao património da região designadamente aquele que se entende ser o mais relevante para a dinamização do percurso, a nível cultural e turístico, bem como à análise SWOT, necessária para melhor conhecer as debilidades e forças deste itinerário, as ameaças e oportunidades, para a sua melhor valorização patrimonial. Finalmente, deixamos algumas sugestões para uma maior dinamização e valorização do itinerário vila-verdense, esperando assim contribuir para a sua expansão, quer a nível da procura, quer a nível de oferta.

Deste relatório fazem, ainda, parte um conjunto de apêndices que se apresentam no final, nomeadamente a tabela de coordenadas geográficas com os pontos-chave deste itinerário, diversos testemunhos de peregrinos que passaram pela Albergue de Goães e o questionário aplicado aos peregrinos.

1. Experiência de estágio. Estado da arte, objetivos e metodologia.

No âmbito do 2º ano de mestrado em Património e Turismo Cultural, optamos pela modalidade de estágio, a realizar na Câmara Municipal de Vila Verde, com o objetivo de valorizar os Caminhos de Santiago existentes neste Concelho. Para esta opção contribuíram vários fatores, nomeadamente versar sobre o município da nossa residência e se tratar de uma temática com grande atualidade e pertinência, que nos motiva de modo particular. De igual modo, tendo em conta os esforços realizados até ao momento pelo Município de Vila Verde, assim como a vontade em continuar a valorizar o seu património, e quem o estude, foram criadas as condições necessárias para a implementação deste projeto, que foi bem acolhido pelo Município, na pessoa da Dr.ª Adélia Santos, responsável pela área cultural na instituição, abaixo da Vereadora.



Figura 1 - Câmara Municipal de Vila Verde¹

O estágio, inicialmente com previsão para se realizar na Câmara Municipal de Vila Verde, foi, por questões de logística, realizado na Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela. Inclui uma parte de pesquisa documental e bibliográfica, bem como de trabalho de campo realizado nas áreas geográficas que envolvem o itinerário do Caminho no Concelho, que analisaremos mais detalhadamente na seção da metodologia (1.3).

¹ Foto da autora



Figura 2- Fachada principal da Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela²

1.1 Estado da arte

Uma das primeiras e mais importantes fontes históricas sobre os Caminhos de Santiago é o *Codex Calixtinus*, onde se incluía o livro V, *Liber Peregrinationes*, datado do século XII, cuja autoria é atribuída a Aymeric Picaud (Nadais, 2010:33), tratando-se do primeiro Guia de Peregrinação, com indicações práticas acerca do itinerário, hospedagem, entre outros. Mais tarde, outros guias são publicados, mas nenhum tão completo como este (Alves, 2011:55).

Pouco depois, cerca de 1135, este tema é abordado no *Liber Sancti Jacobi*, onde é feita referência aos peregrinos que percorrem o Caminho de Santiago, vindos de terras longínquas e para os quais as portas da Catedral se encontram abertas dia e noite, uma vez que os clérigos entendiam que tais fiéis tinham o direito de aí repousar (Alves, 2011:66).

As peregrinações a Santiago de Compostela, feitas a partir de caminhos portugueses escasseiam em fontes de informação. No entanto há um relato, que se crê ser o mais completo, de finais do século XV. Trata-se do relato do padre Confalonieri, que parte de Lisboa rumo a Compostela como acompanhante de monsenhor Fabio Biondo da Montalto, patriarca de Jerusalém e representante do papado no nosso país. Porém, três séculos antes um geógrafo árabe chamado Edrisi, autor de uma obra denominada «Receio do que anseia percorrer os horizontes do mundo», descreveu dois itinerários portugueses em direção a Compostela: Coimbra-Compostela por mar e Coimbra-Compostela por terra (Alves, 2011:128).

Juan Bautista Confalonieri, através do seu relato documental, foi fundamental para que a cartografia dos caminhos portugueses fosse traçada, no século XVI (Alves, 2011:128).

² Foto da autora

Outras fontes de relato, de peregrinos nacionais e internacionais, precedentes, foram utilizadas como base para obras, com informação histórica, designadamente por Artur Teodoro de Matos, na sua obra intitulada “Transportes e Comunicações em Portugal, 1750-1850”, publicada em 1980.

Contudo, a maioria das obras produzidas sobre esta temática são contemporâneas, da autoria de diversos investigadores, nacionais e internacionais que se têm debruçado sobre o estudo do Caminho de Santiago, tendo em conta, nomeadamente, os seus antecedentes viários. Entre estes autores refira-se, por exemplo, o trabalho de Mário de Sá, sobre “As Grandes Vias da Lusitânia: o itinerário de Antonino Pio”, publicado em 1960, ou a «A rede viária romana na faixa atlântica entre Lisboa e Braga», de Vasco Gil Mantas, publicado em 1996 (Alves, 2011:129).

Particularmente significativos, são ainda os diversos trabalhos dos medievalistas José Marques, nomeadamente «O culto a S. Tiago no Norte de Portugal» e «A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média» ou de Humberto Baquero Moreno e as suas obras «Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média» (1986) e «As peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza» (1992); e ainda de Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha com a obra «Caminhos Portugueses de Peregrinação a Compostela. Itinerários portugueses», publicada em 1995, assim como alguns outros artigos da sua autoria sobre a temática.

Mais recentemente têm sido produzidos outros trabalhos de investigação no âmbito de Mestrados que se relacionam com Caminhos de Santiago no território nacional, dos quais se salientam «A Antevisão do Peregrino na Iconografia de São Tiago no Caminho Português de Santiago entre Viseu e Chaves. Subsídios para a criação de uma rota turística» (Alves, 2011), «O Turismo e os Territórios da Espiritualidade. Os Caminhos de Santiago em Portugal» (Nadais, 2012), «Olhares sobre o Património- Uma etnografia do Caminho de Santiago Português» (Gomes, 2012) e «Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma Etnografia do Caminho Português» (Mendes, 2009).

1.2 Arquivos da Câmara Municipal de Vila Verde

Um dos objetivos deste estágio era organizar e inventariar a informação documental disponível que abordassem o tramo dos Caminhos de Santiago que passa no Concelho, nomeadamente as fontes escritas medievais que supostamente e de acordo com algumas informações deveriam existir nos arquivos da Câmara Municipal de Vila Verde. Todavia, e depois de algum trabalho de

arquivo, podemos confirmar a inexistência de fontes escritas relacionadas com os Caminhos de Santiago nestes arquivos.

Na realidade, o Arquivo Municipal de Vila Verde, fundado em 1986, após a criação do Concelho, fisicamente dividido em dois locais, a Câmara Municipal de Vila Verde e a Biblioteca Municipal Professor Machado Vilela, conserva na sua maioria documentos da época contemporânea, posteriores à fundação do Concelho.

O Arquivo Histórico Municipal, vertente de maior interesse para o caso em estudo, localiza-se numa sala, no sótão da Biblioteca Municipal, que contém dois anexos com documentação. Este acervo apenas foi alvo de um trabalho de classificação no ano da sua fundação, não se registando posteriormente outras iniciativas. Nessa época foi feita a classificação da documentação, que se divide em oito fundos documentais:

1. Câmara Municipal de Vila Verde;
2. Administração do Concelho de Aboim da Nóbrega;
3. Administração do Concelho de Pico de Regalados;
4. Administração do Concelho de Vila Chã e Larim;
5. Administração do Concelho de Penela;
6. Administração do Concelho de Prado;
7. Coutos;
8. Confrarias.

Porém nenhuma destas séries documentais oferece dados acerca do itinerário dos Caminhos de Santiago em Vila Verde. Neste sentido, a informação escrita utilizada neste trabalho consiste nos dados já publicados em anteriores trabalhos, alguns dos quais referidos no estado da arte.

Importa, contudo, destacar que o aumento do volume documental no Arquivo Histórico Municipal é uma possibilidade reduzida devido à falta de espaço, uma vez que o espaço livre é diminuto. Importa, igualmente, referir que se regista a inexistência de instrumentos de controlo, gestão e pesquisa adequados ao acervo documental, bem como de um método adequado de conservação da documentação, nomeadamente falta de controlo ambiental do espaço e a inexistência de alarmes de incêndio ou inundação. Este arquivo carece ainda de meios que permitam a consulta ou estudo dos documentos, como de salas de leitura, de trabalho, de consulta e de reunião próprios, assim como de um registo das consultas efetuadas. Regista-se, ainda, a inexistência de espaço para aplicação de novos suportes como a digitalização e a carência de

recursos humanos especializados, mas também a falta de um plano de emergência preventivo no caso de ocorrência de catástrofes, assim como a carência de regulamentação apropriada.

Inserindo-se este estágio no âmbito do património e turismo cultural, e porque as fontes escritas, manuscritas ou impressas, jornais, entre outros, integram o património cultural, neste caso o património documental, pensamos que é necessário procurar colmatar algumas das carências e falhas deste arquivo, de modo a oferecer melhores condições e informações aos utilizadores. Nesse sentido, sugerimos a criação de regulamentação apropriada, a formação de recursos humanos na vertente arquivística ou contratação de recursos humanos com essas aptidões, a criação de um espaço *online* que permita uma consulta mais fácil e cómoda e a mudança de instalações ou, na impossibilidade de tal, uma reorganização do espaço atual.

1.3 Objetivos

O Caminho de Santiago é, atualmente, para além de um percurso de peregrinação, também uma rota comercial, mercado internacional, comunicação de culturas, exposição universal de arte, fonte de lendas, romances e canções.

Desde 2015 tem-se verificado por parte das câmaras municipais nacionais o interesse em valorizar, revitalizar e consensualizar os itinerários das peregrinações jacobeitas, designadamente de Braga, Tomar, Famalicão, Póvoa de Lanhoso e Viana do Castelo.

Relativamente à Câmara Municipal de Braga, que desenvolveu parcerias com a Associação Espaço Jacobeus, o Cabido da Sé e a Pastoral Nacional do Turismo, verifica-se uma preocupação acentuada com os peregrinos, nomeadamente ao nível da segurança, mas também com a praticabilidade e qualidade do Caminho³.

Todavia, a rota portuguesa, que é conhecida por ser a segunda com maior afluência, ultrapassada apenas pelo Caminho Francês, necessita de reabilitação em toda a sua extensão (Alves, 2011:93). Embora já existam noutros pontos do país projetos de investigação sobre o Caminho Português, com parcerias internacionais, o trajeto entre Braga e Ponte de Lima é um caso preocupante que carece de atenção.

A sinalização existente não se encontra uniformemente distanciada, existindo por vezes sinalização muito aproximada e noutros casos bastante distanciada. Existe ainda a questão de sinalização contraditória, caso que se verifica no tramo de Vila Verde, logo após a capela de Santiago de Francelos. Neste ponto encontra-se sinalização que indica dois percursos diferentes,

³ Disponível em: <http://www.eixoatlantico.com/>

um segue pelo traçado atual do Caminho, o outro seguindo em direção a Oleiros, Atiães e Marrancos, itinerário da via romana XIX. Igualmente, o primeiro albergue existente encontra-se em S. Pedro de Goães (Vila Verde), surgindo a referência seguinte apenas em Ponte de Lima, a cerca de 17 km.

Deste modo, e considerando que o tramo do Caminho de Santiago que na Idade Média ligava Braga a Ponte de Lima foi bastante importante, constituindo atualmente um itinerário de grande valor patrimonial, que pode concorrer para o desenvolvimento turístico da região, este trabalho pretende contribuir para uma valorização mais sustentada do Caminho que passa pelo concelho de Vila Verde. Pretende-se, deste modo, realizar uma abordagem histórica diacrónica do próprio concelho, que permita contextualizar as diferentes etapas deste Caminho medieval, desde as precedências romanas até à atualidade, bem como a valorização do património material que se situa na sua envolvente.

Assim, os objetivos deste trabalho incluem o levantamento e inventariação do acervo documental e patrimonial referente ao espaço geográfico envolvente ao Caminho que passa em Vila Verde, de modo a realizar uma melhor sustentação da importância histórica e cultural deste tramo do Caminho, bem como valorizar o património histórico – arqueológico que atualmente ainda existe na envolvente do Caminho. Pretende-se, igualmente, com esta análise conferir maior detalhe e definição à inicial trajetória que o Caminho de Santiago percorria no Concelho, contribuindo para caracterizar e identificar o traçado mais verosímil para o percurso do Caminho Português entre Braga e Vila Verde, na Idade Média. Nesta análise, pretende-se igualmente valorizar os antecedentes vários romanos, nomeadamente a via XIX que atravessava o concelho de Vila Verde.

De igual modo, os objetivos deste trabalho contemplam uma análise das recentes alterações efetuadas ao itinerário, bem como uma abordagem detalhada acerca do caminho percorrido pelos “peregrinos” da atualidade. Através da aplicação de um inquérito e de uma análise SWOT procura-se avaliar as principais debilidades deste percurso e apresentar algumas reflexões e propostas de melhoria, de modo a contribuir para a promoção cultural deste itinerário e da região, assim como para atrair um maior número de “peregrinos”.

De igual modo, procura-se valorizar o Caminho que atravessa o concelho de Vila Verde, tendo em conta a relevância que o itinerário que segue por Barcelos assume, nomeadamente na Idade Média. Na realidade, Barcelos tornou-se um ponto de passagem muito importante para os peregrinos a Santiago, especialmente após a construção da ponte gótica, no século XIV. Esta

relevância, adquirida no período medieval, prolongou-se até à atualidade, reforçada pela história de Barcelos e pela documentação que testemunha a passagem de figuras ilustres neste itinerário.

Em suma, procura-se igualmente tornar o Caminho de Vila Verde atraente para os “peregrinos” da atualidade, cujas motivações ultrapassam hoje a motivação religiosa.

1.4 Metodologia

A concretização dos objetivos deste trabalho baseou-se numa metodologia que contemplou numa primeira fase a pesquisa e compilação bibliográfica sobre os Caminhos de Santiago, nomeadamente na área geográfica em estudo, mas também acerca da história ocupacional de Vila Verde. Paralelamente à pesquisa efetuada no Arquivo e na Biblioteca Municipal de Vila Verde, recorreu-se a outros espaços físicos e virtuais, nomeadamente nas bibliotecas Lúcio Craveiro da Silva, Biblioteca Pública de Braga, Biblioteca Municipal de Ponte de Lima, nos Arquivos Distrital de Braga e Municipal de Ponte de Lima, e esporadicamente na Biblioteca Municipal de Barcelos. A nível virtual foram realizadas pesquisas em vários *websites* acerca destas temáticas.

Em simultâneo procedeu-se à análise da informação obtida e, posteriormente, ao trabalho de campo.

O trabalho de campo contemplou várias etapas. Primeiramente consistiu na realização do percurso. Na realidade, o contacto *in loco* com o percurso possibilitou um melhor conhecimento do mesmo e o seu registo fotográfico demonstrou-se relevante para o desenvolvimento deste trabalho. Foram ainda realizadas várias outras caminhadas a pé com o intuito de perceber o percurso realizado pelos “peregrinos”, a sinalética existente e o património edificado, nomeadamente pelouros, igrejas paroquiais, capelas, alminhas e fontes existentes. Este desejo de conhecer toda a envolvente do percurso teve como objetivo perceber qual deste património seria suscetível de valorizar a médio prazo e quais as medidas necessárias para o efeito.

No âmbito do trabalho de campo, a colaboração da Dr.^a Adélia Santos foi fundamental, quer na orientação do percurso a fazer no que refere ao tramo de Vila Verde, quer no apoio às visitas ao albergue existente no concelho de Vila Verde, assim como numa entrevista ao Sr. Mário Carneiro, na Casa do Hospital, sempre testemunhadas por fotografias, posteriormente analisadas.

O trabalho de campo traduziu-se igualmente em reuniões com diversas pessoas, que de algum modo se encontram ligadas ao Caminho de Santiago, nomeadamente académicos e/ou meros curiosos, designadamente o Sr. Manuel Gonçalves, responsável pela Delegação de Vila Verde da Associação Espaço Jacobeus, o fotógrafo Pedro Antunes, a Dra. Cristiana Freitas, responsável pelo

Arquivo Municipal de Ponte de Lima; o Sr. Joaquim de Castro, responsável pelo Albergue de Peregrinos de Braga, o Professor Dr. Francisco Gonçalves, docente no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, o Dr. Vítor Pinho, responsável pela Biblioteca Municipal de Barcelos e o Sr. Carlos Basto, autor e pintor barcelense. O trabalho de campo revelou-se de extrema importância para a realização da análise SWOT. De igual modo, as reuniões realizadas com as três últimas pessoas mencionadas constituíram-se de grande relevância para a análise comparativa entre os itinerários de Vila Verde e Barcelos.

Nesse sentido, procedemos a uma análise comparativa entre os tramos barcelense e vila-verdense, que nos permitiu perceber a existência de discrepâncias, nomeadamente na divulgação feita dos itinerários e na história que os envolve, apresentando Barcelos uma maior amplitude em ambos os aspetos.

A metodologia utilizada neste trabalho incluiu, ainda, a utilização do documentário “Rota das Estrelas” da autoria do historiador Joel Cleto, cujos episódios remetem para a temática dos Caminhos de Santiago, os quais se constituíram numa fonte audiovisual de extrema importância para a realização deste trabalho.

Este documentário aborda várias temáticas, entre as quais se destacam: o surgimento de conventos e mosteiros e o seu papel no apoio aos peregrinos, circunstância que provocou por vezes desvios no Caminho; os hospitais medievais com apoio aos peregrinos; a herança da rede viária romana, que por vezes era utilizada pelos que se dirigiam para Compostela; a importância religiosa de Braga e o facto do Caminho que passa por Braga ser o mais antigo; o surgimento da credencial do peregrino e a Compostelana, certificado de peregrinação atribuído a quem, mediante a apresentação da credencial, prove ter peregrinado 100 km a pé ou a cavalo ou 200 km de bicicleta.

Entretanto, entre a análise bibliográfica e o trabalho de campo, foram decorrendo diversas reuniões e conversas informais com o geógrafo da Câmara Municipal, Dr. Luís Martins, que sempre se mostrou disponível para nos auxiliar. Face à vontade de inserir cartografia no presente trabalho, esta colaboração foi importante para cumprir tal meta. O traçado na Carta Militar, dos diversos itinerários que o Caminho de Santiago percorreu neste território, em diferentes épocas, foi elaborado pelo Dr. Luís, com base em informação por nós recolhida e analisada.

O trabalho de campo realizado no âmbito deste estágio incluiu ainda a aplicação de um inquérito direcionado para aqueles que percorrem o Caminho de Santiago, de modo a perceber, sobretudo, quão difundido se encontra o tramo vila-verdense, qual o meio de divulgação de maior

destaque até ao momento e quais as principais motivações para realizar este percurso. Este inquérito foi realizado através de um questionário com 15 perguntas, a 114 pessoas.

Os resultados obtidos foram analisados no capítulo 6, tendo em conta nomeadamente os dados recolhidos relativamente às faixas etárias destes indivíduos, o seu meio de deslocação (a pé ou de bicicleta), a forma como se deslocam (sozinhos ou em grupo), a sua motivação, entre outros fatores. Procurou-se, assim, a partir das respostas obtidas, definir o perfil e os motivos do peregrino, de forma a poder elaborar algumas reflexões e propostas de melhoria, tendo em conta a procura. O questionário elaborado apresenta-se nos apêndices deste relatório.

Foi ainda realizada uma análise SWOT para melhor identificar as debilidades e forças deste itinerário bem como as ameaças e oportunidades, apresentando-se algumas reflexões e propostas de melhoria de modo a contribuir para a valorização e dinamização cultural do itinerário, tornando-o mais atrativo para os peregrinos da atualidade.

2. O enquadramento histórico-geográfico do Concelho de Vila Verde

2.1. O contexto físico e ambiental do concelho de Vila Verde

O concelho de Vila Verde, pertencente ao distrito de Braga, região Norte e sub-região do Cávado, é limitado pelos municípios, a norte de Ponte da Barca, a leste de Terras de Bouro, a sudeste de Amares, a sul de Braga, a oeste de Barcelos e a noroeste por Ponte de Lima. Ocupa atualmente uma área com cerca de 228,67 km² e está dividido em 33 freguesias.

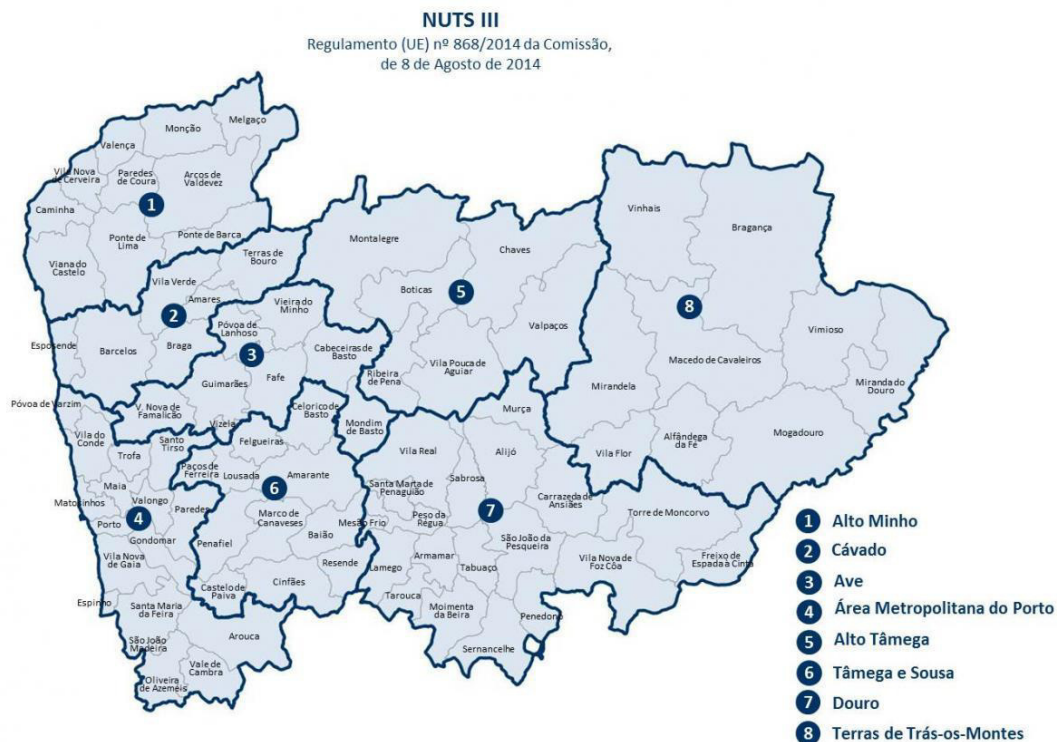


Figura 3 - Localização geográfica do Concelho de Vila Verde⁴

Vila Verde é um concelho rural que abrange uma vasta extensão de terras agrícolas e florestais cujos valores naturais e paisagísticos possuem grande raridade. A ocupação destas terras é condicionada por dois fatores, designadamente uma densa rede hidrográfica e as condições climáticas. Globalmente é caracterizado por um bioclima temperado e marítimo de fachada oceânica, ressaltando as diferenças pluviométricas e térmicas entre o extremo norte serrano e atlântico, e o vale do Cávado, mais quente e menos húmido, características do clima mediterrâneo (Devy-Vareta, 2005:194). A localização na zona média da bacia ao rio Cávado permite considerar Vila Verde como a fronteira entre o litoral e as zonas interiores da bacia (Couto, *et al*/1986:7).

⁴ Disponível em: <http://www.ccdn.pt/regiao-norte/apresentacao>



Figura 4 – Mapa freguesias de Vila Verde⁵

Em termos geomorfológicos, Vila Verde é dominada por vales fluviais a sul e sudoeste e por extensos relevos graníticos a norte, verificando-se em termos morfológicos um enorme contraste entre as «zonas baixas das veigas férteis e bem ocupadas pela atividade agrícola e os relevos alterosos, sobre cujas vertentes se alcandoram povoações e pequenos núcleos rurais» que refletem a cultura agro-pastoril. De facto, a nível económico a região é marcada pela agricultura e pela exploração pecuária (Abreu, 1963:13), conhecendo uma distribuição irregular da população (Pereira, 1992/93:13) e imensas manifestações festivas e de rituais (Saraiva, *et al* 2004:64).

A cobertura vegetal primitiva ainda se encontra presente nas zonas montanhosas, a saber o carvalho e o castanheiro, contudo o pinheiro e o eucalipto já impõem a sua presença na paisagem. Nas zonas mais desabrigadas florescem «tojos, urzes, fetos, silvas e giestas», que na zona Nordeste do Concelho podem atingir dimensões consideráveis, benéficas para lobos e homens, proporcionando abrigo e lenha para o aquecimento das casas, respetivamente (Regalo, 1987:13)

⁵ Disponível em: <http://vila-verde.blogspot.pt/2012/06/vila-verde-novas-freguesias-terao-de.html>

A nível tectónico e paleogeográfico o concelho enquadra-se no NO peninsular, numa região que era coberta pelo mar antes da formação terrestre (Pereira, 1992/93:13).

Geologicamente, o concelho de Vila Verde é caracterizado na sua maioria por rochas eruptivas, nomeadamente granitos alcalinos e calco-alcalinos de duas micas, porfiroides e não porfiroides, de grão grosseiro ou médio a grosseiro, no entanto também se verifica a presença de filões de quartzo e rochas básicas (Amorim, 2007:2). Encontram-se ainda depósitos aluviais e depósitos pleistocénicos de terraço ao longo dos rios Cávado, Neiva e Homem. Junto ao rio Cávado, entre Prado e Cabanelas, encontra-se uma mancha de barros utilizados na olaria pradense, que em conjunto com a moagem e a serração representa a indústria tradicional concelhia.

Embora a atividade mineira esteja extinta no Concelho, até ao final dos anos oitenta do século XX existiam quatro minas de estanho, uma de volfrâmio e três de volfrâmio e estanho (Regalo, 1987:13-14).

Na realidade, as características naturais do concelho de Vila Verde terão sido valorizadas pelas comunidades humanas desde a Antiguidade, como atestam os inúmeros vestígios materiais acerca do seu longo percurso ocupacional.

2.2. Contextualização histórica do concelho de Vila Verde

A longa história do concelho de Vila Verde remonta à Pré-História e pode ser avaliada pela quantidade de vestígios arqueológicos que se encontram dispersos pelo território, alguns dos quais bem visíveis ainda na região. Procuraremos, neste capítulo, tendo por bases os estudos publicados, traçar uma breve caracterização dos diferentes períodos, bem como valorizar o património que lhe está associado.

2.2.1. Megalítico

O concelho de Vila Verde possui inúmeros vestígios pertencentes ao período megalítico, merecendo particular destaque um possível menir, encontrado na freguesia da Portela das Cabras, com cerca de 2 m de altura, e as inúmeras mamoa dispersas em espaços montanhosos (Regalo, 1987:17-18).

Na realidade, o Concelho tem espalhado pelo seu território, de acordo com uma pesquisa efetuada nos finais dos anos 90 do século XX, 54 mamoa, monumentos megalíticos que pertenciam ao povoamento pré-histórico aí existente. Contudo este número deve ser uma pequena

amostra daquilo que na realidade existia, uma vez que ao longo dos tempos muitos monumentos foram destruídos (Martins, 2005:19).

A Serra do Bustelo merece particular destaque, onde foram encontrados 36 monumentos megalíticos, de toda a totalidade existente no Concelho. Os restantes monumentos encontravam-se distribuídos individualmente ou agrupados em pequenos números (Martins, 2005:19).

Embora este seja o núcleo megalítico de maior relevo, são de salientar também as freguesias de Gondomar, Dossãos, Nevogilde, Godinhaços, Codeceda, Coucieiro, Duas Igrejas, Gondiaes e Esqueiros pela presença de vestígios megalíticos, nomeadamente mamoaas (Regalo, 1987:18-19).



Figura 5 - Menir dos Penedos da Portela (Amorim, 2008:96)

Referente a este período é ainda de salientar o monte do Moinho Velho, que em conjunto com o monte do Borrelho, foi alvo de um inventário arqueológico em 2007. Deste trabalho resultou a inventariação de todos os achados arqueológicos existentes neste território, em zonas de planalto e vertente, constituídos, para além das já referidas mamoaas, por estruturas pétreas indeterminadas, gravuras, algumas das quais rupestres e áreas de dispersão cerâmica de vestígios arqueológicos (Amorim, 2007:3-4).

2.2.2. Da proto-história à romanização

O período proto-histórico inicia o seu testemunho em território vila-verdense desde o Calcolítico (Bettencourt, 2000:7), contudo é a fase seguinte de ocupação, a Idade do Bronze, que deixa testemunhos mais significativos.

Na Idade do Bronze verifica-se a reutilização de monumentos megalíticos, como é o caso do dólmen do Carreiro da Quinta, em Vila Verde, onde se encontraram dois vasos de largo bordo horizontal (Bettencourt, 2009:94).

Todavia, esta fase de ocupação é consolidada pela presença de materiais encontrados no povoado de S. Julião, que remontam ao II milénio a.C., na Idade do Bronze. Entre os testemunhos de ocupação neste período destacam-se dois machados de bronze, bem como variados vestígios encontrados no castro de Barbudo, que indicam presença humana nos inícios do I milénio a.C., correspondente ao período do Bronze Final (Martins, 2005:20-21).

Refira-se, ainda, os vestígios que documentam a prática da metalurgia, bem como objetos exóticos, que demonstram que estes povoados possivelmente estavam integrados nos circuitos de intercâmbio à distância (Martins, 2005:21).

Na realidade, a região do Entre-Douro-e-Minho engloba 365 sítios catalogados como castros, contudo apenas 278 dispõem de informação suficiente para a sua análise. Destes, apenas 13 representam a cultura castreja presente no Concelho de Vila Verde (Carvalho, 2008a:163-164).

Contudo, estes povoados, devido à sua topografia e região, são divididos em três grupos: localizados a grande latitude (existem quatro em Vila Verde); localizados a altitudes médias (seis exemplos em Vila Verde) e localizados a baixas latitudes ou em vales (três exemplos) (Carvalho, 2008a:164-257).

O Concelho de Vila Verde tem o seu expoente máximo relativo à cultura castreja presente no caso de S. Julião, citânia estudada por vários investigadores (Martins, 1984, 1985; Antunes, 1991; Bettencourt, 2000, 2009; Regalo, 1987).

Embora este caso seja o mais notável do Concelho de Vila Verde, também o Castro do Barbudo merece ser referido, uma vez que também foi alvo de investigação arqueológica (Martins, 1989).

2.2.2.1. Citânia de S. Julião

A citânia de S. Julião localiza-se no monte homónimo, com elevação máxima absoluta de 297 m (Martins, 1984:16), formando uma crista montanhosa, de orientação NE/SO, que o torna estrategicamente assinalável no relevo regional, permitindo-lhe controlar uma extensão considerável das bacias dos rios Homem e Cávado, possuindo igualmente boas defesas naturais a norte, sul e oeste. As encostas estão cobertas por vegetação rasteira, existindo apenas nas zonas de menor altitude eucaliptos e pinheiros (Martins, 1985:198-199).

Esta citânia, situada nas freguesias de Ponte S. Vicente e Coucieiro, como consequência dos vestígios aí presentes, foi classificada em 1980, como imóvel de interesse público (Martins, 1984:14-15).



Figura 6 - Citânia de S. Julião⁶

A citânia de S. Julião suscitou o interesse académico e arqueológico devido à sua localização, desencadeando assim, a partir da década de 80 do século XX, escavações no monte com o intuito de melhor conhecer a cronologia da sua ocupação (Martins, 1985:197).

O estudo desta citânia permitiu delimitar com precisão a área funcional do povoado para a primeira fase de ocupação, analisar a estrutura defensiva e a tipologia dos habitats, ter contato com um número enorme de achados cerâmicos e metálicos, e ainda, através da datação por radiocarbono (C14), obter duas datas absolutas que indicam a construção da fortificação e os níveis de ocupação de uma cabana (Martins, 1985:198).

S. Julião encerra em si várias particularidades, sendo disso exemplo o facto de haver vestígios de circulação e manipulação de artefactos metálicos em bronze, retratando ações e ritos inovadores, bem como novas concepções ideológicas (Bettencourt, 2009:92); bem como a presença de um abundante e diversificado espólio (Martins, 1985:214).

De todo o espólio referido merecem destaque os dois punhais “tipo Porto de Mós” (Martins, 1990:114) e o guerreiro galaico (Bettencourt, 2009:93).

O caso de S. Julião, segundo vários autores (Carvalho, 2008a; Martins, 1984; Martins e Silva, 1984; Bettencourt, 2000, 2009), é destacável por diversos fatores. Pelos vestígios culturais que

⁶ Disponível em: <http://ishopvilaverde.com>

revela (Martins e Silva 1984:32), pelo testemunho da transição entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro (Bettencourt, 2000), pela sua topografia, dimensão e monumentalidade de vestígios conservados (Martins, 1984:13).

Esta Citânia enquadra-se num grupo de povoados que fornecem evidências seguras de ocupação até meados ou finais do século I d. C., o que permite afirmar a sua romanização (Carvalho, 2008a:179), fenómeno corroborado pelas cerâmicas e construções encontradas (Martins, 1984:13).

Esta estação arqueológica pode considerar-se um dos povoados mais importantes da região bracarense (Martins, 1984:13) e um exemplo daquilo que terá ocorrido de modo semelhante noutros povoados (Bettencourt, 2000).

2.2.2.2. Castro do Barbudo

Após uma instalação inicial a meio da vertente, o povoado de Barbudo vai deslocar-se, na fase seguinte de ocupação, para a zona mais elevada do monte, provavelmente com intuito de obter maior defesa. A expansão na Idade do Ferro mais recente desencadeia um sistema defensivo de maior complexidade caracterizado pela sua imponente e heterogeneidade (Martins, 1989:80-90).



Figura 7- Castro do Barbudo⁷

⁷ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>

Na fase de romanização, a área de ocupação seria similar ao período anterior, ocorrendo, no entanto, na 2ª plataforma (Martins, 1989:116).

No século I a.C. sabe-se que as comunidades desenvolviam as atividades de metalurgia, olaria e criação de animais.

A romanização deste povoado ocorre no século I da nossa era, contudo são escassos os vestígios que permitam conhecer o povoado nesse período (Martins, 1989:119-120).

Este castro teve uma ocupação descontínua, verificando-se um abandono do povoado no período romano, seguido de uma reocupação medieval na parte mais elevada do monte, com ocupação, também, de locais nunca antes ocupados (Carvalho, 2008a:184).

Acerca deste castro é ainda de salientar a sua importância geoestratégica, pois ocupava um lugar privilegiado no vale, que lhe permitia uma economia polivalente de cariz agro-silvo-pastoril (Martins, 1989:121)

2.3. Período romano

No contexto da romanização do concelho de Vila Verde, a vila de Prado e a via XIX, que atravessava o Concelho em direção a Ponte de Lima, assumem particular importância. Refira-se, no entanto, que em termos globais vários sítios e achados arqueológicos encontrados no Concelho merecem particular destaque, nomeadamente sete castros romanizados, quatro miliários, dois ou três habitats romanos (um não se consegue determinar), duas epígrafes, duas necrópoles, três tesouros, duas aras anepígrafas, uma *mansio* e uma *vicus* associados à via XIX (Carvalho, 2008b:57-60).

A via XIX constitui um dos caminhos imperiais referidos no denominado Itinerário de Antonino que permitia ligar a cidade romana de Braga (*Bracara Augusta*) a Lugo (*Lucus Augusti*), seguindo para *Asturica Augusti* (Astorga), entrando no concelho de Vila Verde por Pado, ao atravessar a ponte.

Segundo alguns autores, a via XIX foi construída em finais do século I a. C e inícios do I d.C., sendo uma das primeiras a ser construída, datando o miliário mais antigo de 11-12 d.C., tendo sido inicialmente designada de via IV, Via Militar Romana e assumindo posteriormente a designação de via XIX, no Itinerário Antonino (Silva e Marín Díaz, 1995:64-66).

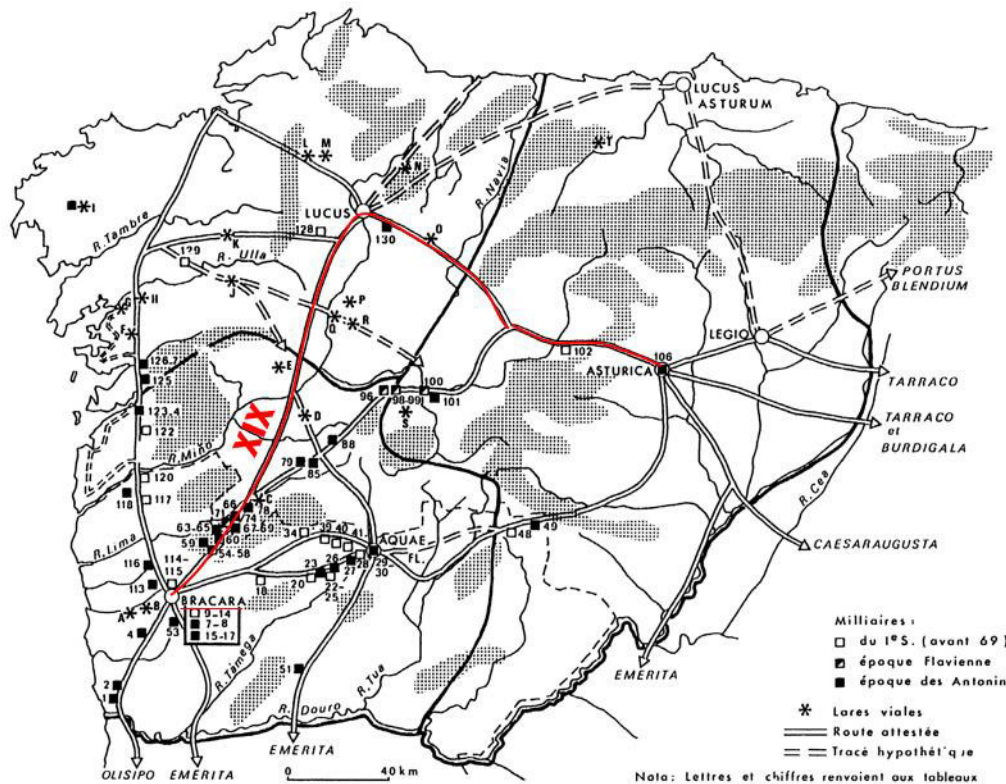


Figura 8 - Rede viária do NO peninsular (sécs. I e II), adaptado (Tranoy, 1995-96: 37).

A via XIX saía de Braga em direção ao rio Cávado, onde era necessário fazer-se a travessia, a vau ou por uma eventual ponte, de modo a alcançar Prado. O trajeto da via seria a montante da atual estrada Braga-Prado (Carvalho, 2008a:309). Segundo é proposto por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1979), após Prado o trajeto atravessaria Vila Verde pelas freguesias de Moure e Marrancos, em direção a Ponte de Lima. Seguiria para Tui por Rubiães e Valença, continuando para *Lucus Augusti* por *Iria Flavia* (Carvalho, 2008a:199).

A vila de Prado e a freguesia de Cabanelas constituem duas das principais áreas de concentração de vestígios romanos. Prado destaca-se pela existência de uma *mansio* (Carvalho, 2008a:201) e de um *vicus viário*, pertencentes à via XIX, e ainda pela extração de argila praticada no período romano (Carvalho, 2008a:214).

De facto, Prado é, igualmente, importante devido à sua localização privilegiada, que lhe permitia acesso ao rio Cávado e a outras vias secundárias. É igualmente possível que, para além da via XIX, existissem outras vias de ligação entre Prado e Braga, uma das quais poderia passar junto ao Lugar de Gaião (Carvalho, 2008a:265-266).

A freguesia de Cabanelas destaca-se pela identificação de uma necrópole, com algumas caixas de túmulos e cerâmicas inteiras, que foi transferida para o Museu Pio XII, assim como uma ara em granito (Amorim, 2008:68).

2.4. Período Medieval

O domínio romano irá ser fortemente abalado com as invasões bárbaras, nomeadamente com a chegada dos suevos ao NO da Península Ibérica que, em 411, fundam a capital do seu reino em *Bracara Augusta*. Consequentemente, o seu domínio atinge o território do atual concelho de Vila Verde (Nevada, 1994c:4). De facto, a existência de topónimos e etnografia sueva permite admitir a possibilidade da presença sueva neste território (Nevada, 1994c:7).

No século VIII, o território correspondente ao atual concelho de Vila Verde foi alvo de dois movimentos migratórios: um proveniente das Astúrias, constituído por sociedades hierarquicamente rígidas, e outro oriundo do atual centro do país, em fuga ao mouro Almançor. Estes movimentos influenciaram inevitavelmente o território a nível económico e social (Pinto, 1999:29). Ainda neste século, Afonso I das Astúrias reconquista Braga e liberta a vila de Larim dos árabes, passando a sua administração a ser do domínio régio (Nevada, 1994d:224-226).

Da passagem de árabes ou mouros por este território apenas restaram vestígios em alguns topónimos e lendas (Nevada, 1993b:7).

Contudo, com a reorganização do território da região bracarense, empreendido pelos reis asturianos e leoneses a partir dos séculos IX e X assiste-se a um crescimento populacional considerável, que se fixa ao redor das igrejas que resistiram ou de novas que, entretanto, vão surgindo. Em consequência do crescimento demográfico, assiste-se igualmente a um aumento significativo do número de paróquias e de igrejas paroquiais. Com o intuito de melhor administrar esta imensa Diocese, o Bispo D. Pedro dividiu-a em *terras* e *arcediagos* (Marques, 2005:49-50).

Na realidade, embora este território se encontrasse dividido em seis concelhos, a saber, o concelho de Aboim, o concelho de Penela, o concelho de Regalados, o concelho de Vila Chã, o concelho de Larim e o concelho de Prado (Nevada, 1994b:45), vulgarmente encontramos a designação *Terras* quando se abordam circunscrições administrativas. No século XI, as circunscrições administrativas que abrangiam o atual concelho de Vila Verde eram a Terra de Entre Lima e Neiva, a Terra da Nóbrega, a Terra de Neiva e a Terra de Regalados (Nevada, 2001a:103-104).

Através dos registos eclesiásticos é possível verificar a distribuição espacial das paróquias constituintes deste território, tal como salienta José Marques, que utiliza o *Censual* do Bispo D. Pedro para esta finalidade, fonte que permite recuar até ao século XI (Marques, 2005:51).

Mais recentemente foram publicados novos dados sobre o povoamento do território bracarense entre os séculos IX e XI, que colocam em evidência as bases materiais da organização social deste espaço, permitindo documentar, identificar e cartografar as várias unidades de organização social do espaço minhoto (Marques, 2012).

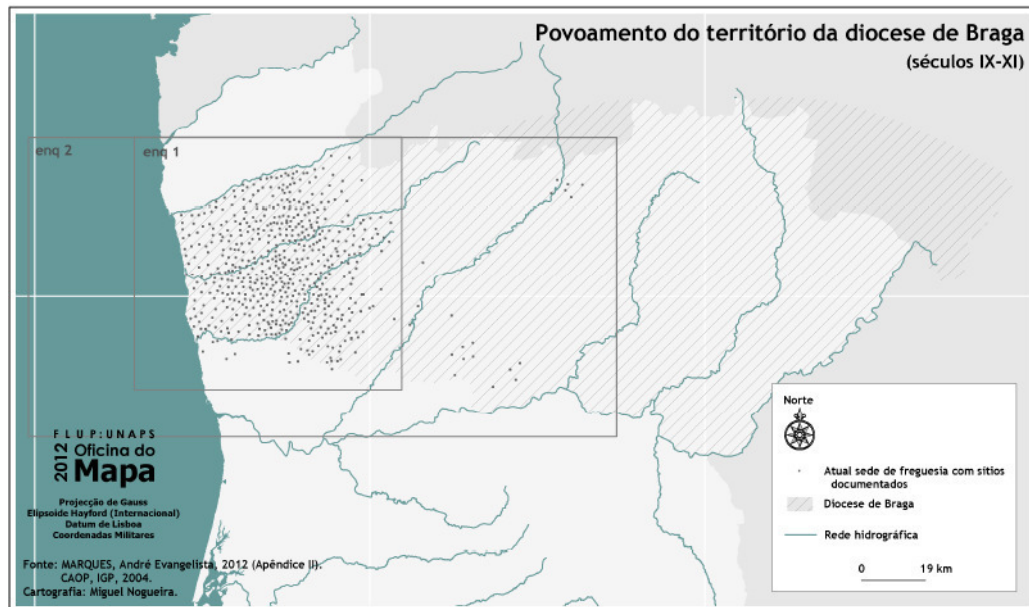


Figura 9 - Povoamento do território da diocese de Braga (séculos IX-XI) (Marques, 2012: 41)

Uma das figuras centrais da história medieval de Vila Verde é D. Egas Gomes Pais de Penegate, fidalgo da Casa de Bravães, infância, que segundo Serra Nevada está na origem da nobreza, casas, coutos, honras e concelhos deste território (Nevada, 1994b:48). Este importante militar merece distinção pela edificação da primitiva Torre de Penegate (Nevada, 1993b:23), lançando assim os alicerces para o futuro Couto de Penegate (Nevada, 1994h:462), mas também pela forma como estende a sua influência, através da sua descendência. Esta, direta ou indiretamente, foi responsável pela administração dos territórios do atual município vilaverdense do século XI ao século XV. O seu descendente com maior notoriedade foi D. Nuno Álvares Pereira, que se tornou Condestável do Reino no século XIV (Nevada, 2002:63), figura responsável pela administração na fase final (Nevada, 1994h:451).

Segundo as Inquirições de 1220 verifica-se que o território do atual Concelho vila-verdense já se encontrava dividido em pequenos concelhos neste período (Nevada, 2003a:142). Em 1220, existiam neste território 14 coutos e 11 honras, isto é, terras imunes às leis reais, exceto nas

penas de justiça de maior importância. A par disto, encontravam-se também 28 senhores poderosos nestes domínios, fenómeno que demonstra a importância do território (Nevada, 1994b:47-48).

Os seis antigos Concelhos em que se encontrava dividido o território destacam-se por motivos diversos, sobre os quais se torna difícil tecer uma análise pormenorizada no âmbito deste trabalho. Referir apenas que, por exemplo, o concelho de Aboim se destaca pela presença de D. João Peres, mordomo-mor de D. Afonso III e figura de importância no Reino (Nevada, 1994i:473). Por exemplo, na assinatura na Carta de Foral concedida a Prado, a localização da assinatura de D. João Peres, vem logo abaixo da dos bispos (Nevada, 2001a:20-21). No caso de Penela, que possui a notícia mais antiga no século XI (Nevada, 1994e:287), sendo o couto de Penegate uma das suas sedes iniciais (Nevada, 1994e:322), salienta-se a existência de cinco coutos e uma honra, sinónimo da presença de grandes e importantes famílias no território (Nevada, 1994h:440). O concelho de Regalados, ou Terra de Regalados como é mais comumente referido, foi administrado entre 1071/1072 e 1112 por D. Egas Pais, passando a partir desta data a jurisdição para os condes D. Henrique e D. Teresa. Em 1128, a jurisdição é transferida para o Infante D. Afonso Henriques, que dois anos mais tarde doa a Terra de Regalados ao arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, que passa assim a depender da justiça da Sé de Braga (Nevada, 2003b:39-49). Neste ano D. Afonso Henriques institui o Couto de Regalados, que passará a Julgado no século XIII (Nevada, 1993d:12). No caso do concelho de Vila Chã, importa realçar o facto de no século X ser muito povoado e as suas paróquias muito importantes. A sua jurisdição estava a cargo das Terras de Penela e acabou por ser anexado à administração de Penegate (Nevada, 1994h:460-463). Constituiu-se por sete das atuais freguesias do Concelho de Vila Verde (Nevada, 2003a:74), uma das quais era S. Paio de Vila Verde, que no século XVI tinha 28 moradores (Pinto, 1999:35-36). O concelho de Larim, possui o documento mais antigo, datado do primeiro quartel do século X (Nevada, 1994d:223) e destaca-se por ter pertencido ao rei Ramiro II de Leão e, posteriormente, à Condessa Mumadona Dias. É deste Concelho que “nasce” o de Prado, inicialmente uma Vila atribuída a D. Branca Guterres da Silva (Nevada, 2000:201-203). Na realidade, os descendentes de Ramiro II e de D. Branca detiveram o título de Condes de Prado durante séculos (Nevada, 1994g:388), estando o Senhorio de Prado na sua posse ao longo desse período (Nevada, 2001a:99). Ramiro II deixou também a sua marca devido à Igreja Matriz que deu a Prado, cujo padroeiro era S. Jorge (Nevada, 2001a:110). O facto de possuírem descendência da Casa Real Leonesa leva os Prado a procurar prestígio para a sua terra. Desta procura resulta a ascensão à categoria de circunscrição

administrativa e judicial, passando a designar-se por Terra de Prado (Nevada, 2001a:99-100), fenómeno realizado por S. Geraldo (Nevada, 2001a:136) e que data do tempo do Conde D. Henrique (Nevada, 2001a:127). A circunscrição administrativa de Prado era constituída por freguesias e coutos, sendo alguns exemplos disso os coutos de Cervães, Manhente, Azevedo e Febros. Contudo, devido ao período ser de instabilidade administrativa, são desanexadas várias localidades a esta Terra (Nevada, 2001a:134-135). Prado recebeu carta de foral outorgada por D. Afonso III, em 14 de fevereiro de 1260 (Paulo, 2007:36). No entanto, como o senhor de Prado nessa época era D. João Nunes, neto bastardo do rei, o foral é promulgado pelo rei, mas também pela Infanta D. Branca (Nevada, 2001a:136). Prado era povoado e administrado pelas mais ilustres e prestigiadas famílias (Nevada, 2001b:22). No século XVI nasce o título de Condes de Prado, cujo 1º é D. Pedro de Évora, descendente de D. Afonso III (Pinto, 1999:36). Neste sentido, Prado destaca-se pela presença das mais ilustres e prestigiadas famílias, no seu povoamento e na sua administração (Nevada, 2001b:22) e pela feira quinzenal realizada a partir de 1307 e que, muito provavelmente, é a realizada na atualidade, com a periodicidade semanal (Almeida, 1968:60).

Assim, em síntese, importa destacar que entre os séculos XI e XIV, boa parte do território de Vila Verde se encontrava na posse da família da Condessa Mumadona Dias, bem como na do seu marido, o Conde Hermenegildo, formando um logradouro da alta nobreza portugalense (Alves, *et al* 2008:184). Também a este território se encontrava ligada a Casa de Bragança (Nevada, 2003a:38-70), nomeadamente ao, então, Couto de Vila Verde (Nevada, 1993d:18).

Os Concelhos são marcados no século XIII pela concessão de forais feita por D. Afonso III, que para além do foral de Prado, concede também foral a Vila Chã e Larim (Paulo, 2007:33-36), havendo referência de que Regalados também era Concelho, sem ser possível, contudo, verificar a cronologia deste acontecimento (Pinto, 1999:34).

Este período foi rico nos vestígios deixados em Vila Verde, bem como na sua diversidade, a saber, pontes, vias, torres e igrejas de estilo românico (Regalo, 1987:36). Os castelos e as torres, as igrejas e os mosteiros constituem os exemplos mais importantes de uma época marcada pela guerra. Penegate, Oriz, Gomariz e Soutelo são alguns exemplos de destaque, cuja ocupação se prolongou por vários séculos, como testemunho da importância e força da aristocracia ligada a esta terra (Couto, *et al*: 1986:102). As torres ou casas-torre possuem a sua maior representante no exemplar de Penegate, caso abordado em maior detalhe no ponto 6.3.10, que, em 1322, é

reedificada por Mem Rodrigues de Vasconcelos (Nevada, 1993a:23), companheiro de armas de D. Dinis e meirinho-mor do rei na região de Entre-Homem-e-Cávado.

Importa, igualmente, destacar nesta abordagem ao período medieval no concelho de Vila Verde o surgimento dos Caminhos de Santiago, após a descoberta do túmulo do Apóstolo Tiago, em Compostela, no século IX (Mendes, 2009:5). Na realidade, este acontecimento, conjuntamente com a ação de Afonso II de Leão, designadamente a construção de uma pequena igreja devota a esse Apóstolo, tornou Santiago de Compostela um novo e importante centro de peregrinações.

A partir do final do século XI foram diversas as ilustres figuras que caminharam rumo a Santiago, nomeadamente a esposa de Fernando I, Sancha, que faz o trajeto pela primeira vez em 1063; em 1071, D. Pedro, primeiro bispo de Braga, após a restauração da diocese; os condes portugalenses, D. Henrique e D. Teresa, em 1097 e D. Hugo, bispo do Porto. No âmbito das peregrinações régias realizadas por monarcas portugueses salientam-se as de D. Afonso II, em 1220, D. Sancho II, em 1244, e a Rainha Santa Isabel, em 1325, crentes fervorosos do Apóstolo (Marques, 1994:105-117).

Na realidade, no século XIV ocorreu aquela que foi, possivelmente, a peregrinação de maior mediatismo, a peregrinação da Rainha Santa Isabel rumo a Santiago, em 1325 pela primeira vez e em 1335 pela segunda. Outra peregrinação importante foi a de D. Manuel I, em 1502, que é de maior interesse para este trabalho uma vez que de acordo com o registo passou em Dume, Braga (Marques, 1994:115-119). Face a este dado é possível conjecturar a sua passagem também pelo atual concelho de Vila Verde, uma vez que desse ponto, a única possibilidade era seguir em direção à ponte sobre o Cávado, fazer a sua transposição e entrar assim nos domínios vila-verdenses.

Dos vestígios medievais no concelho de Vila Verde associados ao culto do Apóstolo Tiago, que é, ou foi, padroeiro de quatro das freguesias deste território (Marques, 1992:141-144).

Este facto, associado à existência de um mosteiro em Moure, de Santo Antonino (Nevada, 2003a:54-61), e à compilação cartográfica levada a cabo por Iria Gonçalves (s.d.:18) acerca das principais vias de comunicação, bem como à informação que Baquero Moreno fornece acerca de um dos Caminhos de Santiago que tinha origem no Porto rumo a Compostela, com passagem por Braga, Ponte de Lima, Valença e Tui (Moreno, 1986:78), permitem considerar a existência de uma rota jacobea neste território, que vindo de Guimarães atravessava o Concelho de Penela, território do atual Concelho de Vila Verde, rumo a Santiago de Compostela, visto que o fenómeno das peregrinações muitas vezes ocorria por antigas vias romanas e medievais (Mendes, 2009:6).

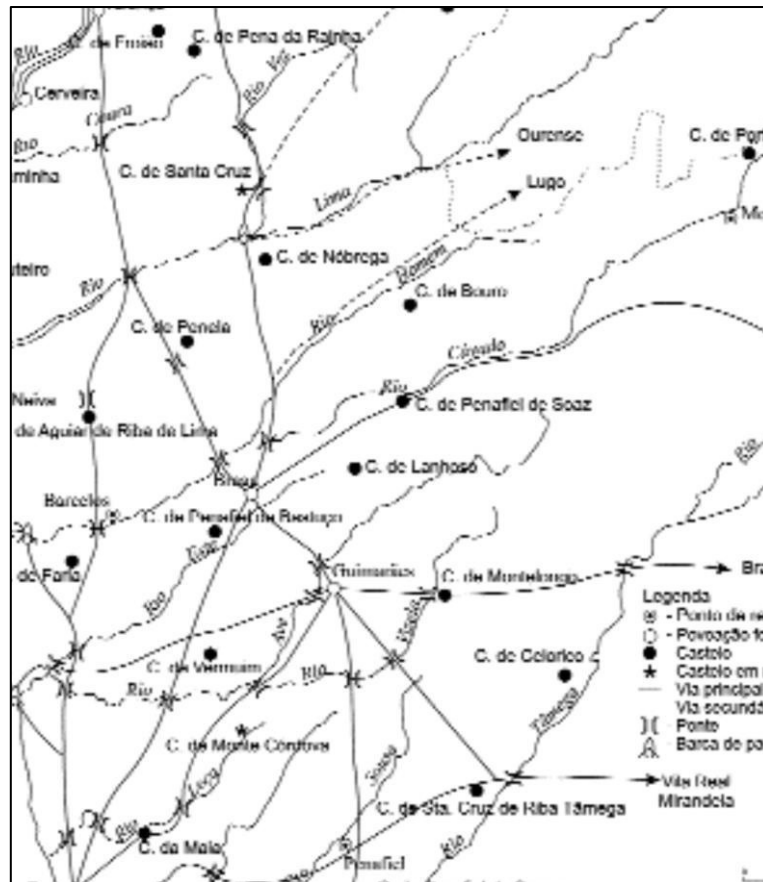


Figura 10 - Principais fortalezas e vias de comunicação (Gonçalves s.d. :18)

A reunião destas fontes permite atribuir alguma sustentabilidade à hipótese de as peregrinações jacobéias se terem verificado neste território desde que este fenómeno se desencadeou no século IX, nomeadamente porque muitos eram os mosteiros que nasciam ao longo do Caminho de Santiago para auxiliar os peregrinos.

2.5. Períodos Moderno e Contemporâneo

O período moderno, em determinados aspetos, é uma continuidade do anterior. No início do século XVI, D. Manuel renova os forais que já existiam nestes domínios e concede foral também ao Concelho de Penela (Paulo, 2007:33). Em 1528, D. João III confirma os Julgados de Vila Chã, Larim e Penela. Estes são unificados cinquenta anos mais tarde (Nevada, 1994:572-574).

Entre os aspetos mais marcantes destaca-se, igualmente, a atribuição de um padrão a Atães, por D. Sebastião, em 1558, que concede aos proprietários bem como à localidade privilégios. Relativamente a esta freguesia é ainda de salientar que, segundo se diz, foi nos seus Paços que o Prior do Crato, D. António, se refugiou após a derrota em Alcântara (Azevedo, 1958:103). No

Concelho de Aboim, a Ordem de Malta surge como donatária do Couto com o mesmo nome (Nevada, 1994c:168). No caso do concelho de Prado é criado o título de Condes de Prado, que visa contemplar os donatários deste território (Paulo, 2007:33), ao qual é anexado a freguesia de S. Tiago de Francelos (Nevada, 2001b:179). Em Moure, a Casa da Câmara é concedida pelo Arcebispo de Braga, a Gonçalo Pires de Araújo (Nevada, 1993b:15) e, S. Paio de Vila Verde tem como marco a Casa das Torres (Nevada, 2003a:131).

Os séculos XVI e XVII são abundantes, neste território, na criação de morgados (Nevada, 1993b, 1997,2015). Também no século XVII, os concelhos de Vila Verde e os de Vila Chã e Larim são unificados pela Casa de Bragança (Nevada, 1993d:19). A Casa de Abreu de Regalados era igualmente uma das casas mais marcantes do reino (Nevada, 1994j:551).

No século XVIII, a freguesia de Vila Verde começa a destacar-se, fenómeno que pode estar na origem da sua escolha para se tornar sede de Concelho (Paulo, 2007:33).

A nível religioso verificava-se a existência de imensas ermidas e capelas que atraíam romeiros um pouco por todo o território, contudo merece destaque o Santuário da Senhora do Bom Despacho, em Cervães pela sua relevância.

O comércio nestes domínios fazia-se, também, através de feiras, as quais existiam em, pelo menos, cinco freguesias diferentes, possuindo maior importância as de Prado e Vila Verde, que se mantêm até hoje (Oliveira, 2011:142-144).

Na realidade, a partir das Memórias Paroquias de 1758 (Capela, 2003) é possível verificar que o concelho de Vila Verde era bastante dinâmico do ponto da realização de festas, romarias e feiras. Esta circunstância remete obviamente para o carácter religioso e devocional das populações, mas também para o dinamismo económico e comercial da região. A título de exemplo refiram-se as cinco feiras que se realizavam no Concelho, uma quinzenal, uma mensal e três anuais. A feira quinzenal realizava-se em Travassós, S. Paio de Vila Verde (Vila Verde), onde está a casa do concelho de Vila Chã. Era uma feira franca, que iniciava no dia 13 de junho e durava 2 dias. A mensal era realizada no dia 19 de cada mês, em S. Pedro de Valbom, junto à capela de S. Bento. Uma das feiras anuais realizava-se a 16 abril em Sande (Vila Verde). Esta feira era conhecida como a Feira da Pulha. Era uma feira de gado no sítio da capela de S. Frutuoso. A segunda feira anual realizava-se no dia 13 agosto (Dia de S. Bento) em S. Pedro Valbom. Era uma feira franca, junto à capela de S. Bento dos Milagres. Por fim, a terceira feira anual realizava-se nos dias 13-14 dezembro (Dia de Santa Luzia) em Azões e Duas Igrejas (Vila Verde). Era uma feira franca,

sobretudo de cavalos, éguas, mulas e outras bestas. Era frequentada por muita gente que depois da romagem à Santa, ia fazer os seus negócios.

Este dinamismo comercial remete obviamente para a importância dos caminhos do Concelho, nomeadamente para a estrada que sai de Braga e se dirige às vilas do Alto Minho e fronteira, e permitia articular o Baixo Minho ao Alto Minho, onde se destaca a realização da feira quinzenal de Vila Chã (Vila Verde).

No caso dos Caminhos de Santiago no território de Vila Verde as fontes não permitem afirmar a utilização de vias de comunicação com o intuito de peregrinação durante a Idade Moderna. No entanto, devido à possibilidade referida anteriormente de ter existido um itinerário no período medieval, utilizado para peregrinações a Santiago, é plausível que tenha ocorrido a continuidade desse fenómeno nos períodos seguintes, perpetuando os vestígios que permitiram a definição da via existente atualmente.

O período contemporâneo no concelho de Vila Verde, mais concretamente o século XIX, é marcado por um vasto conjunto de acontecimentos. Entre estes destacam-se, a abolição dos morgados, o facto da descendência de D. Egas Pais de Penegate perder algumas posses (Nevada, 1997:29), a sede do concelho de Vila Chã passar para Vila Verde ou ainda a extinção e integração o concelho de Aboim nos domínios do concelho de Regalados (Nevada, 1994j:497-531) assim como a absorção do couto de Moure pelo concelho de Penela (Nevada, 1994a:47).

Na verdade, em 1826 os territórios do atual município vila-verdense encontravam-se espalhados pelas Comarcas de Braga, Barcelos e Viana do Castelo, com 13 concelhos e 99 freguesias, das quais 58 chegam ao século XXI inseridas no concelho de Vila Verde (Souza, 2005:81-86).

O primitivo concelho de Vila Verde encontrava-se na Comarca Judicial de Viana do Castelo, contudo em 1835 passa a integrar a Comarca de Pico de Regalados, lançando-se assim as bases para a fundação do atual concelho (Nevada, 1994j:575).

Em 1846, aquando da eclosão da revolta Maria da Fonte, a população de Prado invadiu os Paços do Concelho e destruiu o arquivo, demonstrando assim o seu desagrado face à política em funções (Pinto, 1999:38-42).

Entre 1853 e 1855 toda a área do atual município vila-verdense foi afetada pela transformação administrativa verificada a nível nacional.

As revoltas ocorridas neste período tiveram, na sua maioria, início nos territórios que formam o atual concelho de Vila Verde (Capela, 1997:296). O concelho de Vila Verde nasce sob o signo

do liberalismo, nova unidade administrativa, fruto de circunstâncias políticas propícias (Capela, 2005:73). A sua fundação e localização ficaram a cargo de uma Comissão Nacional, que teve como primeiro impulsionador Rodrigo da Fonseca Magalhães (Azevedo, 1958:33). O Governador Civil de Braga foi o responsável por oficializar as câmaras que seriam dissolvidas, a sua solvência e a extinção dos concelhos, ao mesmo tempo que declarava a necessidade de entrega de todos os documentos e bens, dos concelhos extintos, na sede do novo concelho. O Governador passa, também, um alvará para constituição da Comissão Concelhia, formada por cidadãos do concelho recém-formado (Nevada, 1993d:28-29). Este momento de fundação concelhia é também marcado pela ascensão de S. Paio de Vila Verde de freguesia a vila e pela unificação de poderes divididos desde o período medieval (Pinto, 1999:38-40).

A arquitetura, no século XVIII, era de cariz civil, cuja representação mais significativa do barroco se encontra espalhada um pouco por todo o município (Pinto, 1999:53); contudo no século XIX abrange também cariz religioso (Pereira, 1992:33). O Barroco destaca-se no século XVIII, neste território com o Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho, em Cervães, no entanto existiam outros exemplares espalhados pelo concelho (Rocha, 2006:133).

3. A salvaguarda e classificação do património

O entendimento que temos hoje de património, bem como os instrumentos utilizados para a sua salvaguarda e classificação são o resultado de um já longo processo que de forma sucessiva tem procurado evidenciar a importância do património e da cultura como elementos estruturantes da identidade histórico-cultural das regiões e do seu potencial económico e social, mas também como elementos dinamizadores de outros setores económicos, como o turismo, a hotelaria ou a restauração.

As preocupações com o património cultural, agudizadas com as destruições resultantes da 1ª Grande Guerra Mundial, estiveram na base da realização do 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, no âmbito da Sociedade das Nações, em outubro de 1931, na cidade de Atenas, bem como na elaboração do primeiro documento patrimonial de alcance internacional, conhecido como “Carta de Atenas”.

Este documento normativo, produzido durante o Congresso, teve como principal preocupação a degradação dos monumentos históricos, decorrente da erosão do tempo, apontando um conjunto de medidas de proteção através de uma permanente monitorização com recurso à conservação, em detrimento das reconstituições integrais. Aconselha, ainda, a adoção de diretrizes interdisciplinares entre Arquitetos e Técnicos de Conservação, bem como a colaboração destes com outras áreas do conhecimento, nomeadamente das Ciências Exatas e da Natureza.

Importa salientar também no âmbito deste trabalho as recomendações feitas pela Carta de Atenas relativamente à administração e legislação dos monumentos históricos, bem como à sua valorização, propondo orientações sobre os materiais de restauro e respetivas técnicas de conservação⁸.

A seguir à 2ª Guerra Mundial, a Sociedade das Nações dá lugar às Nações Unidas, no âmbito da qual se cria a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1946. Com a UNESCO acentua-se a consciência para a salvaguarda do Património Mundial, que esteve na base da realização do 2º Congresso de Arquitetos e Especialistas de Edifícios Históricos, em Veneza, no ano de 1964.

Deste Congresso resultam duas importantes resoluções. Um novo documento internacional que alarga o âmbito de proteção para os monumentos e sítios, a Carta Internacional para a Conservação de Monumentos e Sítios, conhecida como Carta de Veneza (1964) e a criação do

⁸ Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (International Council of Monuments and Sites) (ICOMOS), em 1965.

A Carta de Veneza alarga o entendimento de monumento histórico enquanto obra isolada e adota a noção de ambiente urbano e paisagístico como testemunho civilizacional. Segundo as suas definições, o monumento histórico e o seu espaço passam a constituir um testemunho civilizacional de significado cultural, cuja conservação e restauro deve obedecer a todas as ciências e técnicas para a sua segurança. Os seus objetivos autenticam a conservação e o restauro, com destaque à atenção à obra de arte e ao seu testemunho histórico. A Carta de Veneza estabelece assim as regras e princípios para conservação, restauro, sítios monumentais, escavações, documentação e publicação⁹.

Por sua vez, o ICOMOS, assume-se como uma organização não-governamental associada à UNESCO, responsável por propor os bens que recebem o título de Património Cultural da Humanidade.

As questões com a definição e proteção com o património voltam a ser debatida na 16^a sessão da UNESCO, que decorreu entre 17 de outubro e 21 de novembro de 1972, na cidade de Paris. Desta sessão, surge a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, conhecida como Convenção de Paris, de 1972. Nela é definido o conceito de Património Mundial, bem como o das suas subdivisões, o Património Cultural e Património Natural¹⁰. O conceito de Património Cultural passa a ser entendido como o conjunto de monumentos que correspondam a obras arquitetónicas, escultóricas ou pictóricas de maior valor Histórico, Artístico ou Científico. Por sua vez, o Património Natural engloba os monumentos naturais como: formações físicas, Biológicas e Geológicas com valor universal em termos estéticos ou científicos. Outro importante aspeto desta Convenção é a atribuição aos Estados a responsabilidade de identificar, proteger e reabilitar o seu legado patrimonial, de modo a transmiti-lo às futuras gerações, seguindo a adoção de medidas de conservação eficazes. Outra consequência da Convenção de Paris, foi a criação, em 1976, do Comité do Património Mundial e do Fundo do Património Mundial, conforme definido pela Convenção. Em 1979, assiste-se à realização das primeiras inscrições de bens na Lista do Património Mundial.

A necessidade de ampliar os instrumentos internacionais para as questões de salvaguarda patrimonial, analisada na conferência da UNESCO, em Nairobi, que decorreu de 26 de outubro a

⁹ Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

¹⁰ Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

30 de novembro de 1976, originou a publicação de outro documento internacional, desta vez sob a forma de Recomendação – Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos histórico e da sua função na vida contemporânea, vulgarmente conhecida como Recomendação de Nairobi, de 1976.

Desta forma, e de modo a ampliar o próprio conceito de património cultural, é definido o conceito de “conjuntos históricos ou tradicionais”, bem como ressaltada a sua importância como Património Universal Insubstituível. Neste conceito incluem-se todos os conjuntos de construções, espaços envolventes, sítios arqueológicos e paleontológicos, que componham assentamentos de sociedades em meio rural ou urbano de reconhecido valor arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. A Convenção de Nairobi determina ainda políticas nacionais, regionais e locais através da adoção de medidas jurídicas, técnicas, económicas e sociais, em termos nacionais e regionais para a devida salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e seu meio¹¹.

Para além das cartas e convenções referidas anteriormente, consideramos que no âmbito deste trabalho, é fulcral referir a Carta Ename, criada em 2002, com o objetivo de interpretar e apresentar sítios de Património Cultural. Esta Carta constitui a décima primeira carta oficial adotada pela UNESCO, desde a sua criação em 1965¹², e que analisaremos com mais detalhe no próximo ponto deste capítulo.

Em termos de organizações internacionais relacionadas com a salvaguarda e classificação do património, para além do Comité do Património Mundial da UNESCO, já referido, importa mencionar igualmente o programa Itinerários Culturais do Conselho da Europa, lançado em 1987 pelo Conselho da Europa “com a finalidade de demonstrar, através da viagem no espaço e no tempo, como o património cultural da Europa se desenvolve através das fronteiras”¹³. O apoio técnico a este programa é dado pelo Instituto Europeu dos itinerários culturais, com sede no Luxemburgo, que beneficia também do suporte da Comissão Europeia. É neste contexto que, em 1987, o Conselho da Europa classifica o Caminho de Santiago como Primeiro Itinerário Cultural Europeu, existindo atualmente 33 Itinerário Culturais credenciados, encontrando-se Portugal representando em cerca de 10, nomeadamente no Itinerário do Românico do património europeu (TRANSROMANICA)¹⁴, e nos Caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela¹⁵.

¹¹ Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>

¹² Disponível em <http://www.enamecenter.org/EEC2013/index-E.html>

¹³ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/participacao-da-dgpc-em-organizacoes-internacionais/>

¹⁴ www.transromanica.com

¹⁵ www.saintjamesway.eu

Por fim, importa ainda destacar as Jornadas Europeias do Património (European Heritage Days) uma iniciativa anual do Conselho da Europa e da União Europeia que envolve mais de 50 países, e que tem por objetivo sensibilizar os cidadãos europeus para a importância da salvaguarda do Património¹⁶. As primeiras jornadas realizadas em 1985 tiveram lugar em Granada, Espanha. Em 1991, o Conselho da Europa lançou oficialmente as Dias do Património Europeu com o apoio da Comissão Europeia. Em 1999, esta iniciativa tornou-se uma ação conjunta do Conselho da Europa e da Comissão Europeia. Em toda a Europa, durante os fins-de-semana de setembro, as Jornadas Europeias do Património (JEP) abrem as portas de inúmeros monumentos e sítios, muitos deles geralmente fechados ao público¹⁷. Em Portugal JEP são coordenadas pela Direção-Geral do Património Cultural.

3.1. O contexto nacional

De forma geral, ao longo dos tempos, a UNESCO procurou, entre outros objetivos, a defesa e preservação do Património Cultural, apoiando-se na atualidade nos Comitês Nacionais, existentes em quase todo o mundo (Carneiro, 2004:88), através da produção de diversos documentos internacionais. A UNESCO procurou incutir a capacidade coletiva para compreender e antecipar as mutações do ambiente, através da educação, da investigação científica e da partilha do conhecimento¹⁸. Nesse sentido, um dos seus objetivos atuais, um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), refere à cultura enquanto molde identitário do ser humano e a aceitação da diversidade cultural a nível global¹⁹.

No âmbito nacional são vários os documentos internacionais que desencadeiam mecanismos que começaram a pôr em prática as suas recomendações. A este propósito merece particular destaque a criação da Direção Geral dos Monumentos Nacionais, criada em 1929, que tinha como objetivo reunir os serviços e obras de edifícios nacionais para proceder à classificação de monumentos de relevância histórica enquanto património nacional (Neto, 1999).

Entre as suas funções destacavam-se o estabelecimento de princípios técnicos e regras aplicáveis no processo de conservação e/ou restauro de monumentos nacionais; organização do catálogo, arquivo iconográfico dos imóveis e atualização do inventário; definir zonas de proteção

¹⁶ <http://www.europeanheritagedays.com/>

¹⁷ <http://www.europeanheritagedays.com/Home/About.aspx?id=899918ef-2833-46d5-842e-84192abe59d3>

¹⁸ Disponível em <http://es.unesco.org/about-us/introducing-unesco>

¹⁹ Disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/post-2015-development-agenda/unesco-and-sustainable-development-goals/sustainable-development-goals-for-culture-on-the-2030-agenda/#c1536461>

na área circundante dos monumentos; estabelecer a ligação entre o Estado e proprietários privados de imóveis classificados e organização e submissão anual do plano geral de obras para aprovação superior (Neto, 2001:206-207).

Em 1971 surge a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, responsável, entre outras coisas, por cadastrar os bens inventariados ou classificados e pela defesa e valorização dos bens culturais; contudo, já desde os anos 40 se percebe a necessidade de criar um serviço especializado (Silva, 2012:46).

Após a criação desta instituição as funções orgânicas da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) vão sofrendo alterações até à sua extinção em 2006 (Silva, 2012:48).

Em 1976, Portugal esteve representado pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais enquanto Órgão da administração pública para as questões do património, passando a ser convidado a constituir a sua Comissão Nacional (CNP).

Em novembro de 1979 reuniram-se os representantes da Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda Cultural e Natural, da Direcção-Geral do Património Cultural, da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para a elaboração dos estatutos da CNP a submeter à Comissão Executiva do ICOMOS, posteriormente aprovados a 14 de outubro de 1980.

Após a formalização da sua existência, só em dezembro de 1982 é legalmente reconhecida a Comissão Nacional Portuguesa para Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios através da sua escritura pública, sendo que o organismo consultivo da UNESCO, apenas em 1983, proporciona a classificação dos primeiros 4 monumentos Portugueses.

O primeiro instituto público português criado com estes fins foi o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), pelo decreto de lei nº59/80, de 3 de abril, em 1980. As suas competências englobavam, entre outras responsabilidades, a proteção e salvaguarda dos bens que constituíam elementos patrimoniais da cultura nacional, nomeadamente o património em risco de deterioração iminente. Era sua função também manter atualizado e organizado o Inventário Geral do Património Cultural. Pretende-se que este organismo efetue um trabalho conjunto com a DGEMN na coordenação da ação do Estado em relação a obras de restauro e recuperação de património cultural imóvel.

Após dez anos de existência, este instituto sofreu alterações, acabando restrito à tutela de imóveis, móveis com algumas exceções e bens culturais imateriais. Esta nova estrutura teve uma

breve duração, uma vez que em 1992 se criou um novo instituto responsável pela tutela do património cultural imóvel, o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR) (Silva, 2012:52-54).

A Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de setembro), define as bases da política e do regime quanto à proteção e valorização do património cultural (Silva, 2012:152). Esta lei, que possui uma noção de património cultural, define que através da salvaguarda e valorização do património cultural, é responsabilidade do Estado garantir a transmissão de um legado nacional contínuo e enriquecido que irá unir as gerações num caminho civilizacional ímpar, assim como a proteção e valorização do património cultural enquanto ferramenta superior de realização da dignidade humana, objeto de direitos fundamentais, servo da democratização cultural e pilar da liberdade e identidade nacionais (Silva, 2012:3). Fazem parte do património cultural aqueles bens que devido ao seu valor civilizacional ou cultural merecem particular proteção e valorização (Silva, 2012:31). A inventariação dos bens culturais nacionais, com o intuito de identificação, faz-se através de inventário dos bens públicos e dos bens particulares em separado (Silva, 2012:71-72). Esta lei confere utilidade pública aos bens que incorporam o património (Silva, 2012:88) e estabelece o direito preferencial do Estado em caso de venda ou doação em pagamento, realidade aplicada apenas para bens culturais classificados que não pertençam ao domínio público, uma vez que esses estão interditos a comércio jurídico (Silva, 2012:117). A aplicação desta lei apenas se iniciou em 2009 (Silva, 2012:126).

Mais recentemente, em 2012, foi criada a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), responsável pela gestão do património cultural nacional, no continente. Esta equipa abrangente, engloba quase todas as áreas técnicas e científicas. Os seus principais objetivos são garantir a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens integrados no património cultural imóvel, móvel e imaterial, assim como desenvolver e executar a política dos museus, a nível nacional, e dos monumentos classificados Património Mundial da UNESCO. Para além disto, define diretrizes para o património cultural, é responsável pela sua proteção, classificação, recuperação e inventariação, gestão de bibliotecas e arquivos e ainda apoio a outras entidades²⁰.

Tal como já mencionado, a DGPC participa atualmente em inúmeras organizações e atividades internacionais através de representantes nacionais.

²⁰ Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

3.2. Carta Internacional para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural (Carta Ename)

A Carta Internacional para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural, conhecida por Carta Ename, surgiu do reconhecimento de que, assim como a Carta de Veneza definira o princípio, através do qual, a proteção do património era essencial para a sua conservação, também a sua interpretação e apresentação deveria ser parte integrante do processo global de conservação e gestão do património cultural.

Fundada em 1998, sob o patrocínio da Província da Flandres, Bélgica, em cooperação com o Instituto do Património Flamengo e em colaboração com Jean Louis-Luxen, secretário-geral do Comité Científico Internacional de Turismo Cultural (ICOMOS) e com os funcionários do Ename Center. Na primavera de 2002, surgiu-lhes a ideia de elaborar um texto internacional sobre a interpretação e apresentação do património.

A intenção desta Carta é definir os princípios básicos de interpretação e apresentação como elementos essenciais dos esforços de conservação do património. É uma representação escrita que pretende melhorar a compreensão do público e a sua valorização.

A interpretação, de acordo com a Carta Ename, define-se como explicação ou discussão pública de um sítio de património cultural, contendo todo o seu significado, tangível e intangível.

Esta definição propõe a interpretação como fenómeno abrangente a todas as atividades que pretendem o aumento da consciência pública e melhorar a compreensão do significado do património cultural. Esta noção inclui as publicações, as conferências, as instalações, os programas educacionais, as atividades comunitárias, a investigação, a formação e a avaliação contínua do processo interpretativo.

Depois de vários rascunhos e esboços, em 2007, foi apresentado o esboço final, o sétimo, que foi, finalmente, aprovado.²¹

3.2.1 Princípios e Objetivos

A Carta Ename define sete princípios fundamentais nos quais se deve basear a interpretação e apresentação dos sítios.

O primeiro princípio aborda o acesso e compreensão face ao património cultural. É necessário que existam programas de interpretação e apresentação apropriados e sustentáveis, mas também de cariz fácil no que ao acesso físico e intelectual respeita.

²¹ Disponível em http://www.enamecharter.org/initiative_0.html

O principal objetivo é despertar no público a importância quanto à proteção e conservação do património, assim como a compreensão e valorização dos locais onde este se encontra²². No sentido de alcançar este objetivo é fundamental analisar o público que procura consumir este género de património e ter em consideração as suas necessidades, de modo a que todo o processo seja o mais fácil possível (Gonçalves, 2012:12).

O segundo princípio referencia as fontes de informação, salientando que a interpretação e apresentação patrimonial necessitam ter por base provas alcançadas através de metodologias científicas e académicas, mas também das tradições culturais vivas²³.

A informação deve ser sustentada por estudos transdisciplinares, não esquecendo os testemunhos e fontes orais. Pretende-se assim que as fontes, de pesquisa e informação, sejam documentadas e arquivadas para utilização posterior. O principal objetivo é transmitir o significado do património cultural do modo mais realista possível (Gonçalves, 2012:13-14).

O princípio três é uma chamada de atenção face ao ambiente e contexto em que a interpretação e apresentação do património cultural se devem concretizar, salientando a importância de que tal ocorra no seu ambiente e contextos social, cultural, histórico e natural. O seu principal objetivo é salvaguardar os valores, tangíveis e intangíveis, dos sítios de património cultural²⁴.

A interpretação, de modo a ser mais fidedigna, deve englobar todos os períodos históricos, todas as comunidades e o seu enquadramento geográfico (Gonçalves, 2012:14).

O quarto princípio remete para a importância de se respeitarem os princípios fundamentais da autenticidade presente nos sítios de património cultural, respeitando a essência do Documento Nara, elaborado em 1994.

O intuito deste princípio é que o respeito pela autenticidade desses sítios permita ao público apreender o seu historial e os seus valores culturais, ao mesmo tempo que compreendem a necessidade de protegê-los, nomeadamente de infraestruturas intrusivas²⁵.

As infraestruturas interpretativas devem ser sensíveis às características do local e a toda a sua envolvência (Gonçalves, 2012:14).

O quinto princípio aborda a necessidade de um plano de sustentabilidade social, económica e ambiental, com vista à preservação natural e cultural dos sítios patrimoniais. Este princípio tem como finalidade contribuir para a conservação dos sítios de património cultural, ao mesmo tempo

²² Disponível em <http://www.enamecharter.org/>

²³ Disponível em <http://www.enamecharter.org/>

²⁴ Disponível em <http://www.enamecharter.org/>

²⁵ Disponível em <http://www.enamecharter.org/>

que promove a compreensão do público face aos esforços em curso. Foca-se também na manutenção e atualização das infraestruturas interpretativas a longo prazo²⁶.

Esta sustentabilidade deve refletir-se também nas comunidades presentes nestes locais de modo a que estas interajam ativamente no processo interpretativo. A sua participação no processo pode fazer-se pela educação, formação e conceção de oportunidades financeiras. Nesse sentido é necessário que hajam incentivos para proporcionar à comunidade a oportunidade de ocupar essas funções (Gonçalves, 2012:15).

O sexto princípio aborda a preocupação com a inclusão e participação na medida em que é necessário um trabalho conjunto entre profissionais da área patrimonial, comunidades e outros interessados.

O objetivo inerente é o incentivo ao desenvolvimento e implementação de programas de interpretação, em parcerias²⁷. Estes programas devem permitir comentários e o envolvimento do público, nomeadamente no decurso do planeamento dos planos interpretativos que vise a utilização de imagens, textos e outros materiais (Gonçalves, 2012:15).

O último princípio remete para a importância da investigação, formação e evolução na interpretação dos sítios de património cultural, através de ciclos contínuos.

Estes elementos são fulcrais na interpretação patrimonial, uma vez que realçam a compreensão e apreciação na importância de um local e devem integrar cada novo plano interpretativo²⁸.

O conteúdo deve ser revisto regularmente, assim como a interpretação, os programas e o seu impacto físico.

Assim, a avaliação deve ser feita por todos, académicos, comunidades e público; os planos devem encerrar um cariz educacional; deve investir-se na formação qualificada nas áreas específicas da interpretação e os programas de conservação devem abranger a atualização e informação dos desenvolvimentos e das novidades.

É necessária cooperação internacional e partilha de experiências de modo a que o desenvolvimento e a manutenção dos padrões dos métodos e das tecnologias de interpretação se façam de modo similar por toda a parte (Gonçalves, 2012:16).

²⁶ Disponível em <http://www.enamecharter.org>

²⁷ Disponível em <http://www.enamecharter.org>

²⁸ Disponível em <http://www.enamecharter.org>

4. Os Caminhos de Santiago

São imensos os “caminhos” que integram o Caminho de Santiago, palmilhando toda a Europa e fazendo de Santiago de Compostela o seu porto de abrigo.

Na verdade, os caminhos rumo a Santiago são tantos como os pontos de partida daqueles que os percorreram e ainda percorrem (Precedo Lafuente, 1999a:74).

A partir da descoberta do túmulo de Santiago, no século IX, Compostela nasce como centro de espiritualidade de grande importância no Ocidente, tornando-se fulcral como destino de peregrinação, fascinando peregrinos de todo o mundo, desencadeando-se o surgimento de uma rede de percursos designados Caminhos de Santiago (Rodríguez Iglesias 2004-2007:212)



Mapa 1 - Rede de Caminhos de Santiago²⁹

²⁹ Fonte: Credencial do Peregrino (interior)



Mapa 2: Vias Medievais de Peregrinação (Moreno 1986:89)

As peregrinações jacobinas inicialmente seriam modestas, sendo a maioria dos peregrinos de origem galega. Contudo, em 872, Afonso III de Leão manda ampliar a igreja existente, fazendo de Santiago de Compostela um local mais atrativo (Alves, 2011:52).

O surgimento de Compostela como um dos maiores centros de peregrinação de cristãos ocorre em simultâneo com o aumento de popularidade destas peregrinações, no ano 1000. A contribuir para a difusão das peregrinações a Compostela encontra-se o Mosteiro de Cluny que, em 910,

levou o culto a Santiago para França, impulsionando e difundindo-o pela Europa. De facto, a partir do século X, abadia de Cluny passa a apoiar e dinamizar, nomeadamente ao fundar os seus mosteiros ao longo do Caminho, permitindo aos peregrinos maior facilidade no apoio e assistência, constituindo-se numa das principais instituições impulsionadoras das peregrinações jacobeanas (Mendes, 2009:5)

O mosteiro francês destacou-se ainda pelo seu pioneirismo enquanto instituição turística unicamente religiosa, fenómeno que *à posteriori* leva ao surgimento de outras instituições semelhantes ao longo do percurso (Precado Lafuente 1999b:84). A peregrinação levada a cabo por bastantes monges de Cluny concedia ao Caminho de Santiago bastante prestígio (Alves, 2011:52).

Outro dos fatores que mais contribuiu para atrair peregrinos a Santiago de Compostela, mesmo em tempo de guerra, foi a segurança que o Caminho possuía e os estímulos proporcionados por diversos monarcas. Estes incentivos incluem, para além da segurança, benefícios fiscais concedidos aos peregrinos, a fundação de cidades onde foram construídos hospitais destinados a dar assistência aos peregrinos, assim como mosteiros e catedrais. Os monarcas faziam ainda doações a instituições de assistência, cujo objetivo era conceder permitir aos peregrinos auxílio e apoio. Esta política protecionista difundiu-se e foi adotada por diversos monarcas, contribuindo tudo isto para a afirmação desta via de peregrinação (Alves, 2011:52-53). As doações régias eram outra realidade presente neste período, cujo objetivo era conceder aos peregrinos pontos de apoio e assistência ao longo do percurso (Marques,1994:108).

“solicitude dos monarcas leoneses e do nosso primeiro Rei, bem como de nobres famílias portugalenses pelos vários tipos de necessitados, incluindo os «peregrinos» e, em especial, os de Santiago de Compostela, com os quais estavam mais em contacto, quer porque frequentemente lhes batiam à porta, quer porque se dirigiam às instituições expressamente incumbidas de lhes prestarem, dentro do possível, o apoio de que careciam” (Marques 1992:108).

A construção de infraestruturas e lugares de assistência aos peregrinos foram, em alguns períodos, apoiadas por monarcas, dos quais se destacam Sancho III de Navarra e Afonso VI (Leão, Galiza e Castela).

No século XII o volume de peregrinações aumenta bastante, com peregrinos oriundos de toda a Europa, tendo um forte contributo a publicação do *Códice Calixtinus*, escrito pelo Papa Calisto II. Considerado por muitos como o primeiro guia de acesso a Santiago, o *Códice Calixtino*, é

constituído por cinco livros. Aborda, no geral, as vivências dos discípulos de Santiago na Galiza e define que cada ano, em que o 25 de julho, dia do Santo, seja um domingo, se trate de um Ano Santo Jacobeu, especial em bênçãos e privilégios para os peregrinos. No livro III é definida, pela Igreja, a inclusão do Caminho Fisterra/Muxía nas rotas jacobeias de peregrinação (Mendes, 2009:5-6). O livro V designado Liber Peregrinationis, é considerado o primeiro guia do Caminho de Santiago, contemplando informação sobre o itinerário, a hospedagem, mas também sobre a peregrinação enquanto prática livre, ou seja, qualquer pessoa podia fazê-la (Alves, 2011:54).

O *Códice Calixtino* refere que o Caminho de Santiago coincide na terra com o desenho da Via Láctea, utilizando-se assim como orientação durante a noite. Tal associação conferiu ao Caminho a designação de Caminho das Estrelas e tornou a chuva de estrelas um dos símbolos do culto jacobeu, a par da Vieira, da Cabaça e do Bordão. Estes dois últimos integravam o vestuário do peregrino (Mendes, 2009:6-7).

Com o alargamento geográfico da peregrinação a Compostela, no século XIII, são elucidados os caminhos que convergem nos Pirenéus e se unem no chamado Caminho Francês, o mais conhecido e majestoso.

A partir do século XIV, verifica-se um declínio nas peregrinações provocado pelo fenómeno da Peste Negra, que se prolonga até ao século XVI, devido à Reforma Protestante, Martinho Lutero, João Calvino e Erasmo de Roterdão foram figuras que marcaram a Igreja católica pelos seus ideais reformistas e que, entre outras coisas, consideravam as peregrinações inúteis. O nascimento do protestantismo afetou as peregrinações com origem nos países que abraçaram a Reforma (Mendes, 2009:6).

Todavia, a partir de meados do século XV é abundante o volume de registos e relatos de peregrinos famosos, nomeadamente o rei da Boémia, em 1466; Damião de Góis, em 1533; D Luís, em 1549; Confalonieri, em 1594; Cosme III de Médicis, em 1669; Nicola Albani, em 1743, entre outros (Mendes, 2009:11).

De um ponto de vista geral, o declínio do Caminho nos séculos XVII e XVIII, deveu-se a fenómenos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Contudo, a partir de finais do século XVIII, o Caminho ressurge em força, em parte devido à recuperação das tradições antigas. No século XIX, destaca-se Bula Deus Omnipotens, emitida pelo Papa Leão XIII, através da qual são autenticadas as relíquias de Santiago.

No século XX surge novo impulso na recuperação dos itinerários jacobeus por parte de alguns sacerdotes, que se dedicaram à recuperação das vias e consequentemente foi recuperada a

peregrinação. De igual modo, no final do século XX, surge o sentimento de uma Europa mais unida em diversos aspetos, nomeadamente no que refere às peregrinações e aos valores que lhe estão associados (espiritual, social, cultural, turístico e desportivo).

Atualmente, Santiago de Compostela mantém-se como um dos mais importantes destinos de peregrinação (Nadais, 2010:35-36; Alves, 2011:55-57).

Alguns dos aspetos que estiveram na base deste aumento de peregrinações foram, designadamente, em 1987, a declaração pelo Conselho da Europa do Caminho de Santiago como Primeiro Itinerário Cultural Europeu, em 1989, as Jornadas Mundiais da Juventude, que tiveram como presidente o Papa João Paulo II; em 1993, a inclusão do Caminho de Santiago no Património Mundial da Humanidade e, em 2004, a celebração do primeiro Ano Santo no século XXI, fonte de atração de imensos peregrinos.

Na realidade, o fenómeno das peregrinações, muitas vezes feitas por antigas vias romanas e medievais, originou entre outros, o desenvolvimento das cidades situadas ao longo do Caminho de Santiago que foram cimentando estes caminhos. Com períodos de maior ou menor popularidade o Caminho de Santiago, enquanto construção histórica, assenta na rede viária romana e medieval, transformada devido à peregrinação, representa uma importante via de comunicação e de trânsito comercial entre o território peninsular e os restantes países europeus (Rey Castelao 2006:96). O Caminho de Santiago, enquanto trajeto que decorre por vias de comunicação próprias, mostra claramente o caráter e a constituição da peregrinação jacobea, devido à rutura necessária com o quotidiano. Tornar-se peregrino consiste, para além de transportar a concha e o bastão, numa envolvimento que transcende o nível físico. Envolve a saída da zona de conforto e o confronto com realidades diferentes das suas, nomeadamente no que consiste à alimentação, dormida e vestuário (Herrero 1995:471).

Tal como já referido no estado da arte, as peregrinações a Santiago de Compostela, feitas a partir de caminhos portugueses, nomeadamente no tramo entre Braga e Ponte de Lima, escasseiam em fontes de informação. A grande parte das obras produzidas sobre esta temática são contemporâneas, da autoria de diversos investigadores, nacionais e internacionais que se debruçam sobre o Caminho de Santiago. Um desses investigadores, Humberto Baquero Moreno, elucida-nos um pouco acerca dos caminhos conhecidos, com origem no burgo portuense. Os caminhos localizados a norte do Douro foram sobejamente percorridos, especialmente dois percursos iniciados no Porto, um rumo a Braga, continuando para Ponte de Lima, Valença e Tui;

outro, dirigia-se para a Ponte do Ave, seguindo para Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Valença e Tui (Moreno, 1986:79).

Na realidade foi a partir da declaração dos Caminhos de Santiago de Compostela em 1987, como o Primeiro Itinerário Cultural da Europa, pelo Conselho da Europa (Silva, 2004:346), que vamos assistir a uma valorização mais consistente deste itinerário, bem como a estudos mais sistemáticos. Em 1993, o Caminho de Santiago Espanhol recebe da UNESCO o título de Património da Humanidade e, em 1998, este título é também atribuído ao Caminho de Santiago Francês³⁰.

Tendo em vista o reconhecimento do Caminho de Santiago Português como Património da Humanidade pela UNESCO, a 13 de dezembro de 2009, a Associação Espaço Jacobeus realizou o Fórum Peregrinação, em Vila Nova de Gaia, no Mosteiro de Grijó, de onde surgiu a “Carta de Grijó”³¹. Esta Carta tem como principal objetivo a realização de um trabalho conjunto desta Associação com o Estado e a UNESCO, de modo a que o Caminho de Santiago Português passe a constar da lista de Património da Humanidade.

Nesse sentido, em 2010 a Associação Espaço Jacobeus fez o pedido de reconhecimento do Caminho, com o intuito de em 2021 o Caminho de Santiago Português já se encontrar classificado como Património da Humanidade (Gomes, 2012:3). Enquanto aguarda a aprovação, encontra-se na lista indicativa com a designação “*Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela*”³².

4.1. Rotas de Peregrinação

Embora existam infindas bifurcações, o Caminho de Santiago apresenta oito rotas históricas primordiais, ainda que se cruzem ou se unifiquem em determinado ponto do Caminho, a saber: o Caminho Francês, o Caminho Aragonês, o Caminho Primitivo, o Caminho do Norte, o Caminho Inglês, o Caminho Português, o Caminho do Sudeste/Via da Prata e o Caminho do Mar de Arousa e Rio Ulla.

Contudo, só os Caminhos Francês, Inglês e Português chegam diretamente a Santiago de Compostela, os outros unem-se a estes ao longo do percurso.

³⁰ Disponível em: <http://whc.unesco.org>

³¹ Disponível em: <http://arquivo.hardmusica.pt/>

³² Disponível em: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal>

Para além destes itinerários, há ainda a considerar o Caminho de Fisterra/Muxía, que faz de Santiago de Compostela o seu ponto de partida.

4.1.1. Caminho Francês

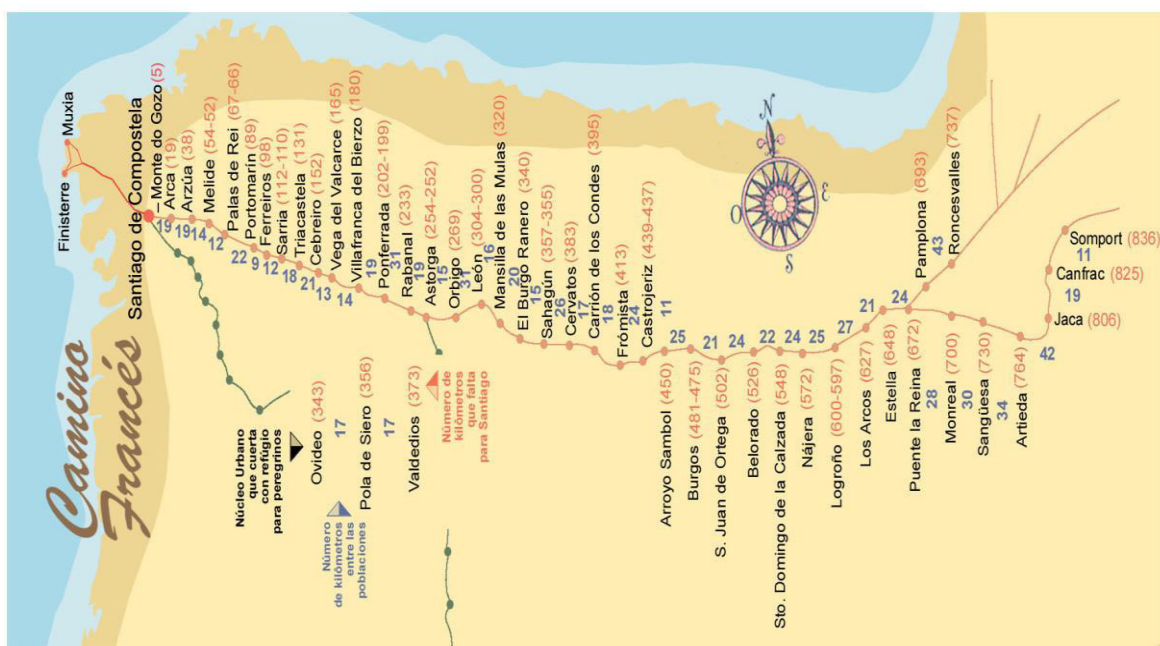
O Caminho Francês é, incontestavelmente, o que possui maior tradição histórica, penetrando na Península Ibérica pelo norte, devido ao impulso dado pelos monarcas espanhóis, e mais tarde pela publicação do *Codex Calixtino*, com especial ênfase o Livro V, atribuído a Aymeric Picaud, que se considera o primeiro guia do Caminho de Santiago, tal como já referido.

É apontado como o principal Caminho, enquanto rota de espiritualidade e de cultura, e junta, em Roncesvalles, três das quatro vias descritas no Livro V do *Codex Calixtino*:

“Son cuatro los caminos a Santiago que en Puente de la Reina, ya en tierras de España, se reúnen en uno solo. Va uno por Saint-Gilles, Montpellier, Toulouse y el Somport; pasa outro por Santa María del Puy, Santa Fe de Conques y San Pedro de Moissac; un tercero se dirige allí por Santa Magdalena de Vézelay, por San Leonardo de Limoges y por la ciudad de Périgueux; marcha el último por San Martín de Tours, San Hilario de Poitiers, San Juan d' Angély, San Eutropio de Saintes y Burdeos. El que va por Santa Fe y el de San Leonardo y el de San Martín se reúnen en Ostabat y, pasado por Port de Cize, en Puente la Reina se unen al camino que atraviesa el Somport y desde allí forman un solo camino hasta Santiago” (Moralejo, *et al*/2004:527).

As três rotas Paris-Tours, Vézelay-Limoges e Le Puy-Conques entram em território espanhol, após a travessia dos Pirenéus, por Roncesvalles (Navarra), enquanto a quarta rota, Arles-Toulouse, começa em Somport e continua até Jaca (Aragão). Estas rotas unem-se plenamente em Puente la Reina, seguindo a partir daí pelo mesmo itinerário, formando um só Caminho até Santiago.

O Caminho Francês em território espanhol une-se em Puente la Reina seguindo pelas comunidades autónomas de Navarra, A Rioja, Castela e Leão e Galiza, com passagem em locais importantes na peregrinação jacobea, tais como Estella, Logroño, Santo Domingo de la Calzada, Burgos, Frómista, Sahagún, León, Astorga, Ponferrada, Villafranca del Bierzo, O Cebreiro, Triacastela, Samos, Sarria, Portomarín, Melide, Arzúa e Monte do Gozo.



Mapa 3- Caminho Francês³³

4.1.2. Caminho Primitivo

Considerado o primeiro do(s) Caminho(s) de Santiago, designa-se de Caminho Primitivo por ter sido, provavelmente, a escolha de Afonso II, no século IX, para se deslocar até ao sepulcro de São Tiago, a pedido do bispo Teodomiro.

Esta rota, iniciada em Oviedo, tem a convergir para si um dos percursos do Caminho do Norte e um desvio do Caminho Francês desde León.

O ponto de partida do Caminho Primitivo conta com “una extraordinaria colección de reliquias en la Cámara Santa de su Catedral del Salvador; entre ellas, el sudario de la Pasión (...). De ahí el dicho popular: Quien va a Santiago / y no al Salvador, / visita al criado / y deja al señor.” (Rodríguez Iglesias, 2004-2007:214)

O elevado número de peregrinos confere a este Caminho um destacado carácter espiritual, em virtude das preciosidades da Catedral de San Salvador de Oviedo e da exposição permanente do Santíssimo, na Catedral de Lugo.

O Caminho Primitivo inicia em Oviedo, transpõe as comunidades autónomas de Castela e Leão e das Astúrias, e junta-se com o Caminho Francês, em Melide, Galiza.

³³ Fonte: Credencial do Peregrino

4.1.3. Caminho do Norte

O Caminho do Norte ou Rota da Costa é alvo de peregrinações desde o século IX, por altura da descoberta do túmulo do Apóstolo. Inúmeros foram os que optaram pela Rota da Costa, para se encaminharem a Santiago de Compostela, passando pela Catedral de Oviedo.

Entre aqueles que escolheram esta rota para alcançar Santiago de Compostela destacam-se S. Francisco de Assis e o bispo arménio Mártir de Azerbaijão, nos séculos XIII e XV, respetivamente (Singul, 2004a:4).

O Caminho do Norte, com início em Irún, atravessa as comunidades autónomas do País Basco, Cantábria, Astúrias e Galiza, acabando por unir-se ao Caminho Francês, em Arzúa, região galega.



Mapa 4- Caminho do Norte³⁴

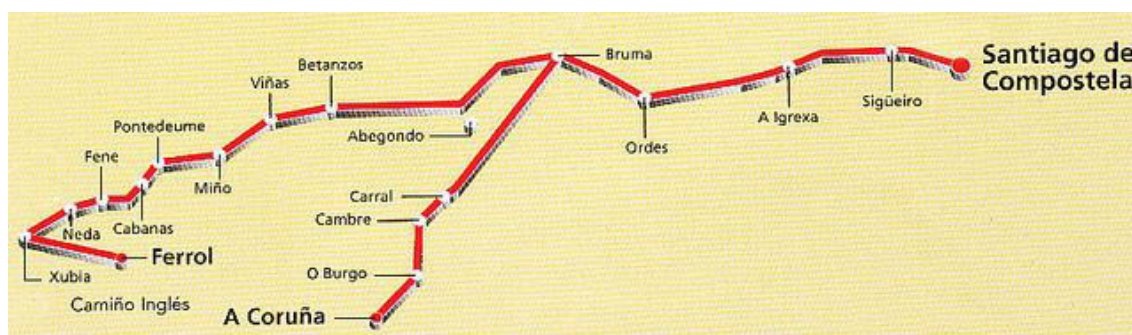
4.1.4. Caminho Inglês

Devido à geografia da Galiza, em especial a sua zona costeira, era frequente a chegada de inúmeras pessoas à costa galega, nomeadamente comerciantes, peregrinos e viajantes. Eram alguns os portos de chegada para os peregrinos de Santiago, entre os quais Baiona, Ribadeo, Padrón; no entanto, “(...) A Coruña y Ferrol eran los puertos jacobeos por excelencia y de ellos arrancan los itinerarios que dieron nombre a la parte terrestre de este recorrido: el Camino Inglés.” (Rodríguez Iglesias, 2004-2007:218)

³⁴ Fonte: Credencial do Peregrino

No século XII, as peregrinações através do Caminho Inglês tornam-se mais frequentes, bem como os donativos dos seus peregrinos ao Apóstolo S. Tiago. Destaca-se o retábulo de alabastro sobre a vida de Santiago, oferecido à catedral de Compostela no século XV por um clérigo de Wright. Este retrata, em cinco cenas, os acontecimentos da vida do apóstolo, nomeadamente a sua vocação, a predicação na Hispânia, o seu martírio na Palestina e a transladação do seu corpo para a Galiza (Singul, 2004b:4-5).

O Caminho Inglês tem início em Ferrol ou em A Coruña, percorrendo a comunidade autónoma da Galiza.

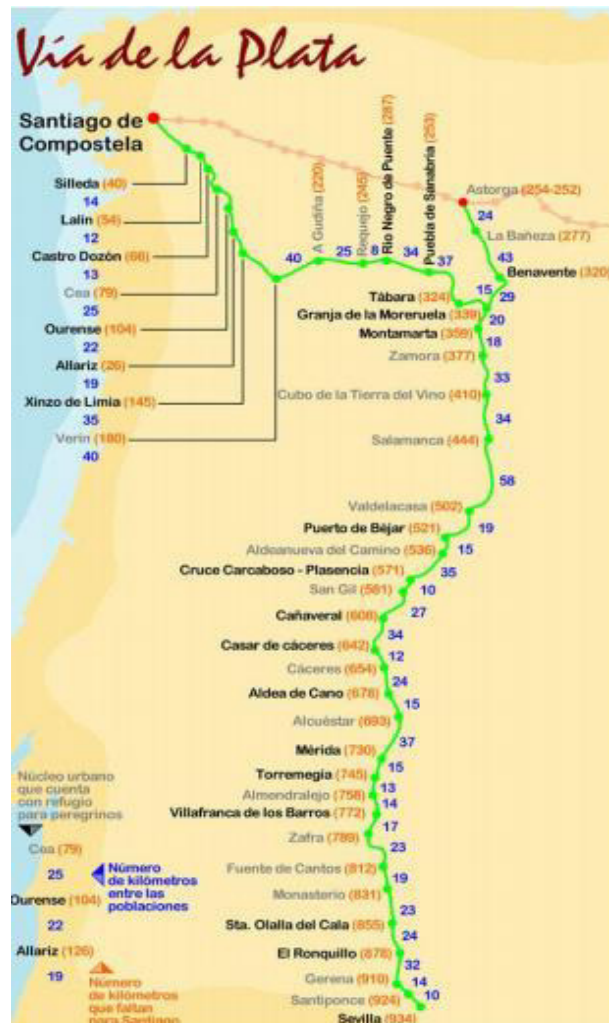


Mapa 5- Caminho Inglês (Singul, 2007:29)

4.1.5. Caminho do Sudeste / Via da Prata

O Caminho do Sudeste tem a sua origem na anterior estrada romana designada Via da Prata, que ligava Emerita Augusta (Mérida) a *Asturica Augusta* (Astorga), e que se manteve ativa ao longo dos tempos. Este Caminho atravessa o ocidente da Península Ibérica até Santiago de Compostela.

A designação “Via da Prata” surge do termo atribuído pelos árabes à via larga e sólida que se dirigia para o norte cristão (Singul, 2004d:3). O Caminho da Via da Prata, também designado Caminho Leonês, tem início em Sevilha e segue atravessando as comunidades autónomas da Andaluzia, Estremadura, Castela e Leão e Galiza.



Mapa 6- Caminho do Sudeste / Via da Prata³⁵

4.1.6. Caminho do Mar de Arousa e Rio Ulla

A rota do Mar de Arousa e Rio Ulla é importante visto ser o percurso utilizado para transportar o corpo de Santiago até à Galiza, depois do seu martírio em Jerusalém (Singul, 2004e:3). Ainda hoje é comemorada a *Translatio* na ria de Arousa, através de uma procissão com a participação de diversas embarcações que percorrem a ria de Arousa até Padrón (onde se encontra depositada, na igreja de Santiago, a coluna à qual teria estado amarrada a barca que transportou o corpo do Apóstolo).

O Caminho do Mar de Arousa e Rio Ulla tem início na Ria de Arousa, atravessando as localidades de O Grove, Sanxenso, Meaño, Cambados, A Illa, Vilanova de Arousa, Vilagarcía de

³⁵ Fonte: Credencial do Peregrino

Arousa, Catoira, Valga, Pontecesures, Ribeira, Pobra do Caramiñal, Boiro, Rianxo e Dodro, unindo-se, em Padrón, ao Caminho Português (Singul, 2004e:4).

4.1.7. Caminho de Fisterra / Muxía

Fisterra ou Finisterra era vista como o fim da terra, devido à sua localização geográfica, que se estendia até à “Costa da Morte”.

Até ao final da Idade Média, a Costa da Morte foi considerada o fim da terra e da Via Láctea, cujo extremo era o cabo de Fisterra. Este local encontrava-se repleto de crenças e ritos pagãos (Singul, 2004f:3).

Esta zona possui uma forte ligação à peregrinação jacobea, assim como diversas tradições e lendas associadas a S. Tiago, destacando-se a aparição de Nossa Senhora ao Apóstolo, na sua “barca de pedra”, incentivando-o na sua predicação.

O Caminho de Fisterra/Muxía inicia em Santiago de Compostela, atravessa Pontemaceira, Negreira e chegando a Hospital, mais concretamente a Dumbria, os peregrinos escolhem o Caminho até ao Cabo Fisterra (ou Finisterra) ou até Muxía, onde se encontra o Santuário A Barca, uma importante referência no culto jacobeu (Alves, 2011:95).



Mapa 7- Caminho de Fisterra / Muxia³⁶

³⁶ Fonte- <http://www.caminosantiago.org>

4.1.8. Caminho Português

O Caminho Português é um dos itinerários mais escolhidos para a peregrinação jacobea, sendo suplantado apenas pelo Caminho Francês. Este fenómeno é devido, em larga escala, à proximidade territorial e ocorre praticamente desde a descoberta do túmulo do Apóstolo. A partir desse período ocorreu uma projeção significativa do culto a Santiago e da peregrinação a Compostela.

Na realidade, o fenómeno medieval da devoção a Santiago e das peregrinações a Compostela antecede a fundação de Portugal e continuam a verificar-se após o nascimento do reino português, alastrando-se praticamente a todas as classes sociais da época, sendo que as mais abastadas faziam doações significativas (Marques, 1994:100). Algumas dessas doações foram feitas por reis leoneses, como Afonso III, no século IX; pelos Condes Portucalenses, D. Henrique e sua esposa, D. Teresa, no início do século XI; por reis portugueses como D. Sancho II, D. Afonso II e D. Dinis, ao longo do século XIII e alguns membros da nobreza galaico-minhota (Marques, 1994:102-106). Na realidade, a par das peregrinações, a monarquia, o clero e a nobreza galaico-minhota também faziam doações, através de cartas de couto, que incluíam a obrigatoriedade de prestar apoio a pobres e peregrinos, facto que demonstra a sua devoção ao Apóstolo, mas também as suas preocupações com os mais necessitados (Marques, 1994:107-108).

Ao longo de séculos a participação dos portugueses fez-se em grande escala, apoiado muitas vezes por reis, nobres e altos clérigos. Muitos foram os que desde o século XII até à atualidade percorreram o Caminho em direção a Compostela (Singul, 2004c:3).

A nível nacional, a quebra nas peregrinações a nível eclesiástico surge com a Restauração da Independência, em 1640. Contudo apenas a partir do século XVIII se verifica uma queda acentuada na popularidade do Apóstolo devido à instabilidade social e política em consequência das invasões francesas e do liberalismo. No século XIX, ocorre uma revitalização das peregrinações, deslocando-se a Compostela, em 1884, D. Fernando e D. Maria II (Mendes, 2009: 12).

Na realidade, a peregrinação a Compostela foi impulsionada pela Contrarreforma católica, nos séculos XVII e XVIII, e beneficiou da reforma da Catedral de Santiago, que terá igualmente deslumbrado os fiéis pelo estilo barroco que passa a comportar (Alves, 2011:56). É, também, possível encontrar algumas referências no Caminho Português, nomeadamente imagens de culto jacobeu, datadas dos séculos XVII e XVIII, assim como o aumento da cidade de Compostela, fruto das peregrinações e doações (Nadais, 2010:34). De facto, ao longo da Idade Moderna são

tomadas diversas medidas que pretendem garantir a segurança e assistência dos peregrinos, que acabam, conseqüentemente, por proteger o Caminho.

O início do Caminho Português ocorre em diversos pontos do país, que acabam por se unir do sul até ao norte, imprimindo o caminho entre o Porto e Santiago de Compostela um papel essencial na escolha de inúmeros peregrinos.

Ao chegar a Valença do Minho, e atravessando o rio Minho, entra na região galega, por Tui. Esta via percorre locais de relevância para a peregrinação jacobea, como S. Pedro de Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Valença do Minho, Tui, Redondela, Pontevedra, Caldas de Reis, Padrón e Esclavitude.

No distrito de Braga, paralelamente ao tramo do Caminho de Santiago que passa pelo concelho de Vila Verde, assumem particular relevância o itinerário que atravessa os concelhos de Braga e Barcelos, nomeadamente para este trabalho, razão pela qual se lhe dedica uma pequena análise.



Mapa 8- Caminho Português³⁷

³⁷ Fonte: Credencial do Peregrino

4.1.8.1. No concelho de Braga

O itinerário dos Caminhos de Santiago que atravessa a cidade de Braga foi sempre um ponto de referência nas peregrinações devido à sua importância episcopal (Alves, 2011:130), contudo, a sua afluência diminuiu no século XIV, devido à construção da ponte de Barcelos e à reforma da ponte de Ponte de Lima³⁸.

Atualmente, a Câmara Municipal de Braga em conjunto com a Associação Espaço Jacobeus, a Diocese bracarense, a Entidade Turismo Porto e Norte de Portugal, a Direção Regional da Cultura do Norte e as juntas de freguesia por onde passa, têm trabalhado na requalificação dos dois traçados que passam pela cidade (Caminho Torres e antigo Caminho Central Português- variante Braga)³⁹.

Braga, cidade com mais de 2000 mil anos de história, é hoje um foco de atração turística sobretudo a nível religioso. Assim, é frequente a passagem de peregrinos, que rumando a Compostela, se dirigem à antiquíssima Sé bracarense para adquirir ou carimbar a sua credencial.

Nas costas deste imponente edifício encontra-se um albergue para peregrinos, o albergue “Casa da Roda”, que possui quatro camaratas que podem receber em simultâneo até 50 pessoas; uma cozinha, que se encontra ao dispor de todos; um amplo terraço, que pode ser utilizado para convívio e secagem de roupa, quando o tempo está mais ameno e uma casa de banho mista, podendo considerar-se que as condições apresentadas são razoáveis.



Figura 11- Parte de uma camarata do Albergue bracarense⁴⁰

³⁸ Disponível em: <http://www.visitporto.travel/MaisPorto/Paginas/Geografia/artigo.aspx?artigo=178>

³⁹ Disponível em: <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=102586>

⁴⁰ Foto própria

No centro de Braga, encontramos algumas das principais atrações da cidade, nomeadamente a Igreja de Santa Cruz, o Arco da Porta Nova, a Sé, local de passagem obrigatória, a Igreja de S. Marcos e a Basílica dos Congregados. Iniciando o percurso na Basílica dos Congregados, rumam-se através da Avenida Central bracarense para a Rua dos Capelistas. Seguindo a EN201 rumo a Prado, passamos por Real, onde se situa a capela de S. Frutuoso (Nadais, 2010:54-69). Atravessando a Ponte de Prado, entramos no Concelho de Vila Verde e o percurso faz-se em direção à Lage, Moure, Carreiras S. Miguel, Portela das Cabras, Goães e finalmente Rio Mau.

4.1.8.2. No concelho de Barcelos

O itinerário dos Caminhos de Santiago que atravessa o concelho de Barcelos, num percurso aproximado de 30 Km, foi aprovado em edital pela Câmara Municipal de Barcelos, em 2014, mediante proposta para ratificação do Itinerário do “Caminho Central Português de Santiago no Concelho de Barcelos”, no âmbito do protocolo de colaboração entre o Município de Barcelos e a Associação Espaço Jacobeus.

Os seus principais objetivos são estabilizar os itinerários do Caminho Central Português; consolidar o traçado do Caminho Central Português, nomeadamente no Concelho e na Cidade de Barcelos e reforçar o papel do município barcelense na promoção e salvaguarda do mesmo.

As bases para a escolha do traçado proposto são a sua tradição e antiguidade, o vasto número de elementos patrimoniais que possui, a historiografia, a sua referência nos Guias Internacionais do Caminho Português, o elevado afluxo de peregrinos que o utiliza, e ainda o facto de ser curto, seguro e cómodo (Edital 2014:4-10).

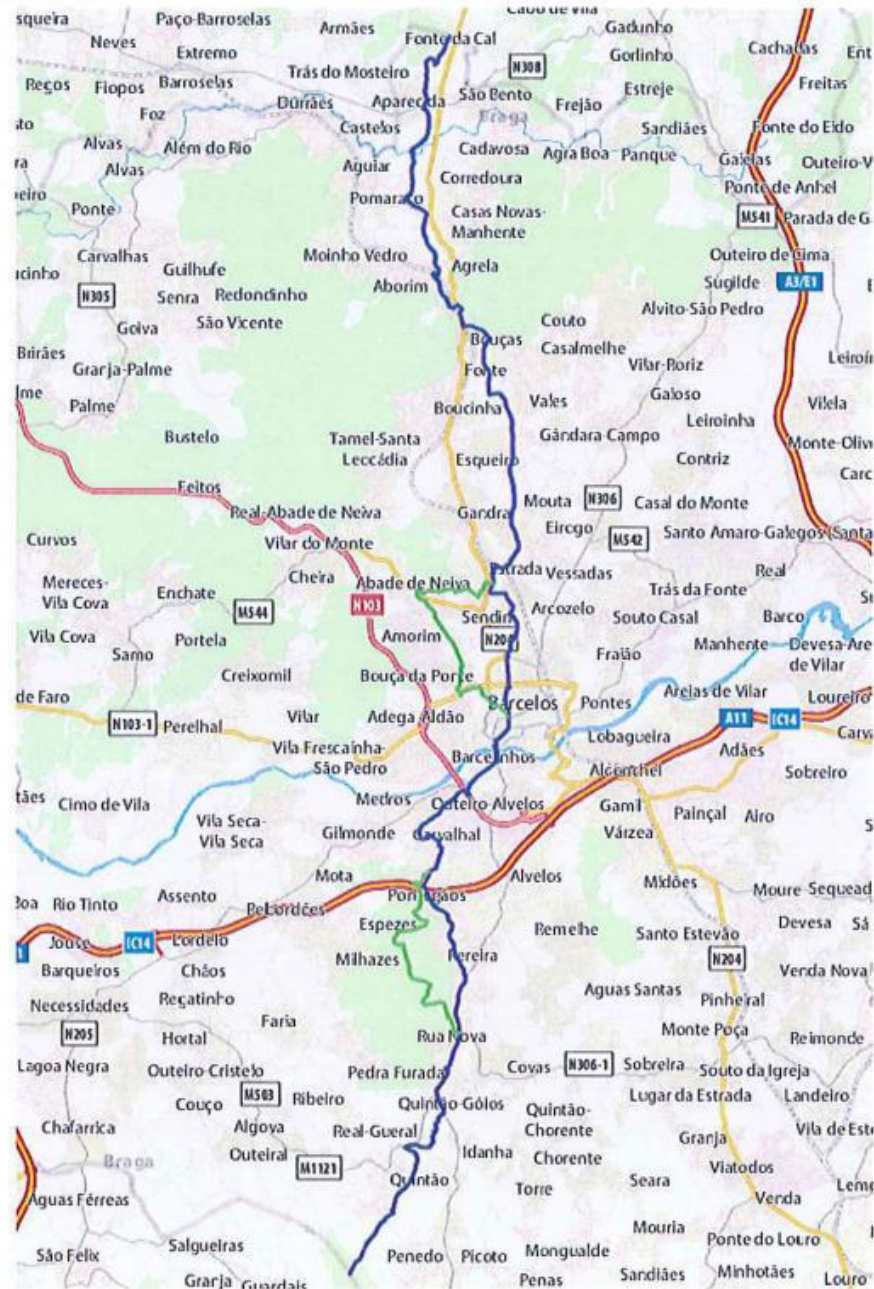


Figura 12 – Itinerário do “Caminho Central Português de Santiago no Concelho de Barcelos” (Edital, 2014).

Através de uma análise comparativa entre os tramos barcelense e vila-verdense é possível identificar que, quer em termos de divulgação dos itinerários, quer da história que os envolve, registam-se grandes diferenças. Na realidade o itinerário de Barcelos apresenta uma maior amplitude em ambos os aspetos. No caso barcelense, foram diversas as personalidades ilustres que registaram as suas passagens por Barcelos, no decurso das suas viagens para Santiago de Compostela, designadamente a Rainha Santa Isabel, o Rei D. Manuel I, Damião de Góis, entre

outros. No caso de Vila Verde este género de informação é praticamente inexistente, encontrando-se apenas pontuais referências à passagem de peregrinos por Braga.

Ao nível da divulgação, verifica-se uma situação similar, existindo em Barcelos uma maior aposta, quer através de marketing, quer através de eventos relacionadas com o assunto, do que em Vila Verde. A conjugação destes aspetos, reflete-se num amplo fluxo de peregrinos que, preterindo outras rotas, optam por percorrer o tramo barcelense.

No decurso do período medieval a vila de Barcelos conheceu diversas transformações políticas, sociais e económicas que provocaram fortes impactos na morfologia do núcleo urbano, algumas delas perceptíveis no tecido urbano atual (Pereira, 2012:20).

Na Idade Média, tornou-se um ponto de passagem relevante para os peregrinos a Santiago, especialmente, após a construção da ponte gótica, no século XIV. Atualmente, a crescente dinamização dos Caminhos de Santiago tem colocado Barcelos na rota de inúmeros peregrinos e visitantes, que têm contribuído para o aumento do seu sector turístico. Em Barcelos terá ocorrido o “milagre do galo”, lenda que se tornou a imagem mais cativante da cidade, permitindo o seu desenvolvimento, divulgação e atração ao mundo.

Os Caminhos de Santiago assumem para este burgo uma maior relevância, uma vez que se acredita que estes estiveram estritamente ligados à sua génese.

5. O Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde (Braga)

Os caminhos, criação do Homem verificada desde a pré-história, foram-se ampliando e difundido ao longo dos tempos, até se tornarem “como as veias e artérias de um corpo humano”, segundo Camille Jullien, citada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1968:3-4).

A complexidade destes caminhos deu origem a redes viárias de comunicação, utilizadas para várias finalidades, consoante o período em questão. No período romano, devido às funções estratégicas e administrativas, designavam-se vias imperiais. No período seguinte recebiam o nome de vias públicas, ligando as povoações, reflexo de uma economia fechada. No período moderno designam-se estradas reais e manifestam a centralização do poder (Almeida, 1968: 4).

Naturalmente, o itinerário do Caminho de Santiago que atualmente percorre o concelho de Vila Verde resulta de um conjunto de alterações que se foram somando ao que teria sido o trajeto percorrido pelos peregrinos na Idade Média. Todavia, tendo em conta as características que os caminhos apresentam em termos de resiliência, bem como a história ocupacional do concelho de Vila Verde, mas também algumas alterações bem documentadas para o século XX, torna-se possível evidenciar algumas das linhas gerais do seu processo de desenvolvimento. Nesta análise torna-se necessário igualmente atender à génese deste Caminho, intimamente ligada ao caminho romano constituído pela via XIX.

Deste modo, e com o objetivo de elaborar uma proposta mais detalhada acerca da evolução que o itinerário conheceu desde a Idade média, procurando a definição mais plausível para o itinerário inicial, utilizaremos uma abordagem regressiva, caracterizando inicialmente o percurso atualmente existente neste território e posteriormente as alterações registadas no século XX. Por fim, analisa-se o itinerário mais plausível para a via XIX que no período atravessava o concelho de Vila Verde permitindo ligar *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti*, por Ponte de Lima.

5.1. Percurso atual

O itinerário do Caminho de Santiago que atravessa o concelho de Vila Verde compreende uma extensão atual de cerca de 16 km, compreendida entre o tramo de Braga e o Ponte de Lima.

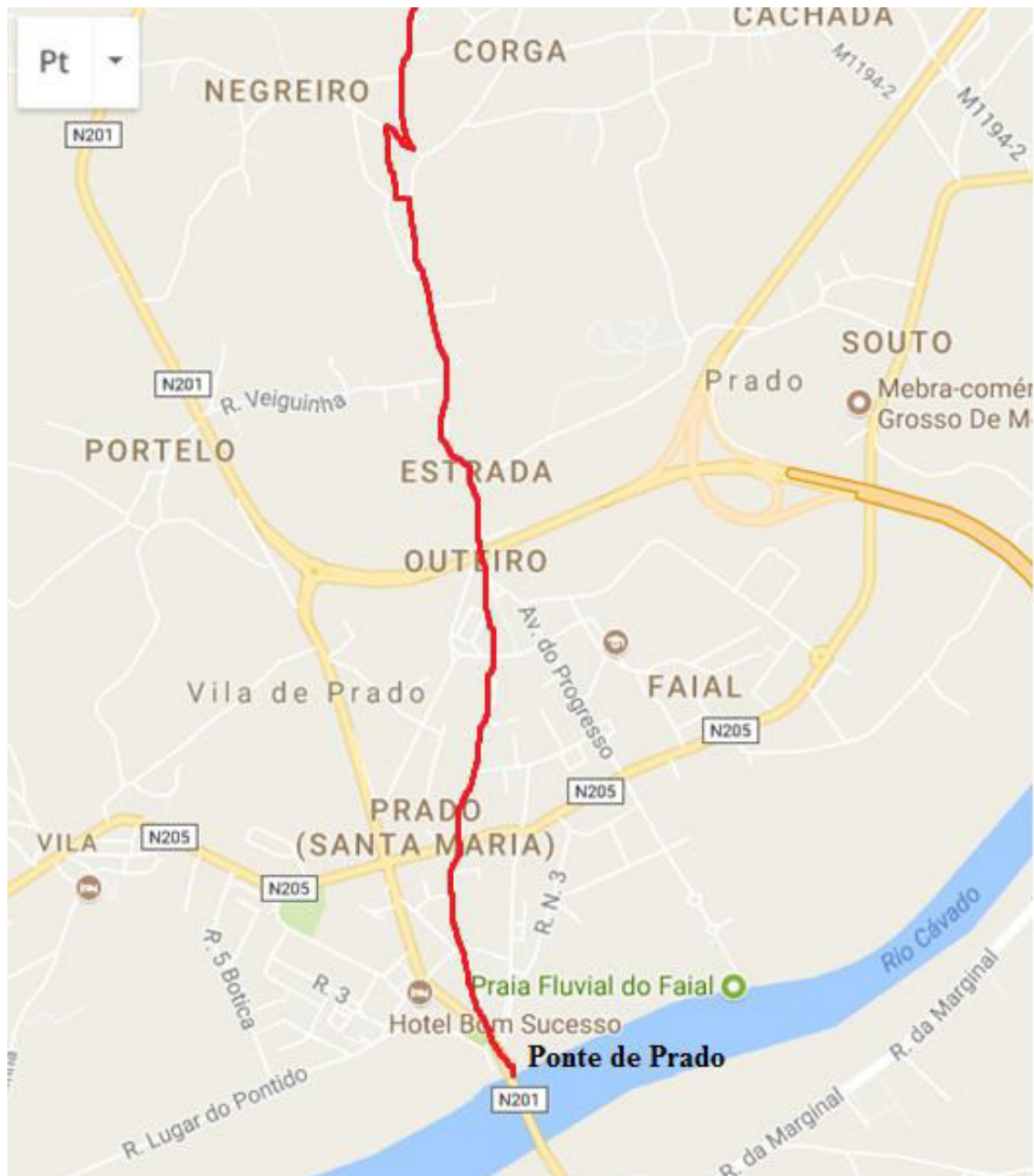
A primeira marcação do Caminho, realizada em 2004, através da utilização de setas amarelas, resultou da vontade de dois indivíduos, Albino Marques e Amaro Franco, que se encontravam integrados na associação designada Amigos dos Caminhos de Santiago. Nesse mesmo ano, estes dois indivíduos desencadearam a formação de uma outra associação privada vinculada aos Caminhos de Santiago, em território nacional, designada Associação Espaços Jacobeus, com sede

em Braga, que se constituiu a entidade responsável atualmente pela manutenção do Caminho, conjuntamente com a Delegação de Vila Verde da Associação Espaço Jacobeus, criada em 2014.

A marcação do percurso atual foi efetuada com base em informações recolhidas durante a integração na associação Amigos dos Caminhos de Santiago e numa vasta análise bibliográfica.

O atual percurso do caminho de Santiago entra no concelho de Vila Verde pela ponte de Prado, que leva o peregrino ao Largo onde se encontra o Pelourinho da Vila. O trajeto dirige-se para a Capela de São Tiago de Francelos, com passagem pela Capela de Santo Amaro.

Após a Capela de São Tiago, vira-se pela direita e logo de seguida pela esquerda, rumo à freguesia da Lage por um estreito caminho em terra, que faz a ligação entre freguesias. Nesta freguesia a direção é para o entroncamento ladeado pelas Quintas da Raiva e da Miséria, com passagem pela antiga Casa do Hospital. Após este entroncamento, segue-se em frente e a cerca de 10 metros inflete-se para a esquerda em direção à estrada que dá acesso à igreja paroquial, a qual se atravessa e se ruma para a Estrada Nacional (EN) 201. Feita a travessia da EN 201, segue-se pelo caminho que existe do lado esquerdo e um pouco mais à frente vira-se à direita, rumo a Moure.



Mapa 9 - Percurso do Caminho de Santiago na Vila de Prado⁴¹

⁴¹ Disponível em: <https://www.google.es/maps/@41.6073956,-8.4642427,15z>
O mapa foi editado, para que se pudesse ver o troço pretendido.



Mapa 10 - Percurso do Caminho de Santiago na freguesia da Lage⁴²

Em Moure, após a passagem pela antiga cadeia, o percurso faz-se por caminhos internos, rumo à EN 201, onde é necessário, mais uma vez, fazer a passagem de um lado para o outro da estrada. Seguindo a EN, encontra-se o antigo eucalipto, que antecede a entrada na avenida de acesso à igreja paroquial, por onde o Caminho passa.

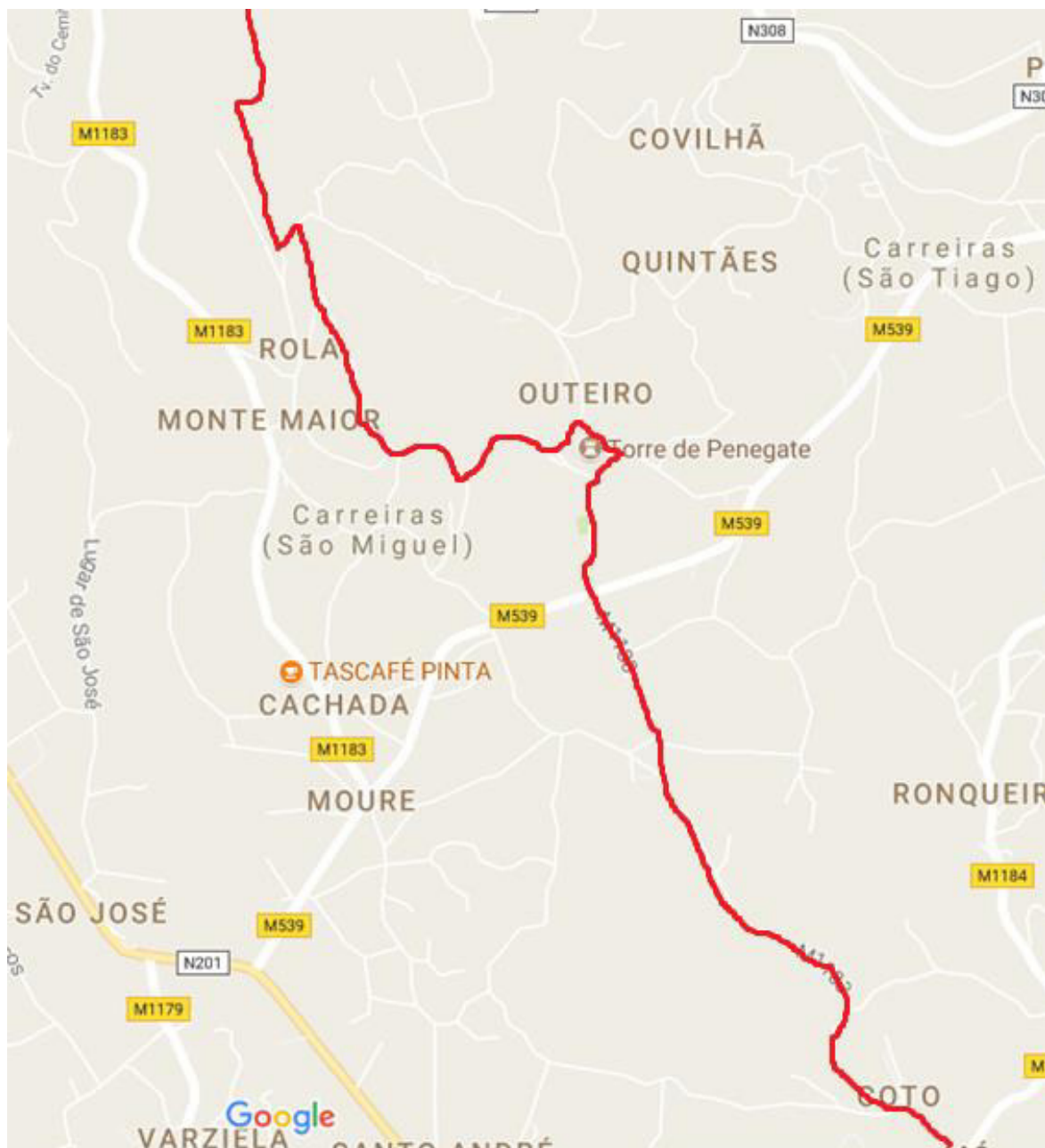
⁴² Disponível em: <https://www.google.es/maps/@41.6225716,-8.4661739,15z>
O mapa foi editado, para que se pudesse ver o troço pretendido.



Mapa 11 - Percurso do Caminho de Santiago na freguesia de Moure⁴³

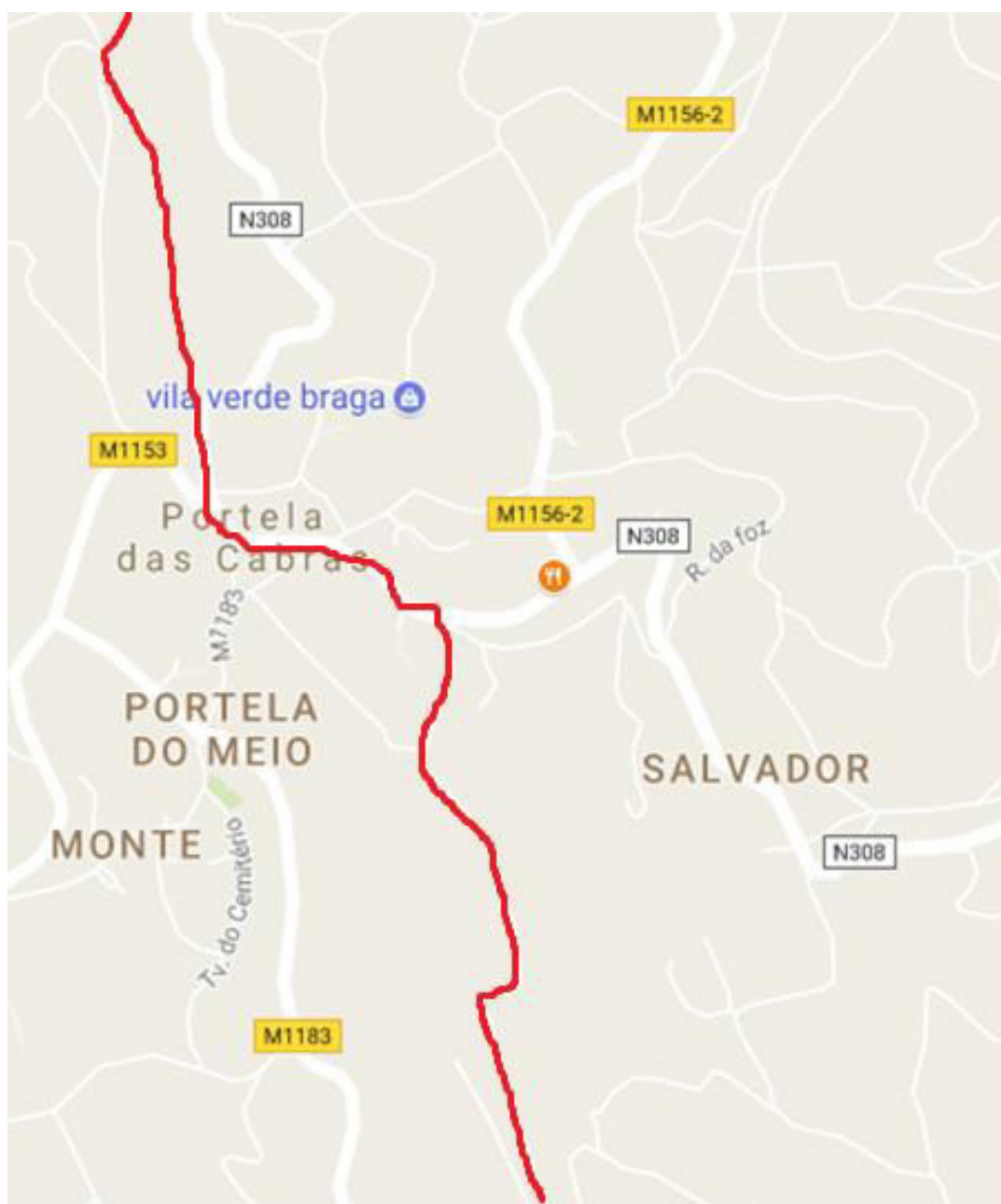
Depois da igreja de Moure, o trajeto rumo para Carreiras S. Miguel. Nesta localidade, junto à igreja paroquial é necessário atravessar a estrada, para prosseguir o Caminho, rumo à Torre de Penegate, que embora não se insira no caminho é um dos pontos mais marcantes devido à beleza da paisagem envolvente.

⁴³ Disponível em: <https://www.google.es/maps/@41.6386741,-8.4832113,15z>
O mapa foi editado, para que se pudesse ver o troço pretendido.



Após a Torre, e de regresso ao Caminho, o percurso envereda por campos e montes até chegar à Portela das Cabras, onde depois de uma subida acentuada se chega à Estrada Municipal, via na qual se faz o percurso até ao lugar de Eirinhas. Neste local inflete-se por um caminho interno, que faz a ligação com a freguesia de Goães.

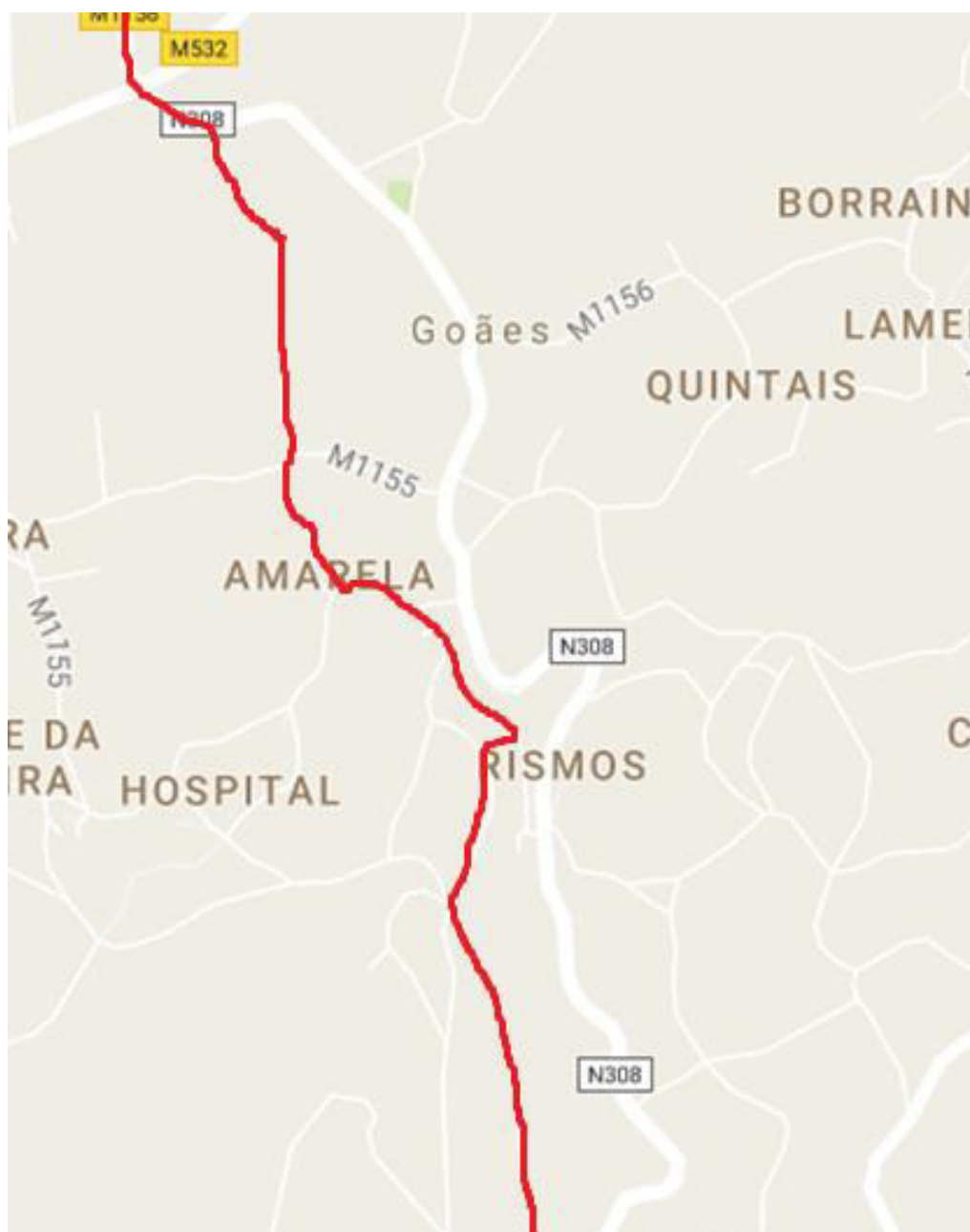
⁴⁴ Disponível em: <https://www.google.es/maps/@41.6566644,-8.4871595,15z>
O mapa foi editado, para que se pudesse ver o troço pretendido.



Mapa 13 - Percurso do Caminho de Santiago na freguesia de Portela das Cabras⁴⁵

O Caminho atravessa mais esta freguesia do Concelho, contudo aqui é possível fazer um desvio no trajeto para pernoitar no Albergue de S. Pedro de Goães. Porém, aqueles que não queiram pernoitar, rumam em direção à ponte medieval, ponto de referência do Caminho e da freguesia.

⁴⁵ Disponível em: <https://www.google.es/maps/@41.6725982,-8.495013,15z>
O mapa foi editado, para que se pudesse ver o troço pretendido.



Mapa 14 - Percurso do Caminho de Santiago na freguesia de Goães, sem desvio para o Albergue⁴⁶

⁴⁶ Disponível em: <https://www.google.es/maps/@41.6841693,-8.5014074,15z>
O mapa foi editado, para que se pudesse ver o troço pretendido.



Mapa 15 - Percurso do Caminho de Santiago na freguesia de Goães, com desvio para o Albergue⁴⁷

Depois da ponte o percurso dirige-se para o Ângulo Quarenta, onde se entra em Rio Mau, última freguesia do Concelho que o Caminho percorre. Nesta localidade, segue-se a estrada em paralelo até ao largo da antiga feira, onde se vira à esquerda. Nesta parte final o Caminho atravessa ruas estreitas, com subidas e descidas, até chegar a Anais, Ponte de Lima (Pereira: 5-17).

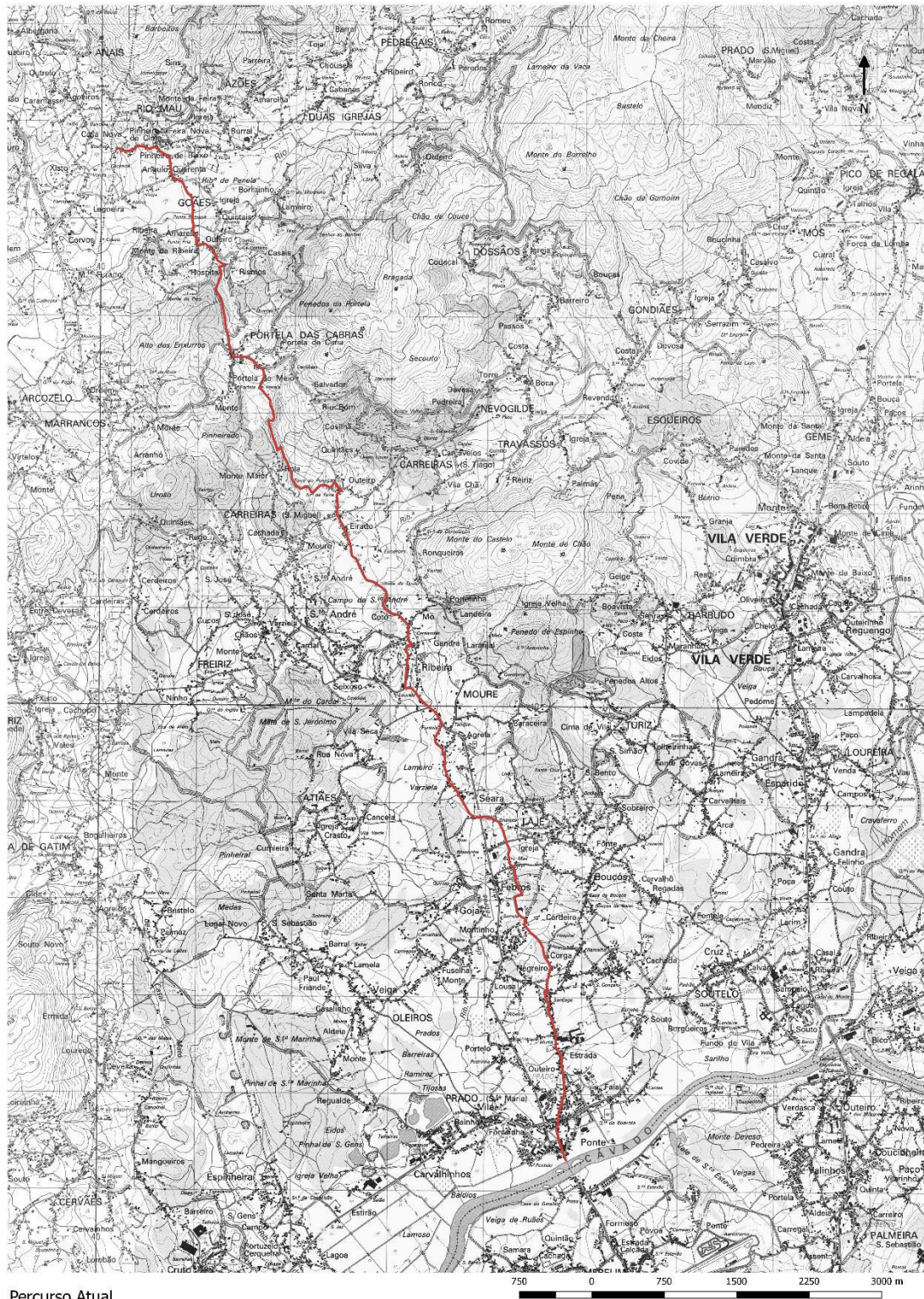
⁴⁷ Disponível em: <https://www.google.es/maps/@41.6841693,-8.5014074,15z>
O mapa foi editado, para que se pudesse ver o troço pretendido.



Mapa 16 - Percurso do Caminho de Santiago na freguesia de Rio Mau⁴⁸

Alguns pontos de referência para este itinerário, presentes na tabela em anexo com as respetivas coordenadas geográficas (apêndice 1), são a Ponte de Prado, a Igreja Nova da Vila de Prado, a Capela de São Tiago de Francelos (Prado), o Lugar do Montinho (Lage), a Avenida da Igreja da Lage, o Eucalipto de Moure, a Avenida da Igreja de Moure (Avenida Padre Mário), o Lugar do Couto (Moure), a Igreja de Carreiras S. Miguel, o Cruzeiro de Nossa Senhora da Pena, Torre de Penegate, Portela do Meio (Portela das Cabras), o Lugar de Rismos (Goães), a Ponte da Pedrinha, o Albergue de peregrinos, o Ângulo Quarenta (Rio Mau) e o Lugar de Pinheiro de Cima (Rio Mau).

⁴⁸ Disponível em: <https://www.google.es/maps/@41.6945207,-8.5041969,15z>
O mapa foi editado, para que se pudesse ver o troço pretendido.



Mapa 17- Percurso Atual do Caminho de Santiago em Vila Verde

5.2. Alterações registados nos inícios do séc. XXI

O percurso conhecido no presente, e apresentado anteriormente, embora já esteja traçado há algum tempo, sofreu há cerca de uma década algumas alterações por diversas razões, nomeadamente devido à proibição de passagem por propriedade privada, mas também à necessidade de assegurar ao caminhante uma viagem mais segura e, simultaneamente, e mostrar um pouco mais do concelho de Vila Verde. Estas alterações foram efetuadas pela Associação Espaço Jacobeus, entidade responsável pela manutenção do Caminho, no melhor interesse do peregrino.

Segundo Manuel Gonçalves, responsável pela Delegação de Vila Verde da Associação Espaço Jacobeus, os critérios utilizados para a remarcação destes tramos foram a continuidade do itinerário, a aproximação o mais fiel possível do anterior e sobretudo maior segurança para os peregrinos.

A primeira destas alterações ocorreu na freguesia da Lage, logo a seguir ao entroncamento flanqueado pelas Quintas da Raiva e da Miséria, pelo facto de se entrar em propriedade privada. O dono da propriedade procedeu ao fecho do caminho e foi necessário encontrar uma solução, que permitisse a continuidade do percurso, o mais próximo possível do anterior.



Figura 13 - Fecho do caminho anterior com barreira⁴⁹

A alteração seguinte ocorreu em Moure, de modo a que os peregrinos percorressem um caminho mais seguro e que em simultâneo os levasse a um local de possível interesse, a Igreja

⁴⁹ Devido à impossibilidade de passar pelo caminho que atravessava propriedade privada, a alternativa passou a ser infletir à esquerda um pouco antes, de modo a que o percurso fosse o mais próximo do anterior. Foto da autora.

Paroquial de Moure. Assim, deixou de ser seguida a Avenida da Escola e passou a seguir-se a Avenida da Igreja.



Figura 14 - Avenida da Igreja⁵⁰

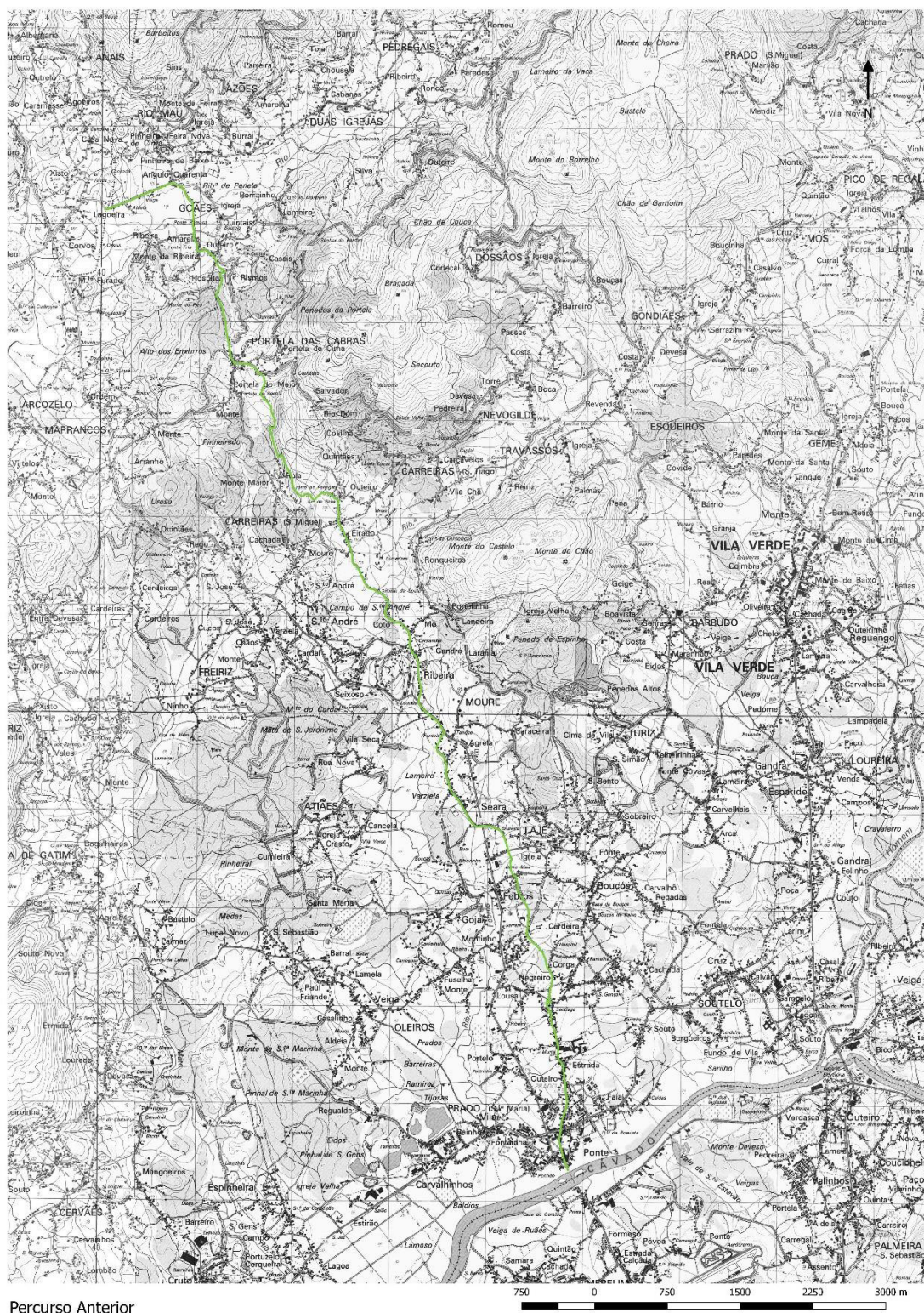
A terceira e última alteração ocorreu no Ângulo 40, pois o percurso infletia à esquerda e dirigia-se a Anais, Ponte de Lima, pela estrada municipal. A opção adotada, para que os peregrinos percorressem um caminho com menor trânsito, foi seguir-se rumo a Rio Mau, visto que apenas se faz a travessia da estrada e o restante percurso, dentro da freguesia, é por caminhos pouco movimentados.



Figura 15 - Vista aérea do Ângulo Quarenta⁵¹

⁵⁰ Foto da autora.

⁵¹ Anteriormente seguia-se o percurso traçado a verde, na atualidade, para maior segurança dos peregrinos devido ao trânsito, é seguido o traçado laranja. Disponível em: <https://www.google.pt/maps/place/Angulo+Quarenta,+4730-420+Vila+Verde/@41.6877102,-8.5121712,95m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd25a9895bb615c3:0xb9b7a1f11aacb6c6!8m2!3d41.6877315!4d-8.5121234>



Mapa 18 - Percurso Anterior do Caminho de Santiago em Vila Verde

5.3. Antecedentes viários romanos – percurso da via XIX

As principais vias de comunicação do período romano, as vias imperiais, nomeadamente as descritas no Itinerário de Antonino, foram criadas e estruturadas para estabelecer a ligação entre

os grandes centros administrativos das províncias em que se encontrava dividido o Império Romano (Almeida, 1968:17).

As capitais dos três conventos jurídicos da Gallaecia, *Bracara Augusta* (Braga), *Asturica Augusta* (Astorga) e *Lucus Augusti* (Lugo) encontravam-se ligadas através de várias vias imperiais, passando uma delas pelo atual concelho de Vila Verde, a via XIX. Esta via saía de Braga, atravessava o concelho de Vila Verde em direção a Ponte de Lima, seguindo para Valença, e depois continuando para Lugo e daí para Astorga (Nadais, 2010:51).

A via XIX assume-se como um dos elementos integradores da paisagem e do povoamento romano no concelho de Vila Verde, muito embora o seu trajeto nesta área não seja consensual, existindo várias propostas.

Com o intuito de melhor conhecer o trajeto que a via XIX percorria, Carlos Alberto Brochado de Almeida analisa os topónimos alusivos a vias, marcos miliários, mansões ou mudas. O topónimo mais recorrente no Entre-Douro-e-Minho é carraria, ao qual se fazem menções em Moure e arredores, no Concelho de Vila Verde (Almeida, 1979:73-74).

A via IV (ou via XIX) em território português vai de Braga a Valença do Minho (Almeida, 1979:95).

Em relação ao trajeto desta via após a travessia da ponte de Prado há três propostas diferentes, apresentadas por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Carlos Alberto Brochado de Almeida e Henrique Regalo.

Na perspetiva do primeiro, em Prado virava-se à esquerda, seguindo por Oleiros, onde se encontrou um marco miliário, seguindo em frente até Goães e dirigindo-se para Rio Mau (Almeida, 1968:34).

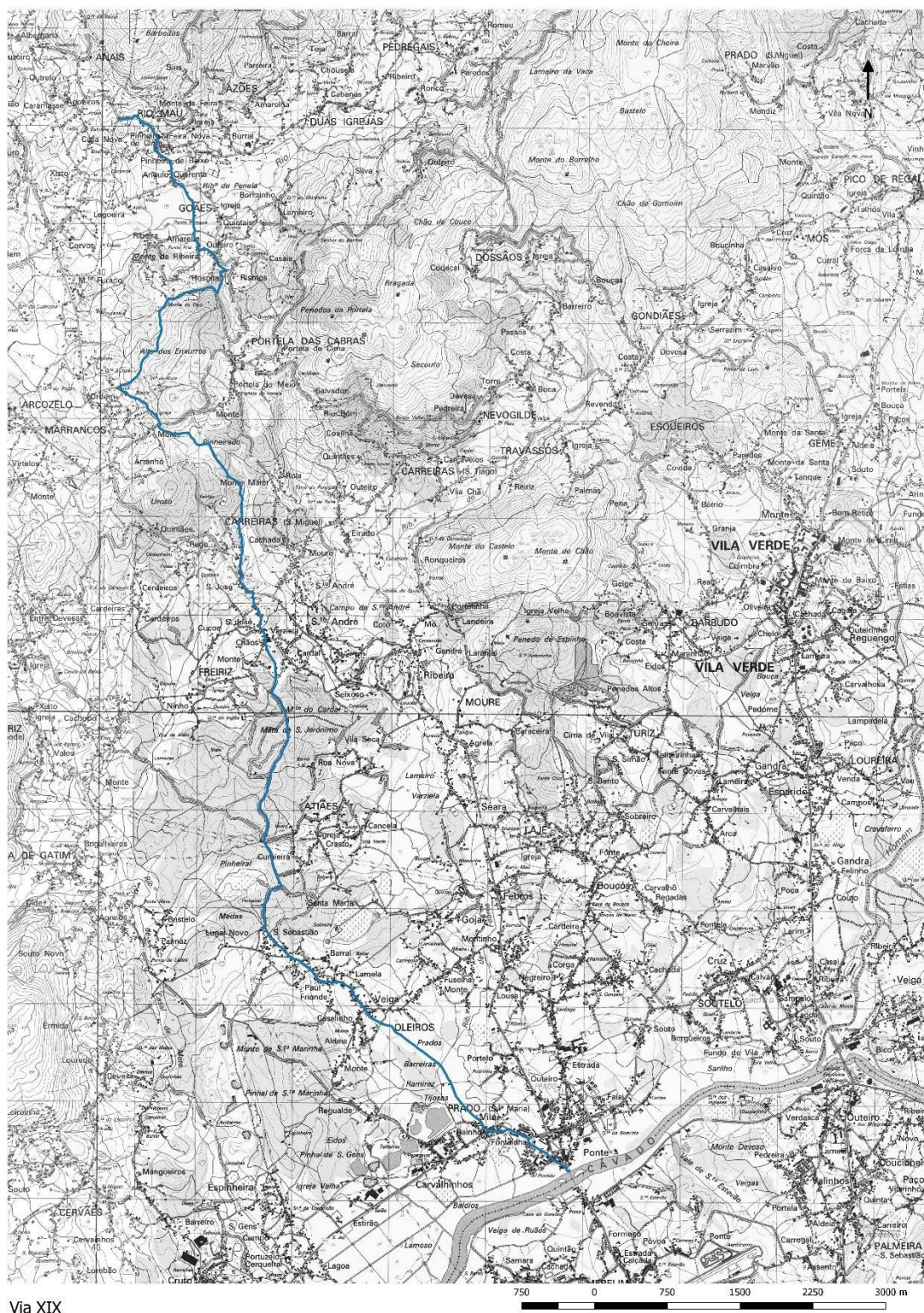
A perspetiva de Brochado de Almeida é que, ao chegar a Prado a via segue em direção à Capela de Santiago de Francelos, seguindo para a igreja de S. Julião, Laje. Este autor baseia-se em documentos medievais, que referem a existência de uma estrada antiga a passar nestes pontos. Numa análise à perspetiva de Ferreira de Almeida, Brochado argumenta que a passagem por Oleiros é pouco provável como percurso romano, pois estes, sempre que possível, escolhiam traçados fáceis e Oleiros é uma zoa demasiado barrenta.

Em relação ao miliário encontrado em Oleiros, Brochado de Almeida supõe que este não foi aí colocado, mas em Prado, de onde foi deslocado.

Segundo Brochado de Almeida, o trajeto segue em direção à Portelinha de Moure ou Portela de Mó, dirigindo-se para Marrancos, onde se encontrou um miliário, Anais, Queijada Fornelos Feitosa, Arca e Ponte de Lima (Almeida, 1979:102-107).

O miliário de Marrancos sugere que o traçado seria diferente a partir da Portelinha de Moure, infletindo para S. Miguel de Carreiras, Portela das Cabras e Ponte de Goães, contudo, Brochado refere que, embora a toponímia possa apoiar esse traçado, a sua viabilidade é impraticável devido à inclinação do terreno que é demasiado íngreme (Almeida, 1979:107-108).

Uma última proposta de trajeto é feita por Regalo (1987), que defende parte do percurso delineado por Brochado de Almeida, para a via XIX. Depois da Portelinha de Moure, Regalo seguiria o trajeto sugerido pelo miliário de Marrancos (Regalo, 1987:31).



Mapa 19- Via Romana XIX

5.4. Algumas considerações acerca do Itinerário medieval

Tendo em consideração o itinerário proposto para a via XIX no concelho de Vila Verde, nomeadamente a proposta de Brochado de Almeida, o percurso atual e as alterações registadas

nos inícios do século XXI, mas também os dados registados para o período medieval e moderno parece plausível admitir que o itinerário percorrido pelos peregrinos rumo a Santiago de Compostela deveria ter como referência a maior parte dos locais contemplado no percurso que atualmente se encontra marcado.

Assim, o caminho de Santiago no concelho de Vila Verde, à semelhança da via XIX, devia iniciava-se após a travessia do rio Cávado, pela ponte construída na Idade Medieval até chegar a Prado, provavelmente por uma via que existiria a montante da atual estrada Braga-Prado, em direção à Capela de Santiago de Francelos, seguindo para o Lugar da Seara, na freguesia da Laje, após a travessia a Avenida da Igreja.

Dai o trajeto seguiria em direção à Portelinha de Moure ou Portela de Mó, dirigindo-se para Marrancos, Anais, Queijada Fornelos Feitosa, Arca e Ponte de Lima.

Acerca deste período, e enquadrados no itinerário atual do Caminho de Santiago, é possível assinalar quatro pontos de referência, que devido a intervenções ao longo do tempo, permaneceram até aos nossos dias, nomeadamente a Ponte de Prado sobre o rio Cávado, a Ponte do Couto (Moure), a Torre de Penegate e a Ponte da Pedrinha (Goães).

No portal do arqueólogo⁵² encontram-se ainda referências a 9 evidências de vias, das quais apenas podemos incluir dentro do itinerário medieval do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde a de Prado.

Sítio arqueológico	Tipo de Sítio	Cronologia	Concelho/freguesia
Costeira	Via	Indeterminado (Idade Média?)	Vila Verde/Carreiras (São Miguel) e Carreiras (Santiago)
Cristelo	Via	Medieval Cristão	Vila Verde/Ribeira do Neiva
Eiras	Via	Medieval Cristão	Vila Verde/Ribeira do Neiva
Fonte de Covas	Via	Medieval Cristão	Vila Verde/Turiz
Paço	Via	Indeterminado	Vila Verde/Valbom (São Pedro), Passô e Valbom (São Martinho)
Prado	Via	Romano	Vila Verde/Vila de Prado
Quinta do Jorge	Via	Romano	Vila Verde/Vila de Prado
Sabroso	Via	Indeterminado	Vila Verde/Ribeira do Neiva
São Mamede	Via	Indeterminado	Vila Verde/Ribeira do Neiva

⁵² <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>

6. Valorização patrimonial do Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde

A valorização patrimonial pretendida para o Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde necessitou de uma abordagem mais ampla acerca das peregrinações jacobeitas, designadamente das entidades que se preocupam com a difusão e dinamização deste Caminhos. Assim, pareceu-nos pertinente analisar a Associação Espaço Jacobeus, muito ativa nesta temática.

Igualmente importante é o conceito de “peregrino” da atualidade, que apresenta diferenças face ao conceito medieval, razão pela qual também lhe dedicamos particular atenção numa seção. Paralelamente, de modo a perceber o nível de difusão do itinerário vila-verdense, tornou-se pertinente elaborar um questionário as pessoas que o conhecem, bem como para saber o modo como tiveram conhecimento deste itinerário, assim como quais as suas motivações para a realização do Caminho.

De igual modo, realizámos uma análise SWOT para conhecer as forças, as oportunidades, as fraquezas e as ameaças que o tramo do Caminho de Santiago que passa em Vila Verde apresenta, com o intuito de nos permitir alcançar o nosso propósito de valorização.

No âmbito das oportunidades, e com vista ao enriquecimento do itinerário vila-verdense, dedicámos particular atenção ao património da região, nomeadamente ao existente entre Braga e Ponte de Lima, bem como à existência do Albergue de Goães.

Por último, propomos alguns contributos para a dinamização e valorização deste itinerário, que passam pela criação de uma página *online* com informação referente ao Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde, onde se incluem pontos de interesse e de informação, mas também a existência de refeições, em determinados restaurantes, com preços fixos para peregrinos, entre outros.

6.1. Associação Espaço Jacobeus

Paralelamente aos estudos académicos sobre Caminhos de Santiago, esta temática tem suscitado interesse por parte de variadas instituições, designadamente as Associações Jacobeitas, que têm procurando de distintas formas manter, apoiar e conservar os diferentes itinerários do Caminho Português.

Na atualidade, em Portugal, existem várias associações dedicadas aos Caminhos de Santiago intituladas “Associações Jacobeitas”. Estas associações, sem fins lucrativos, possuem diversas funções, desde proporcionar ajuda aos peregrinos, divulgar o Caminho de Santiago, fazer a

manutenção e sinalização dos percursos e, em alguns casos, a gestão de albergues, procurando de um modo geral, dar sustentabilidade ao Caminho Português.

No caso da área de estudo, a associação de maior proximidade é a Associação Espaços Jacobeus, fundada em 2004, com sede em Braga⁵³. Esta associação nasceu a 26 de fevereiro de 2004, na Universidade Católica de Teologia, em Braga, com os estudantes da mesma como primeiros associados. Na atualidade é uma das associações mais ativas no que refere ao Caminho Português de Santiago. Os seus objetivos continuam a ser variadíssimos e conta atualmente com 515 membros, dados confirmados pelo Presidente Nacional da AEJ, o Dr. Domingos Carneiro. Dar suporte às pessoas que desejam percorrer os Caminhos através de conselhos sobre o que levar relativamente à comida, vestuário e calçado, os locais de dormida, horários mais adequados para caminhar, tal como distância a percorrer diariamente são prioridades desta associação. Ajudar espiritualmente os peregrinos e estimular a peregrinação a Santiago de Compostela são ainda pontos fundamentais que merecem a atenção desta associação.

O trabalho continuado que é realizado pela Associação Espaço Jacobeus é tão importante que esta foi convidada a abrir pontos de informação em diversas Câmaras Municipais. Assim, ainda em 2004 a Associação desvinculou-se da Universidade Católica de Teologia e criou delegações em Braga e Viana do Castelo.

No panorama nacional destaca-se igualmente nesse ano, em 2004, a realização do Encontro Nacional do Caminho de Santiago em Portugal com o intuito de criar planos de desenvolvimento da peregrinação portuguesa a Santiago de Compostela (Gomes, 2012:76).

Ainda em 2004, a Associação apresenta à associação espanhola homóloga, a Xacobeos uma proposta para a distribuição das credenciais de peregrinos, com o propósito de tornar a peregrinação mais controlada e credível, assim como definir o preço das credenciais.

A Credencial do Peregrino é um documento identificativo do peregrino, no qual se encontram dados como nome, nacionalidade, ponto de início de peregrinação e respetiva data, assim como o meio de deslocação (a pé, cavalo ou bicicleta). Este documento concede acesso a albergues e locais de assistência, bem como descontos em hotéis, restaurantes, entre outros (Alves, 2011:78). Após as alterações relativas ao modo de distribuição, a Associação Espaço Jacobeus tornou-se o único órgão oficial a efetuar a distribuição das credenciais de peregrinos em Portugal.

⁵³ Disponível em <http://www.caminhosantiagoviana.pt/associacoes.html>

No entanto, em 2005, surge a ideia de criar uma credencial portuguesa e, em 2010, após a sua elaboração, aprovação e reconhecimento por Compostela, a mesma entra em circulação (Gomes, 2012:77).

Importa igualmente destacar a criação da Carta Grijó, um documento surgido aquando da realização do fórum sobre a sinalização do Caminho de Santiago, com participação de diversas entidades, em Grijó, a 13 de dezembro de 2009. Entre outros, a Carta Grijó define os princípios básicos de sinalização das peregrinações ao Santuário de Fátima, pelo Caminho Português de Santiago.

Devido à importância do Caminho Português de Santiago, a Associação Espaço Jacobeus tem procurando evidenciar a necessidade do seu reconhecimento enquanto património natural e cultural nacional, bem como a urgência em estabelecer um corpo técnico responsável pela manutenção do Caminho no território nacional. Assim, em 2010, a Associação apresentou à UNESCO Portugal uma proposta de candidatura de reconhecimento do Caminho Português de Santiago como Património da Humanidade, que abrange todos os caminhos que se destinam a Santiago de Compostela. De igual modo, a Associação, cujos recursos são limitados, propôs a criação de um corpo permanente responsável por estes projetos junto do Governo e da UNESCO Portugal.

Posteriormente, a associação reuniu com diversas Câmaras Municipais com vista a realizar-se um inventário dos caminhos de peregrinação nacionais cujo destino é Santiago de Compostela, dos bens patrimoniais, artísticos e edificados ao longo desses caminhos (Gomes, 2012:78).

Todavia, o objetivo inicial da Associação Espaço Jacobeus de unir as Câmaras Municipais foi desvirtuado devido a atos isolados de algumas câmaras ou pequenos grupos de câmaras, que após identificarem os bens comerciais da sua área geográfica começaram a comercializá-los como produto turístico (Gomes, 2012:79).

A Associação, que não manifesta a sua aprovação ou desaprovação face a esta situação, refere, no entanto, o contributo positivo desses bens e respetiva exploração por parte das comunidades, quer na economia regional, quer no combate ao abandono dos meios rurais (Gomes, 2012:80).

Atualmente, a Associação Espaço Jacobeus encontra-se vinculada à Diocese de Braga e à “Archicofradia Universal del Apóstol Santiago”, com sede em Santiago de Compostela. Possui mais de trezentos e sessenta membros, residentes nacionais e estrangeiros, é constituída por 9 delegações em Amarante, Barcelos, Braga, Guimarães, Oliveira de Azeméis, Ponta Delgada

(Açores), Porto, Vila do Conde e Vila Verde⁵⁴. Cada delegação realiza pelo menos três atividades por mês, que são documentadas em relatórios, arquivadas com o intuito de controlar e registar o histórico da associação.

Apesar da sua vertente católica, a Associação Espaço Jacobeus recebe qualquer pessoa, independentemente da raça, nacionalidade ou religião⁵⁵, discordando da distinção que se faz entre aqueles que fazem o Caminho por motivos religiosos e aqueles que o fazem por motivos turísticos, designando-os de peregrinos e turigrinos, respetivamente, uma vez que uma pessoa pode iniciar o percurso como peregrino e terminar como turigrino e vice-versa (Gomes, 2012:80-81).

6.2. Os “peregrinos” da atualidade

O termo “peregrino” continua atualmente a aplicar-se àqueles que percorrem as rotas em direção a Santiago de Compostela. Contudo a comparação entre o peregrino medieval e o peregrino contemporâneo carece de alguma reflexão.

Nesse sentido, Secall (2009) e Cuevas (s/d), citados por Nadais (2010), defendem que no período medieval o peregrino procurava a paz eterna e a absolvição dos pecados. Peregrinava por devoção, em petição por questões de saúde ou perdão, por ele ou por alguém que não o podia fazer, ou como forma de penitência por crimes cometidos. A peregrinação era assim um sacrifício físico, que incluía jejum e abandono temporário de comodidades. Importa igualmente referir que, paralelamente, os peregrinos encontravam vários perigos no Caminho, nomeadamente acidentes, doenças, assaltos e/ou ataques de animais.

Em comparação, o peregrino atual alterou a forma de peregrinação e a motivação, procurando a paz pessoal, o autoconhecimento, o turismo, o desporto, o misticismo, a aventura e, por vezes, o cumprimento de promessa. Na realidade, a maior parte das peregrinações atuais não se realizam solitariamente, mas realizam-se em família, em grupo ou associações, por vezes com carros de apoio, alojamento reservado e outras facilidades.

No caso específico de Santiago de Compostela, a partir dos anos 70 considera-se peregrino quem siga um caminho reconhecido, percorrendo no mínimo 100 km do caminho por motivos cristãos, espirituais ou religiosos, a pé ou a cavalo. Alternativamente, utilizando bicicleta, é necessário percorrer o mínimo de 200km (Alves, 2011:79).

⁵⁴ Disponível em: <http://www.jacobeus.org/>

⁵⁵ Disponível em: <http://www.jacobeus.org/>

Outra das especificidades da peregrinação a Santiago é o facto de esta não se encontrar sob o completo controlo da Igreja, permitindo assim que o peregrino desfrute do Caminho, ao seu ritmo, e da espiritualidade que este encerra.

Por vezes peregrino e turista apenas se distinguem pela intensidade das vivências e motivações. O voluntarismo, as limitações temporais, os fluxos gerados e a utilização das mesmas vias no decurso da sua caminhada são alguns dos aspetos comuns entre ambos.

Recentemente, a popularidade do Caminho de Santiago aumentou devido ao esforço das autoridades espanholas e de juntas locais através de publicidade e da melhoria das infraestruturas, com o intuito de atrair peregrinos, uma vez que é devido à sua viagem que muitas aldeias continuam vivas. O número crescente de associações promotoras de peregrinações em grupo e a mudança de mentalidades são também fatores fulcrais na divulgação do Caminho.

Na realidade, apesar de, antropológicamente, ser considerada como uma tradição católica, muitos peregrinos declaram que percorrem o Caminho pelo facto de o mesmo ter sido utilizado por druidas celtas, afirmando mesmo alguns que o percurso até Finisterra se enquadrava em rituais de uma religião antiga. Esta referência é um denominador de relevo no imaginário de bastantes peregrinos novos (Nadais, 2010:7-16; Mendes, 2009:13-14).

A publicação de algumas obras e a passagem de figuras públicas pelo Caminho têm constituído importantes contributos para a sua divulgação.

A popularização do Caminho tem ocorrido devido a vários fatores, nomeadamente a ação publicitária levada a cabo pelas autoridades espanholas e juntas de freguesia na, na melhoria das infraestruturas, o elevado número de associações que promove peregrinações em grupo e ainda a mudança de mentalidades. No entanto, nível nacional, em oposição ao país vizinho, o apoio é diminuto, devendo-se maioritariamente a alguns autarcas e associações (Mendes, 2009: 13-14).

6.2.1. Os “peregrinos” do itinerário de Vila Verde

6.2.1.1 Questionário

Com o objetivo de caracterizar de forma mais consistente os peregrinos que percorrem atualmente os Caminhos de Santiagos Portugueses e, de modo particular, compreender, através do feedback dos que percorreram já os Caminhos, quão difundido e notório é o tramo que atravessa o município vila-verdense, foi criado um inquérito com 15 perguntas.

A estrutura do questionário encontra-se organizada em quatro componentes principais de análise: o perfil dos peregrinos; a motivação para fazer os Caminhos; o grau de satisfação e o nível de divulgação do itinerário do Caminho de Santiago de Vila Verde.

A primeira componente destina-se a compreender alguns dados sociodemográficos, como faixa etária, o género, o estado civil, a residência, o grau de instrução e profissão dos atuais peregrinos. A segunda componente pretende aferir dados quanto às principais motivações para realizar o Caminho, mas também aos meios de deslocação utilizados ou à modalidade em que o realizaram (em grupo/só; a pé/ de bicicleta) bem como à frequência. As duas outras componentes referem-se especificamente ao itinerário do Caminho de Santiago de Vila Verde e tem por objetivo avaliar o nível de divulgação e o grau de satisfação dos peregrinos que já realizaram este tramo.

As 15 questões têm resposta aberta, fechada ou de escolha múltipla.

Assim, entre novembro e dezembro de 2016 responderam ao inquérito 114 peregrinos. A apesar de se tratar da época baixa para peregrinar não consideramos esse fator limitativo devido à utilização de meios digitais para a sua distribuição. A sua distribuição foi efetuada em duas modalidades. Uma via email, e neste caso, a distribuição foi aleatória, com a salvaguarda de apenas responder quem já percorreu o Caminho. Por esta via responderam 109 peregrinos. A outra, através de exemplares impressos colocados em pontos de passagem de peregrinos, nomeadamente a Sé e o Albergue de Braga.

O questionário foi utilizado neste trabalho como um instrumento de recolha de dados, composto por uma sucessão de perguntas, que podem ser preenchidas de forma rápida e precisa. Esta técnica de recolha de dados foi utilizada tendo em conta as inúmeras vantagens que lhe são reconhecidas, nomeadamente economia de tempo – obter grandes quantidades de dados sem grandes deslocações; a abrangência de inquiridos, nomeadamente etária e geográfica; a liberdade e imparcialidade de respostas - tratando-se de um questionário anónimo, sem a presença do autor, evita a distorção nas respostas, evitando, igualmente, pressões quanto ao tempo de demora da resposta ou quanto ao momento para responder. Em síntese, trata-se de um instrumento impessoal que permite uma maior uniformidade na avaliação das respostas (1).

6.2.1.2. Apresentação e discussão dos resultados

Com base na amostra selecionada, e obtida, 114 inquiridos, conseguimos definir um perfil de peregrino caracterizado maioritariamente por ser jovem, entre os 18 e os 29 anos (51%), seguindo-se as faixas etárias entre os 30-39 anos, com 18%, assim como entre 40-49 anos (18%). Os

inquiridos com idades superiores começam a decrescer, apresentando a faixas etárias entre os 50-59 anos, apenas 9% e os que se encontram acima dos 60 anos, 4%, como se ilustra no gráfico 1.

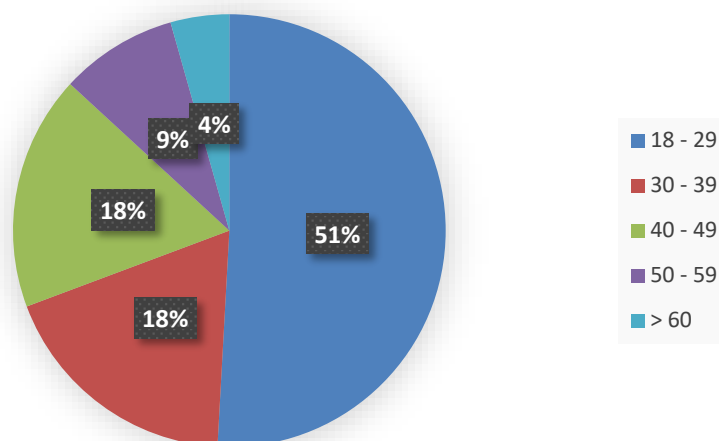


Gráfico 1 – Idade dos Inquiridos

Relativamente ao género dos peregrinos, a amostra apresenta um equilíbrio entre os peregrinos homens e mulheres, com valores que oscilam entre os 52% para o sexo masculino os homens e 48% para de mulheres, como se ilustra nos gráficos 2.

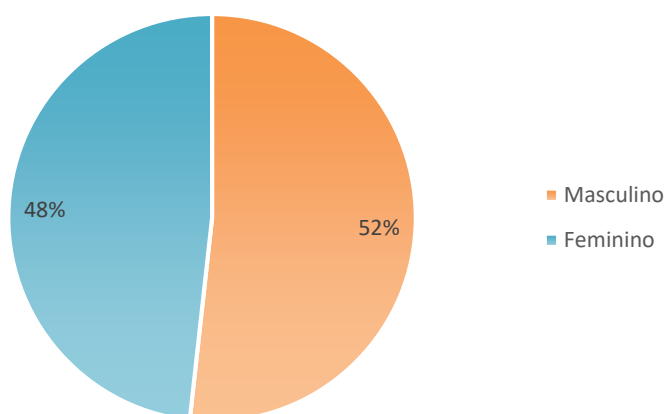


Gráfico 2- Género dos Inquiridos

No que refere ao estado civil, 61% dos inquiridos são solteiros, seguidamente os casados (33%), os divorciados (4%) e em união de facto (2%) são uma minoria (gráfico 3).

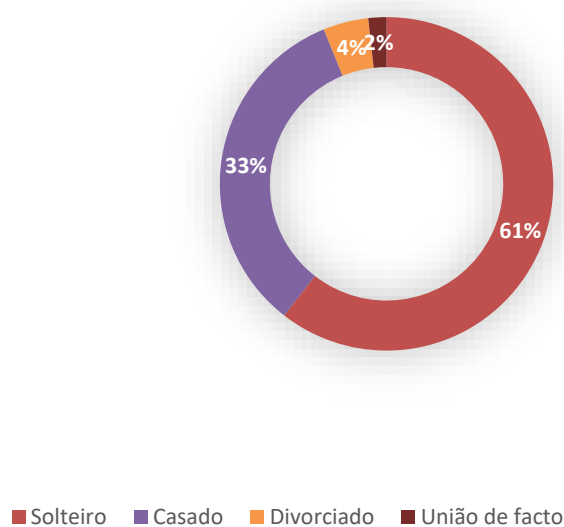


Gráfico 3 - Estado Civil dos Inquiridos

Relativamente ao grau de instrução, os peregrinos inquiridos são maioritariamente detentores de cursos universitários 62%, designadamente 45% são licenciados, 15% são mestres e 2% são doutorados. Sucessivamente encontram-se os que concluíram o ensino secundário (34%), os que possuem o 3º ciclo (3%) e, finalmente, os detentores de 1º/2º ciclo (1%).

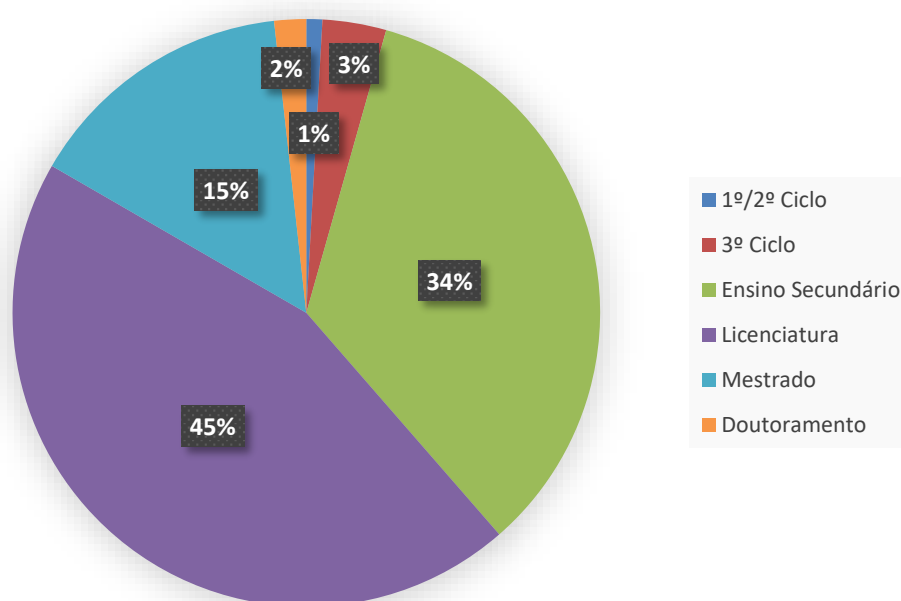


Gráfico 4 - Habilitações Literárias dos Inquiridos

Quanto à situação profissional, dos 114 inquiridos, a maioria são estudantes (43), seguindo-se os que exercem profissões técnicas (18), profissionais, como médicos ou professores (14) serviços e pessoal de vendas (13), escriturários e administrativos (11), trabalho manual ou operário (10), diretores ou gerentes (4) e desempregados (1), como se ilustra no gráfico 5.

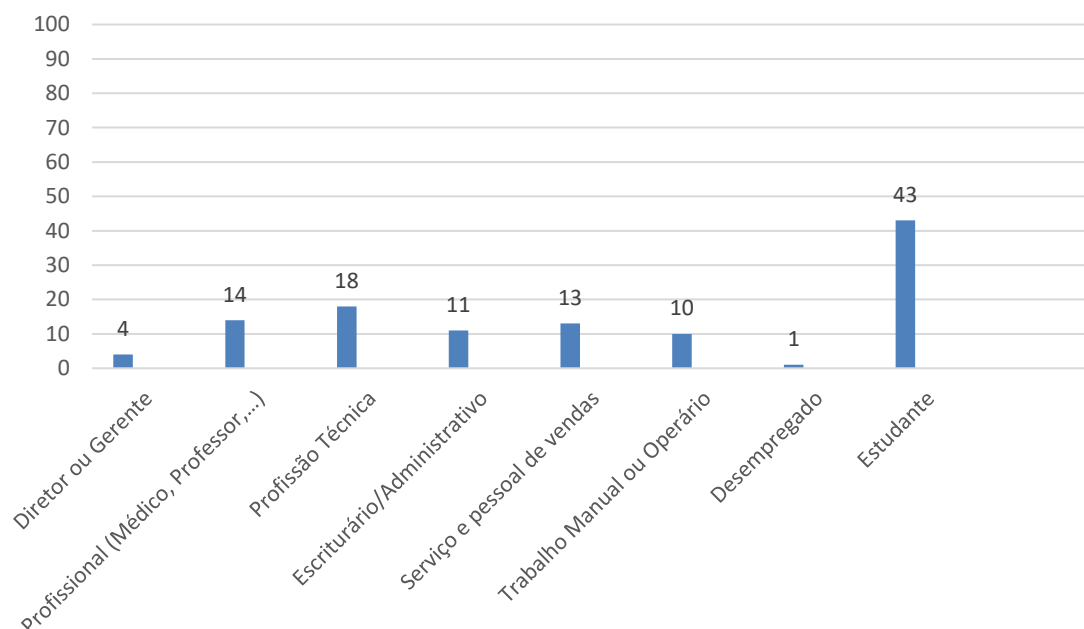


Gráfico 5 - Profissão dos Inquiridos

Por fim, relativamente ao perfil dos inquiridos importa salientar que 95% dos peregrinos percorrem o Caminho de Santiago que responderam ao questionário são de origem portuguesa, como se demonstra no gráfico 6.

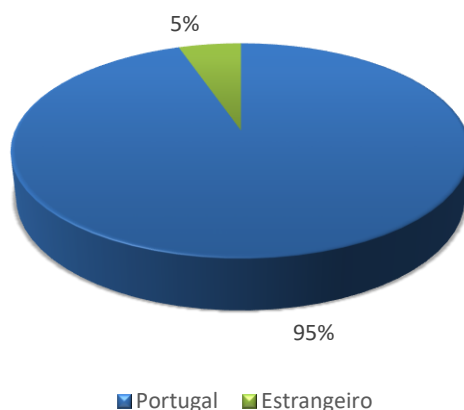


Gráfico 6 - Residência dos Inquiridos

A segunda componente do questionário destinava-se a aferir dados quanto às principais motivações apresentadas pelos peregrinos da atualidade para realizar o Caminho de Santiago. De acordo com as respostas, 30 indivíduos referiram ser por questões de lazer, 29 por religião, 26 por curiosidade, 11 por desporto e 18 por outras razões, como se pode observar no gráfico 7.

Deste modo, a partir dos dados obtidos, parece verificar-se, de facto, um grande equilíbrio entre os motivos religiosos, de lazer ou até mesmo de curiosidade, dados que permitem confirmar que o peregrino da atualidade não realiza o percurso dos Caminhos de Santiago apenas por motivos religiosos, mas por outras razões.

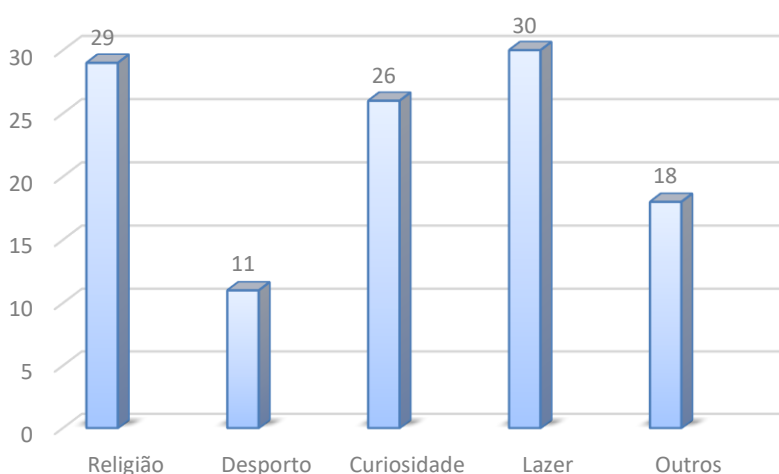


Gráfico 7 - Motivação dos inquiridos

Igualmente, a amostra obtida neste trabalho permite confirmar que o peregrino da atualidade é muito mais propenso para viajar em grupo (91%), do que sozinho (9%) (gráfico 8).

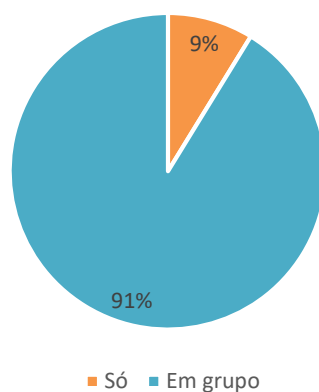


Gráfico 8 - Como viajam os inquiridos

Relativamente aos meios de deslocação para realizar o percurso, se a pé ou de bicicleta, 79% dos inquiridos responderam que realizam o Caminho a pé, enquanto 21% usa a bicicleta.

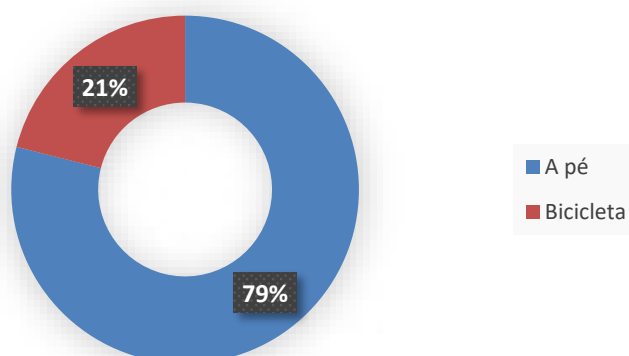


Gráfico 9 - Meio de deslocação utilizado pelos inquiridos

Por fim, a última questão desta componente destinava-se a saber se se tratava da primeira vez que os inquiridos percorreram o Caminho de Santiago. Neste caso, 55% dos inquiridos responderam que percorriam o Caminho pela primeira vez, enquanto 45% já o havia feito em outras ocasiões.

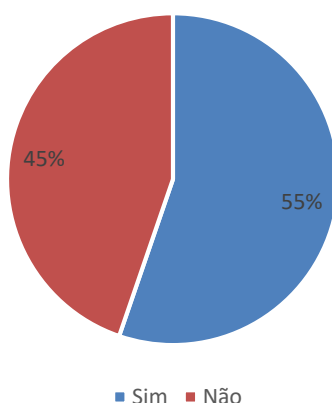


Gráfico 10 - Primeira vez que os inquiridos fazem o Caminho de Santiago?

As duas últimas componentes do questionário aplicado, destinavam-se a obter dados especificamente para o itinerário do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde.

Curiosamente, a percentagem dos inquiridos que refere ter tido conhecimento do itinerário de Vila Verde pela primeira vez é igual ao dos inquiridos que responderam à questão anterior sobre se era a primeira vez que faziam o Caminho de Santiago. Esta concordância de percentagens

remete para a importância de divulgar o Caminho de Vila Verde, nomeadamente nos espaços de maior concentração de peregrinos, como em Braga, nomeadamente na Sé e no Albergue de Braga.

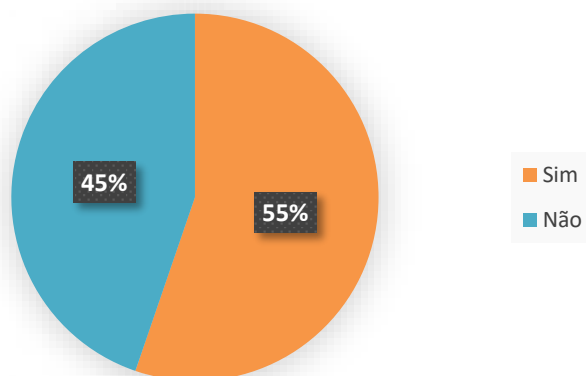


Gráfico 11 - Conhecimento dos Inquiridos sobre o Caminho de Santiago que atravessa Vila Verde

Os dados obtidos a partir do questionário permitiram igualmente avaliar o nível de divulgação do Caminho de Vila Verde, mas também através de que meios. Entre aqueles que conhecem o tramo vila-verdense, a maioria é residente no Concelho (29), seguida pelos que conhecem através de amigos (19) que falaram sobre o mesmo, como se pode observar no gráfico 12.

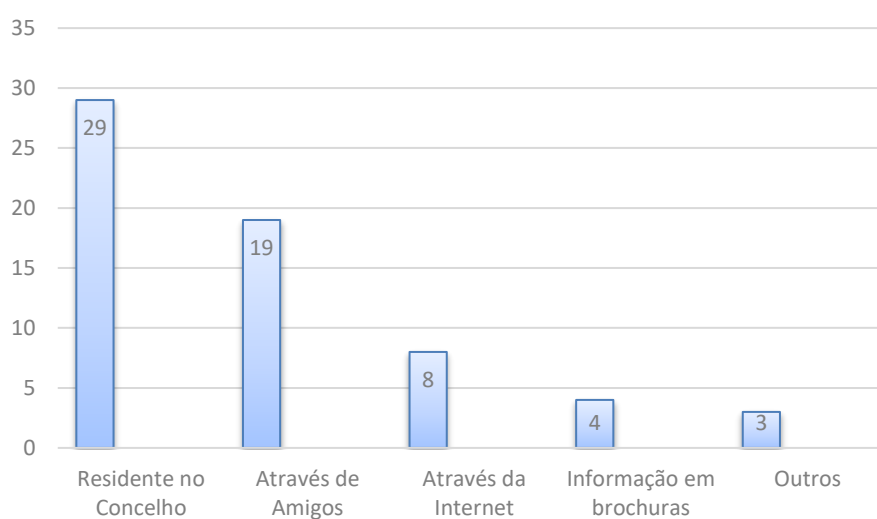


Gráfico 12 - Através de que informação é conhecido pelos inquiridos o percurso vila-verdense

Importa destacar ainda que a quase totalidade dos inquiridos que já percorreram o Caminho de Vila Verde gostaram (97%), e que, 95% recomenda este itinerário (gráficos 13 e 14).

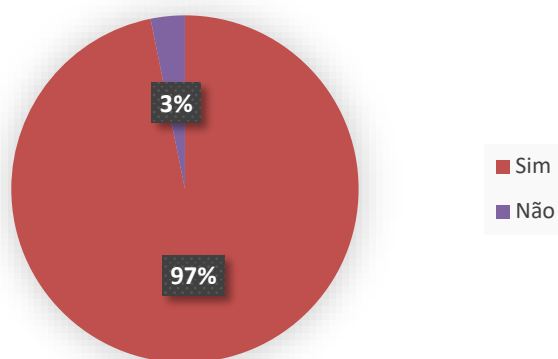


Gráfico 13 - Inquiridos gostaram do tramo vila-verdense

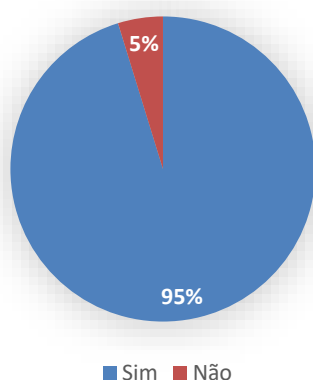


Gráfico 14 - Recomendação dos inquiridos face ao tramo de Vila Verde

Por fim, foi ainda bastante importante perceber que do total dos inquiridos que já percorreram o tramo de Vila Verde, 92% revela a intenção de repetir o percurso. Na realidade, apesar de algumas debilidades apresentadas pelo itinerário do Caminho em Vila Verde, como analisaremos a seguir, os peregrinos da atualidade sentem-se, pelo menos, aparentemente, motivados para voltar a realizar o Caminho (gráfico 15).

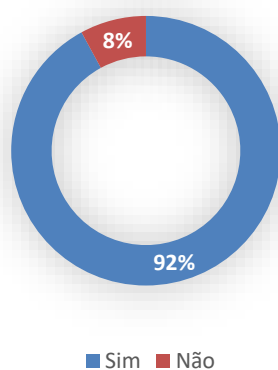


Gráfico 15 - Pretensão dos inquiridos em repetir o percurso

7. O Caminho de Vila Verde e o património da região

A longa história ocupacional do atual concelho de Vila Verde, desde a pré-história até à atualidade, aliada às características físicas de ambientais que o concelho possui fazem dele um importante e amplo espaço de tradições e memórias, detentor de um vasto e diversificado património histórico e ambiental.

Atravessando a Ponte de Prado, entramos no Concelho de Vila Verde e o percurso faz-se em direção a Lage, Moure, Carreiras S. Miguel, Portela das Cabras, Goães e finalmente Rio Mau. Destes locais os peregrinos podem levar memórias, pois são zonas que contemplam um vasto património, algum do qual passaremos a analisar com maior detalhe.

Em Prado, destacam-se a Ponte, o Pelourinho, os Antigos Paços do Concelho de Prado, a Casa da Botica, a Capela de S. Sebastião, a Fonte de Santo António e a Capela de Santiago de Francelos.

7.1. O património da região

7.1.1. A Ponte de Prado sobre o Cávado

A Ponte sobre o Cávado, de arquitetura civil, foi construída no período medieval e reconstruída no período seguinte, com um tabuleiro em cavalete assente em nove arcos de volta perfeita, com robustos talha-mares triangulares a montante reforçados por talhantes a jusante. Possui um recanto com bancos com espaldar e inscrição a envolver pedra de armas sobre um dos talhantes centrais da ponte⁵⁶.

No entanto, é possível admitir que uma primeira construção possa ter ocorrido ainda durante o período romano visto ter-se encontrado aqui um marco miliário do tempo de Augusto. Este acesso fazia a ligação entre Bracara Augusta e os territórios do Noroeste, facto que lhe conferia elevada importância.

Na Idade Média a ponte é alvo da primeira reforma, mantendo o seu importante papel enquanto via de comunicação. Associada a esta ponte existe a lenda de um rei leonês que se havia apaixonado por uma mulher com quem se encontrava na ponte, tendo por isso ordenado a sua reparação⁵⁷.

A ponte é destruída em 1510 devido a uma cheia do Cávado, no entanto, a sua reconstrução, aparentemente, não foi executada com qualidade, visto que um século mais tarde já ameaçava

⁵⁶ Disponível em: <http://www.cm-vilaverde.pt/web/cultura/edificado>

⁵⁷ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70616/>

ruir. No século XVII, em 1616, é efetuada a reforma mais importante, que lhe conferiu o aspeto atual. Esta reforma destruiu todos os vestígios da construção medieval e deu à estrutura condições modernas. Esta obra foi eternizada pela inscrição que contém as armas reais dos Filipes, bem como as dos condes do Prado e a origem do arquiteto⁵⁸.

Num passado recente, registaram-se algumas ameaças de ruína devido ao trânsito rodoviário. Estas circunstâncias levaram à intervenção da Junta Autónoma de Estradas e do Instituto de Estradas de Portugal⁵⁹. Contudo o problema apenas se resolveu em 2011, quando se efetuaram obras de reabilitação e reforço da estrutura⁶⁰.



Figura 16 - Vista geral da Ponte de Prado⁶¹

7.1.2. O pelourinho de Prado

O pelourinho, datado do século XVI, com arquitetura civil⁶², está assente num estrado de dois degraus quadrados, rematados por um plinto circular. A coluna tem na base um anel rebordante, e fuste cilíndrico e liso, encimado por astrágalo, capitel redondo com decoração fitomórfica e ábaco ou tabuleiro quadrangular, constituído por caixilhos crescentes.

O ábaco é coroado com um bloco prismático, envolto em decoração heráldica, nomeadamente um escudo nacional, a esfera armilar e as armas dos Sousas, senhores de Prado. A este bloco

⁵⁸ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70616/>

⁵⁹ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70616/>

⁶⁰ Disponível em: <http://www.pcp.pt/obras-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-na-ponte-do-prado-bragavila-verde>

⁶¹ Disponível em: <http://www.vilaverdenegocios.com/imagens/galeria/imagem15.jpg>

⁶² Disponível em: <http://www.cm-vilaverde.pt/web/cultura/edificado>

sobrepõe-se outro tabuleiro, ornamentado com quatro pináculos cantonais bojudos, terminados em meias esferas, e um pináculo central semelhante, mas maior. Encimando este último, está enterrada uma comprida haste de ferro, rematada em cruz⁶³

O pelourinho de Prado encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1933.



Figura 17- Pelourinho de Prado⁶⁴

7.1.3. Os antigos Paços do Concelho (Prado)

O edifício onde se situavam os Antigos Paços do Concelho de Prado, também conhecido como Casa dos Vasconcelos, foi construído, conjeturalmente, no século XVIII. Este solar urbano, barroco, caracteriza-se pela sua planta comprida e pela sua grande simplicidade.

A sua localização, adossado a outras casas, com um pequeno terreiro na frente, que dava acesso à rua principal, pode dever-se à sua utilização inicial como residencial senhorial.

Este edifício, com dois pisos, possui na fachada principal do piso inferior 3 portas iguais, estando 2 juntas no lado esquerdo. Estas são ladeadas por janelas, do lado esquerdo retangular e com grades, do lado direito quadrangular. Próxima à porta do lado direito encontra-se outra janela retangular, estreita e com grades. No piso superior existem 6 janelas quadrangulares e todos os vãos possuem molduras simples em cantaria de granito. Na área central da fachada principal o plano do alçado encontra-se elevado, formando uma espécie de frontão triangular,

⁶³ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74548/>

⁶⁴ Foto da autora

mantendo-se o remate do telhado, com cobertura de duas águas, em beiral. No tímpano, que se encontra ao centro, foi colocada a pedra de armas do antigo concelho⁶⁵.



Figura 18 -Fachada dos antigos Paços do Concelho de Prado⁶⁶

7.1.4. A Casa da Botica (Prado)

A Casa da Botica, construída no primeiro quartel do século XVIII, era o solar de uma ampla quinta de Prado, contudo, nos séculos XIX e XX entrou progressivamente em degradação.

Nos anos 90, do século XX, a casa foi completamente reconstruída pelo arquiteto bracarense António Martins, com o objetivo de instalar vários serviços no local⁶⁷.

Apesar do edifício ter sido praticamente todo remodelado, da construção anterior ainda se mantem a fachada principal e o muro ameado com portal.

A fachada, simples, é “cortada”, aproximadamente, na terça parte por duas pilastras que emolduram a porta para o andar de cima, cujo acesso se faz por uma pequena escada que termina num coberto de madeira e telha. No lado direito da fachada encontram-se duas portas e duas janelas no piso inferior e duas janelas de sacada no piso superior. Sobre todas as portas existem elementos ligados por um friso intermédio. O portal ameado possui dupla padieira e é rematado por um frontão que se apoia num friso e é rematado por uma cruz. No lado esquerdo da fachada encontra-se uma escada de grande dimensão com alpendre⁶⁸.

⁶⁵ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1137

⁶⁶ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1137

⁶⁷ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74549>

⁶⁸ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1919



Figura 19- Fachada em ruínas da Casa da Botica⁶⁹



Figura 20 – Vista geral da Casa da Botica remodelada⁷⁰

7.1.5. Capela de São Sebastião (Prado)

A Capela de São Sebastião, na Vila de Prado, construída no século XVIII com a receita das esmolas, encontra-se isolada, sobre uma rocha granítica, parte da qual lhe constitui o adro. Possui um estreito adro empedrado e, na sua frente, um cruzeiro simples e uma torre com relógio que data de 1893.

⁶⁹ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1919

⁷⁰ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1919

A sua arquitetura caracteriza-se como religiosa, barroca e neoclássica. É constituída por uma planta longitudinal, com nave única retangular e capela-mor, com torre sineira quadrangular e sacristia retangular, adossadas a Oeste. A fachada principal possui um desenho muito difundido na região bracarense, designadamente o frontão triangular de remate, com edícula no tímpano, e portal com frontão de volutas descontinuado por concha, enquadrado por janelas retangulares rematadas por frontão de volutas.

Os materiais que a compõe nas suas estruturas são em granito, na decoração variam entre azulejos industriais, madeira e ferro, a cobertura exterior é feita por telha de canudo.

O interior da capela é rebocado e pintado a branco, coberta com abóbada de berço assente em cornija de pedra e o pavimento é em mosaico. A iluminação da nave é feita por dois janelões.

Do lado do Evangelho encontra-se o púlpito, de base retangular em granito, e do lado da Epístola está a pia com água benta. Nas laterais da capela encontram-se retábulos em talha de diversas cores.

O retábulo-mor é elevado por dois degraus, possui talha de várias cores e um espaldar recortado, rematado por cornija. A tribuna é recortada, ladeada por duas colunas compósitas e nos extremos possui duas pequenas mísulas⁷¹.



Figura 21 - Vista geral da Capela de São Sebastião⁷²

⁷¹ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17300

⁷² Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17300

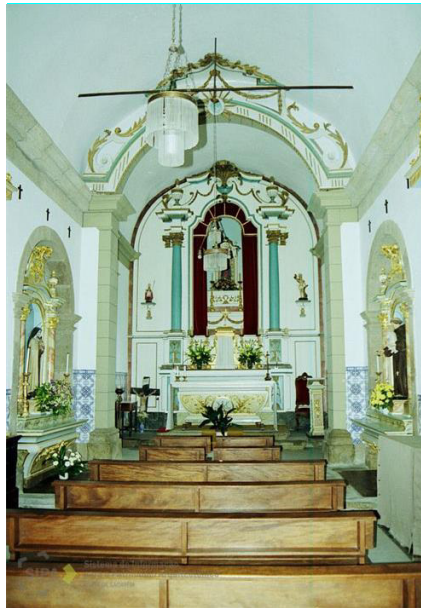


Figura 22 - Interior da Capela de São Sebastião⁷³

7.1.6. A Fonte de Santo António

A construção da Fonte de Santo António, de arquitetura civil, no século XVII (1692), foi promovida pelos Condes de Prado.

Esta fonte possui um espaldar simples, quadrado, flanqueado por pilastras, que contém no centro um nicho simples de arco de volta inteira, com uma grade de ferro e a imagem de Santo António, rematadas por uma cornija sobrepujada por um frontão, enquadrado por espirais onde se desenham o brasão dos Condes de Prado e o ano 1692, enquadrada por pináculos e encimada por uma cruz sobre esfera⁷⁴.

Em frente à fonte encontra-se um tanque retangular recebendo a água da carranca situada no espaldar abaixo do nicho. No lado esquerdo, em cima, encontra-se uma candeia de ferro e em baixo uma caixa de esmolas⁷⁵.

⁷³ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17300

⁷⁴ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1255

⁷⁵ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1255



Figura 23- Vista geral da Fonte de Santo António⁷⁶

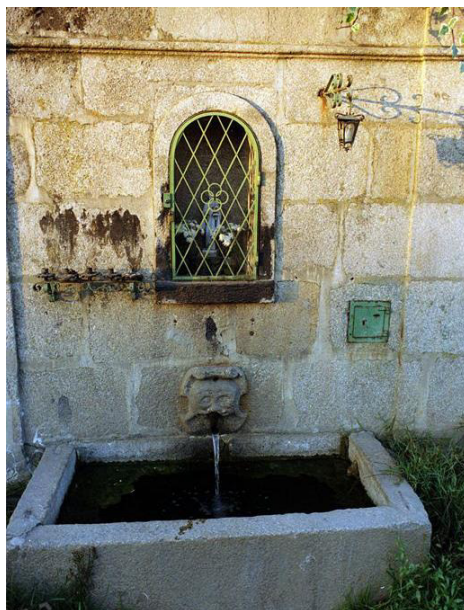


Figura 24 - Carranca e imagem de Santo António⁷⁷

7.1.7. Capela de Santiago de Francelos

A Capela de Santiago de Francelos, construída, conjeturalmente, no século XVII, reflete a arquitetura religiosa maneirista.

⁷⁶ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1255

⁷⁷ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1255

Esta capela rural, situada numa elevação periférica possui um adro murado, com um cruzeiro assente numa base quadrangular. Devido à sua localização, o acesso à capela é feito por um carreiro estreito e por escadaria em pedra com corrimão em ferro.

A capela possui planta longitudinal composta por alpendre e nave retangulares, capela-mor quadrangular em eixo e sacristia retangular adossada lateralmente.

A fachada principal possui portal de verga reta e sineira, em arco de volta inteira, sobrepujada por cruz latina. O alçado lateral direito possui portas para a nave e a sacristia, o esquerdo possui uma janela retangular que ilumina a capela-mor.

No interior possui um arco triunfal de arco pleno sobre pilastras com capitel a ultrapassar o fecho do arco, enquadrado por dois altares simples. A capela-mor possui à direita a porta de acesso à sacristia e à esquerda janela e nicho com crucifixo em granito. No altar-mor, de talha, encontra-se a imagem do padroeiro e na sacristia encontra-se uma cómoda simples, pavimento em tijoleira e teto em cimento pintado⁷⁸.



Figura 25- Capela de São Tiago de Francelos⁷⁹

7.1.8. Ponte do Couto

A atual Ponte do Couto, de arquitetura civil, foi construída na época moderna, sobre uma pré-existência medieval de tabuleiro horizontal sobre arco quebrado. Na época Moderna foi alvo de reconstruções, datando da segunda metade do século XX o asfaltamento do pavimento e colocação de guardas metálicas⁸⁰.

⁷⁸ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1723

⁷⁹ Foto da autora.

⁸⁰ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=348

Esta ponte situar-se-á num eixo viário arcaico, cuja importância pode ser avaliada pelas marcas que deixou na toponímia das freguesias vizinhas, nomeadamente Carreiras (São Miguel e São Tiago)⁸¹.

Possui um tabuleiro horizontal sobre arco quebrado, aduelas largas e pouco compridas e o aparelho é de alvenaria de granito quase na sua totalidade, excetuando o arco, de silhares bem aparelhados⁸².

Esta ponte rural está isolada e passa despercebida, sendo a sua presença notada, apenas, devido ao gradeamento. Atravessa o Ribeiro do Rojão numa extensa veiga que contempla campos agrícolas e vegetação que cresce ao longo das margens⁸³.



Figura 26 - Ponte do Couto⁸⁴

7.1.9. Casa da Câmara

O edifício da antiga Casa da Câmara, edificado, conjeturalmente, no século XVIII, de arquitetura civil barroca, possui uma planta simples de forma retangular e de dois pisos longos. É constituído por massa simples e coberto com telhado de 2 águas⁸⁵.

Ambos os pisos possuíam fachada principal, sendo o piso inferior zona de serviço com duas janelas simples. O acesso à entrada principal era feito através de uma escadaria de um lanço. O piso superior possuía três janelas, com sacadas protegidas por grades de ferro forjado.

⁸¹ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=348

⁸² Disponível em: <http://www.cm-vilaverde.pt/web/cultura/edificado>

⁸³ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=348

⁸⁴ Disponível em: <http://www.moure.pt/online/index.php/galeria/locais-interesse/100-ponte-do-couto>

⁸⁵ Disponível em: <http://www.cm-vilaverde.pt/web/cultura/edificado>

Na fachada lateral esquerda encontrava-se uma janela quadrada com apoios de pedra. Uma depressão na parede forma um segundo corpo que se estende até à fachada das traseiras. Esta é totalmente constituída, ao nível do andar, por um longo alpendre em madeira, fechado lateralmente. No piso inferior existiam portas de recorte bastante simples, semelhantes aos outros alçados. Na fachada lateral direita existiam duas janelas de sacada, das quais ainda se podem ver os apoios de pedra do pavimento das varandas, sendo bastante saliente o beiral de uma delas⁸⁶.



Figura 27 – Frente histórica da antiga Casa da Câmara⁸⁷

7.1.10. Torre de Penegate

Em Carreiras S. Miguel sobressai a Torre de Penegate, datada do século XIV, com arquitetura militar, constituindo um exemplo das típicas casas-torre medievais. Embora não seja consensual, há autores que apoiam a teoria de que existiu uma torre anterior a esta, provavelmente românica ou protorromânica, nomeadamente Abreu (1963:42).

A torre existente foi construída por Mem Rodrigues Vasconcelos, após a obtenção de licença régia de D. Dinis, a 5 de outubro de 1322⁸⁸.

Trata-se de um edifício de planta quadrangular, ameado e com três pisos, cobertura em terraço plano, porta de entrada em arco quebrado e situada num nível superior ao do pavimento exterior, demonstrando que, anteriormente, o acesso era feito através de escada móvel⁸⁹.

⁸⁶ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1125

⁸⁷ Disponível em: <http://www.moure.pt/online/index.php/galeria>

⁸⁸ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71729/>

⁸⁹ Disponível em: <http://www.cm-vilaverde.pt>

É possível que tenha existido um alpendre na entrada, devido aos vestígios de duas mísulas a ladear o portal. Algumas das características militares presentes neste edifício são o reduzido fenestramento, o aparelho completamente isódomo, o recorte ameado do coroamento e o balcão matacões situado no lado ocidental do último piso. A sua posição de destaque tinha como principal objetivo proporcionar uma área defensiva que conseguisse proteger os proprietários.

No início do século XVIII, Miguel Valadares, proprietário da torre, manda construir a capela de Nossa Senhora da Penha para sua futura sepultura.

Em 1907, o edifício foi adquirido pela família dos atuais proprietários, que nas décadas seguintes realizaram obras de consolidação e restauro, destacando-se a colocação de ameias, em 1939, e a construção de um segundo edifício para residência.

A Torre de Penegate encontra-se classificada como Monumento de Interesse Público desde 2012⁹⁰.



Figura 28 - Torre de Penegate⁹¹

⁹⁰ Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71729/>

⁹¹ Disponível em: http://caminosantiago.usal.es/torres/wp-content/gallery/16brpo/mg_7233.jpg



Figura 29 - Interior do piso dois da Torre de Penegate⁹²



Figura 30-Torre e anexo habitacional⁹³

⁹² Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71729/>

⁹³ Foto da autora.

7.1.11. Ponte da Pedrinha (Goães)

Ponte de origem medieval que foi reedificada em 1624 por provisão régia, a cargo de Pero Soeiro, mestre de pedraria, pela quantia de "hum conto duseitos e cincoenta mil rs"⁹⁴. Situa-se na periferia de Goães, sobre o rio Neiva e integra um caminho carreteiro.

É constituída por um tabuleiro em cavalete assente em três arcos de volta perfeita em cantaria, com dimensões diferentes, possuindo maior extensão o central, com pegões cegos e quatro talha-mares triangulares, dois a montante e dois a jusante. Possui na margem direita, fora do leito do rio, um pequeno vão em arco pleno, para escoar a água nas cheias. O pavimento foi substituído, no entanto foram mantidas as duas fidas de guardas. No intradorso dos arcos encontram-se gravadas várias siglas dos canteiros que talharam os blocos⁹⁵.



Figura 31 - Visão geral da Ponte da Pedrinha⁹⁶

⁹⁴ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1905

⁹⁵ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1905

⁹⁶ Disponível em: <http://static.panoramio.com/photos/original/44471737.jpg>



Figura 32- Visão parcial do tabuleiro Ponte da Pedrinha, Goães⁹⁷

7.1.12. Igreja Paroquial de Rio Mau

A última freguesia de Vila Verde, Rio Mau, requer igualmente uma atenção especial, uma vez que dispõe de uma Igreja que se apresenta como ponto de interesse na passagem dos peregrinos.

Enquadrando-se no centro da freguesia e situada num adro murado, perto do cemitério a igreja paroquial de Rio Mau, possui uma arquitetura de cariz religioso, o barroco. Construída no século XVIII por Manuel Fernandes da Silva, foi alvo de intervenção no século XX para colocação do lambril de azulejo⁹⁸.

Edifício de planta longitudinal constituído por uma nave, capela-mor e sacristia retangulares e torre sineira quadrangular. Os volumes são articulados com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas. A fachada principal é constituída por pilastras nos cunhais e termina num frontão triangular rematado por pináculos laterais e cruz sobre acrotério ao centro. O portal de verga reta com pilastras suporta o frontão triangular coroado por um óculo circular que interrompe a cornija cujo tímpano abre no nicho. Este é enquadrado por pilastras e volutas e rematado por uma cornija saliente. Os alçados laterais são rasgados por janelões na capela-mor e na porta da nave. O acesso à torre sineira é feito pelo exterior e delimita-se por cunhais de cantaria de dois níveis, rematado por pináculos sobre cunhais e cobertura piramidal em cruz de ferro. O interior possui lambril de azulejos e à esquerda do subcoro encontra-se a pia batismal, enquanto à direita estão as escadas para o coro. Nas laterais da nave encontram-se dois púlpitos e quatro capelas, duas das quais

⁹⁷ Foto da autora.

⁹⁸ Disponível em: <http://www.monumentos.pt>

inscritas num arco pleno, com retábulos de talha dourada “estilo nacional”. No teto de madeira encontra-se pintada a imagem de São Pedro. A capela-mor possui janelas com sanefas de talha e retábulo em talha dourada com um crucifixo flanqueado por imagens de santos entre colunas torsas. No seu teto figura o Espírito Santo em medalhão central e no lado do Evangelho situa-se a porta de acesso à sacristia. A sua inspiração é a Igreja de São Victor, de Braga⁹⁹.



Figura 33- Igreja Paroquial de Rio Mau¹⁰⁰



Figura 34 - Interior da Igreja de Rio Mau¹⁰¹

⁹⁹ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1895

¹⁰⁰ Foto da autora.

¹⁰¹ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1895

7.2. Albergue de Goães

Do ponto de vista da valorização do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde o albergue de Goães assume como um elemento que importa valorizar.

Desde a sua abertura em abril de 2011 e até janeiro 2016 registou a passagem de cerca de 500 peregrinos de diversas nacionalidades pelo Albergue de S. Pedro de Goães, Vila Verde, de acordo com os registos existentes no Livro de Registo dos Peregrinos que se encontra no Albergue. Neste livro figuram ainda testemunhos de peregrinos, encontrando-se alguns exemplos no apêndice 2.



Figura 35- Logotipo do Albergue de Goães¹⁰²

Apesar de este não se encontrar no percurso, mas sim desviado cerca de 500 metros, isso não desmotiva os peregrinos na sua procura.

Portuguesa, romena, norueguesa, italiana, espanhola, austríaca, francesa, polaca, ucraniana, brasileira, checa, norte americana, canadiana, alemã, russa, inglesa, grega, neozelandesa e porto-riquenha são algumas das nacionalidades que viram em Vila Verde uma boa opção para chegar a Santiago.

Para todos os peregrinos que pernoitam no Albergue de Goães, excelentes condições e uma paisagem indescritível são características que encontrarão. Apesar de não se encontrar à face da estrada, é de fácil acesso e a estrutura física encontrasse em perfeito estado de conservação. Centro Interpretativo do Património de Vila Verde, este albergue consegue conciliar o melhor da realidade do Concelho, a paisagem, o conforto e a hospitalidade.

¹⁰² Foto da autora



Figura 36- Paisagem envolvente do Albergue¹⁰³

Comparativamente com o Albergue de Braga este é de menor dimensões. Contudo possui duas camaratas com beliches e colchões, sendo a capacidade total para 30 pessoas¹⁰⁴. Nas duas camaratas, para as noites mais frias, encontra-se uma salamandra para aquecer o espaço.



Figura 37 - Interior de uma camarata do Albergue¹⁰⁵

A alimentação faz-se numa cozinha ampla, que reúne as condições de higiene e segurança exigidas, na qual todos os utensílios estão à disposição de qualquer peregrino a qualquer hora.

¹⁰³ Foto da autora

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.cm-vilaverde.pt/>

¹⁰⁵ Foto da autora

Está equipada com frigorífico, máquina de lavar loiça, uma mesa e bancos corridos. Permite, na sua totalidade, a preparação de refeições para 30 pessoas¹⁰⁶.



Figura 38- Cozinha do Albergue de Goães¹⁰⁷

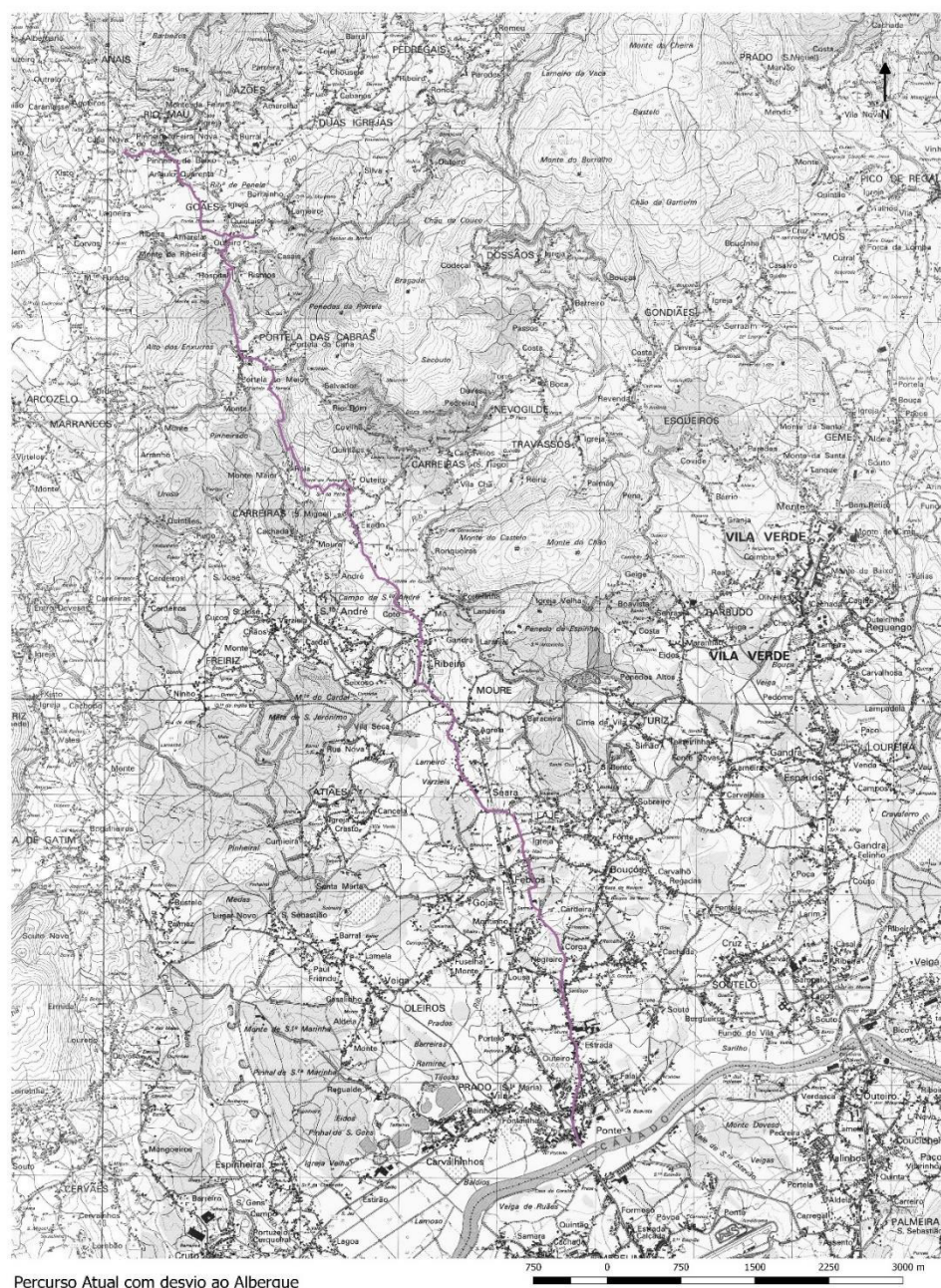
O albergue possui seis cassas de banho, cinco das quais estão equipadas com duche¹⁰⁸. Por exemplo, comparativamente ao albergue de Braga, observam-se melhores condições.

É um espaço de reflexão e descanso, em que por toda a parte são inúmeras as imagens relativas aos caminhos de Santiago, imagens essas que permitem aos peregrinos perceberem o tramo que era percorrido outrora.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.cm-vilaverde.pt/>

¹⁰⁷ Foto da autora

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.cm-vilaverde.pt/>



A elaboração da análise SWOT foi realizada com base numa avaliação detalhada do Caminho de Vila Verde, que teve em linha de conta o trabalho de campo, nomeadamente a realização do itinerário, as várias entrevistas e reuniões com diversas pessoas ligadas aos Caminhos, bem como a pesquisa bibliográfica e documental e o património da região.

Pretende-se, deste modo, obter um diagnóstico estratégico do Caminho de Santiago no concelho e procurar transformar as fraquezas em forças e as ameaças em oportunidades.

Fatores externos

Oportunidades

- Segurança que o país atravessa;
- Perspetiva de aumento do fluxo turístico no Porto e Norte de Portugal, nos próximos anos¹⁰⁹;
- Proximidade geográfica de Braga, Porto e Guimarães, dois polos importantes de atração turística do Norte de Portugal;
- Boas acessibilidades viárias a partir de Braga, Porto, Guimarães e Vigo;
- Proximidade dos aeroportos de Porto e Vigo;
- Riqueza de património cultural e paisagístico da região;
- Diversidade de tradições e gastronomia da região;
- O aumento da procura dos itinerários culturais;
- Proximidade com o itinerário dos Caminhos de Santiago de Braga, Barcelos e Ponte de Lima;
- Proposta de Classificação dos Caminhos Portugueses como património mundial da humanidade pela UNESCO;

Ameaças

- Património edificado, nomeadamente igrejas e capelas permanentemente ou parcialmente encerradas;
- Atual crise económica e social que o país atravessa;
- O clima, demasiado chuvoso ou demasiado quente, que pode condicionar a realização do percurso;

¹⁰⁹ De acordo com a forte aposta no turismo da Estratégia Regional de Especialização Inteligente para o Horizonte Norte 2020 (<https://www.portugal2020.pt>).

- Falta de estratégias e parcerias entre as diferentes entidades, na promoção turística da região, em geral e dos Caminhos de Santiago, em particular;
- A falta de oferta de produtos na área da animação cultural e turística do Concelho;
- Carência na promoção de informação turística;
- O enquadramento territorial de Vila Verde, que o torna ainda um destino de turismo periférico;
- O risco de massificação do Caminho Português de Santiago e a sua consequente perda de identidade;
- O risco de se tornarem banais as classificações do Caminho de Santiago;
- A concorrência de outros Caminhos de Santiago do norte de Portugal, nomeadamente por Barcelos, detentor de uma maior divulgação e consequentemente de um maior fluxo de peregrinos;
- Algum património em mau estado de conservação;

Fatores internos

Pontos Fracos

- O fraco reconhecimento do troço do Caminho de Santiago por Vila Verde;
- A frágil divulgação do itinerário vila-verdense (a maioria dos peregrinos que conhecem o itinerário são moradores do Concelho);
- Dificuldade de coordenação entre as diversas entidades competentes para dinamização deste tipo de itinerários
- A carência de infraestruturas de apoio, nomeadamente fontes e locais de repouso;
- A inexistência de sinalização em algumas áreas;
- A carência de pessoal qualificado (guias) para prestação de melhores serviços de informação;

Pontos Fortes

- A riqueza e diversidade do património edificado e natural, capaz de atrair visitantes para o Itinerário;
- Tradições, gastronomia e artesanato bastante rico, diversificado e enraizado na população local;
- A beleza e variedade paisagística do Concelho,

- A simpatia e hospitalidade da população local;
- Estratégias de atuação na divulgação destes itinerários culturais, nomeadamente parcerias com entidades como a Associação Espaços Jacobeus;
- Crescente consciencialização por parte da Câmara Municipal de Braga da importância de valorização do Caminho;
- Reconhecimento internacional e a aposta na valorização dos Caminhos de Santiago;
- O albergue de peregrinos de Goães;
- Diversos pontos de interesse turístico e cultural espalhados ao longo do tramo de Vila Verde;
- Adesão às peregrinações de uma faixa etária jovem;
- Feedback positivo acerca do tramo vila-verdense (peregrinos que o utilizaram, na maioria, gostou, recomenda e tem intenção de repetir).

7.4. Contributos para a dinamização e valorização do Caminho de Santiago no concelho de Vila Verde

O itinerário do Caminho de Santiago que atravessa o concelho de Vila Verde pode, efetivamente, ser melhor promovido, bem como melhorado, nomeadamente em termos de infraestruturas de apoio aos peregrinos.

Na realidade, ao fazer o percurso por Vila Verde o peregrino sentirá algumas dificuldades de orientação, devido sobretudo à falta de sinalética, verificando-se igualmente uma carência em termos de material informativo (mapas e folhetos) e de divulgação, nomeadamente em suporte digital, através das novas tecnologias de informação.

Como tal, parece-nos de acrescida importância trabalhar no sentido de estes peregrinos se sentirem amparados e acompanhados. Acima de tudo, que tenham a certeza que irão disfrutar de momentos únicos, tendo em conta nomeadamente o simbolismo dos espaços e dos elementos identificativos da iconografia de São Tiago, bem como a associação entre as existências materiais e a espiritualidade associada ao Caminho. Ainda que nem todos os peregrinos sejam católicos e que as motivações que sustentam a peregrinação possam ser alheias à componente religiosa, a compreensão do simbolismo e da espiritualidade é fundamental para a fruição do Caminho de forma integrada.

Deste modo, e tendo em linha de conta algumas das lacunas identificadas no percurso atual, procura-se elaborar algumas propostas de melhoria, que se podem implementar de modo a tornar mais apelativo este caminho.

7.4.1. Divulgação

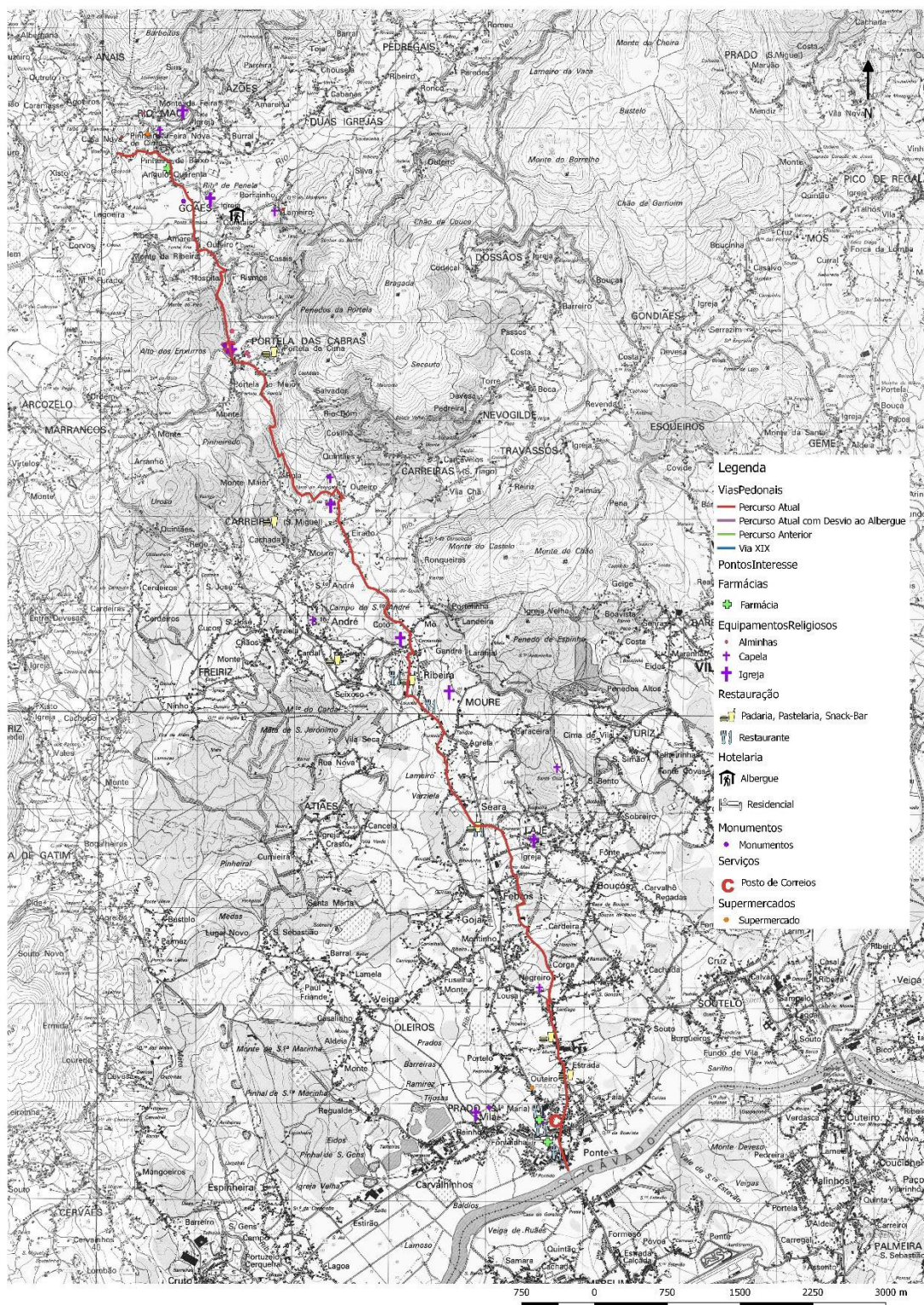
Atualmente, na generalidade, quem pretende efetuar um percurso pensa inicialmente em pesquisar sobre o mesmo, procurando documentar-se sobre o que poderá encontrar, quais as maiores dificuldades do caminho, os pontos de interesse, questões associadas à alimentação, saúde e dormida, etc... Fá-lo, na esmagadora maioria das vezes, através da Internet.

Nesse sentido, a primeira sugestão vai no sentido de uma aposta consistente em termos de divulgação, sobretudo através dos meios digitais, com um marketing apelativo. Paralelamente à criação de uma página web sobre o Caminho de Santiago em Vila Verde, deveriam contemplar-se também as redes sociais, como o facebook ou o Twitter, de modo difundir a um amplo público todas as informações relativas ao Caminho, relacionadas com a sua documentação histórica e o itinerário, mas também com o património da região, incluindo igualmente as atividades realizadas ou a realizar, que deveria manter-se atualizada e apelativa. De igual modo, a informação divulgada deveria contemplar a possibilidade de ser descarregada através do *download*, nomeadamente para aplicações móveis. Nesse sentido, as nossas sugestões vão igualmente no sentido da criação de uma aplicação que permita inserir as coordenadas geográficas do Caminho em Vila Verde, à semelhança do que se apresenta no apêndice 1.

Outra sugestão é a criação de um roteiro tendo em vista a valorização do património existente ao redor do Caminho, sensivelmente num raio de 2km, que se encontre em bom estado de conservação e que possa enriquecer a viagem do peregrino, tal como a referência a locais de interesse logístico, como restaurantes, farmácias e supermercados. A título de exemplo, apresenta-se um mapa abaixo (mapa 21), no qual incluímos a localização de cafés, restaurantes, supermercados, farmácias, a residencial, o albergue, correios, igrejas, capelas, alminhas, fontes, carrancas e edifícios históricos.

De igual modo, uma das formas de dinamização do património existente ao longo do Concelho passaria pela criação de mapas e folhetos distribuídos aos peregrinos, contemplando locais de visita. Esta ideia, já implementada no percurso barcelense, poderia ter como participantes na distribuição destes materiais os comerciantes de algumas freguesias por onde o itinerário passa

em Vila Verde, abordando não apenas os locais dessas mesmas freguesias, mas também das freguesias vizinhas.



Mapa 21 - Percurso Atual do Caminho de Santiago em Vila Verde, com pontos de interesse assinalados

Por fim, refira-se ainda a possibilidade da existência de um profissional que pudesse guiar algumas das peregrinações, nomeadamente na valorização de uma rota iconográfica, podendo desta forma os peregrinos receber informação fidedigna, na qual se inclui a informação relativa aos elementos iconográficos do Caminho, bem como aos espaços que albergam os mesmos, além da informação de outros locais de interesse, divulgando assim a região que compreende Braga, Vila Verde e Santiago.

7.4.2. Infraestruturas

No sentido de promover o itinerário no concelho de Vila Verde, era igualmente importante oferecer maiores e melhores condições, nomeadamente no que se refere à alimentação. Nesse sentido, a criação de um protocolo com restaurantes da região, localizados ao longo do percurso, instituindo o “Menu do Peregrino”, tal como já se pratica em outras regiões, nomeadamente em Braga, deveria igualmente ser implementado. Nestes casos, os restaurantes aderentes definem um preço para as opções de almoço e jantar, bem como o que inclui cada menu, passando assim a ser fixo o preço e respetiva refeição.

Estas refeições, de acordo com a época do ano, poderiam incluir a varridíssima gastronomia tradicional da região, nomeadamente o caldo de farinha milha, o caldo de nabijas ou caldo de castanhas, as pataniscas e os bolinhos de bacalhau, o arroz fresco de bacalhau, as papas de sarrabulho, os rojões, o sarrabulho ou o cabrito assado. Entre as sobremesas, os tradicionais sonhos, rabanadas, os formigos a aletria ou o pudim abade de priscos. Também a região é conhecida pelo vinho verde.

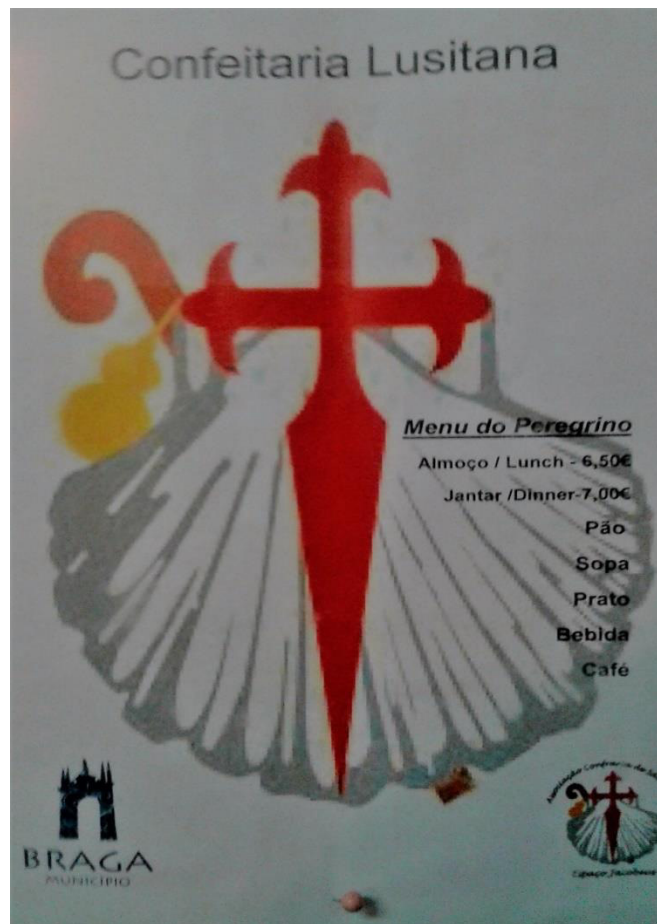


Figura 39- Exemplo de um Menu do Peregrino existente em Braga

Outra questão de apoio ao peregrino que merece particular atenção é a sinalética utilizada na marcação do percurso. No caso do itinerário de Vila verde, a sinalética utilizada, ou seja, as setas amarelas pintadas com tinta, pode ser considerada débil, devido à facilidade com que pode ser manipulada ou, por vezes, deslocada. Assim sugere-se que ao longo de todo o itinerário se coloque sinalética mais resistente, como é o exemplo da imagem abaixo, não deixando, contudo, de colocar as setas amarelas, símbolo identitário do Caminho de Santiago. Importa, igualmente, ressaltar que parte do itinerário já possui azulejos idênticos ao que se encontra nesta imagem, contudo existem partes do percurso onde isso não se verifica.

Importa igualmente providenciar a manutenção periódica do itinerário, de modo a acautelar o bom estado do caminho, viabilidade e limpeza. A este propósito sugere-se igualmente a colocação de caixotes de lixo espalhados ao longo do percurso, a uma distância fixa, de modo a que a limpeza do mesmo seja assegurada com maior facilidade.



Figura 40 – Azulejo com vieira a indicar o caminho para Santiago¹¹⁰

Sugere-se ainda a criação de locais para repouso dos peregrinos, uma vez que, de momento, apenas existe o Albergue de Goães, localizado quase no final deste itinerário, bem como a reabilitação e limpeza de fontes existentes ao longo do percurso, como exemplifica a imagem 41. Caso estas estejam muito distanciadas entre si sugerimos a criação de alguns pontos de apoio que forneçam água, como bebedouros.



Figura 41 - Exemplo de uma fonte do itinerário vilaverdense¹¹¹

¹¹⁰ Foto da autora

¹¹¹ Foto da autora.



Figura 42 - Exemplo de bebedouro público¹¹²

Outra sugestão prende-se com a criação de locais específicos para venda de *merchandising* alusivos a Santiago e ao Caminho, nomeadamente pulseiras, ímanes, esferográficas e t-shirts. Os locais para a venda destes artigos poderiam ser o Espaço do Cidadão, na Vila de Prado, o Albergue de Peregrinos, em Goães, ou o Minimercado, de Rio Mau.

Parece-nos pertinente também a criação de um local onde seja possível expor fotografias do Caminho e de um espaço dedicado a testemunhos de peregrinos.

¹¹² Disponível em: http://www.soinca.pt/ficheiros/fotos/518_1.jpg

Conclusão

No intuito de cumprir o nosso principal objetivo, a Valorização patrimonial do Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde (Braga), procedemos a um estágio, que nos permitiu o contacto com diversas fontes e nos despertou para a necessidade de aprofundar a problemática da valorização e classificação do património. Assim, debruçamo-nos sobre as diversas cartas, convenções e recomendações internacionais que abrangiam o património, nomeadamente o património cultural, bem como sobre a evolução da legislação nacional. De toda a documentação analisada, a carta de maior enquadramento na nossa busca foi a Carta Internacional para a Interpretação e Apresentação de Sítios de Património Cultural, conhecida por Carta Ename, onde se reconhece que, a par da proteção patrimonial, a sua interpretação e apresentação também deveriam integrar o processo de conservação e gestão do património cultural.

Focando a nossa atenção no Caminho de Santiago percebemos que as peregrinações a Santiago de Compostela, feitas a partir de caminhos portugueses, nomeadamente no tramo entre Braga e Ponte de Lima, escasseiam em fontes de informação. Contudo, o relato do padre Confalonieri, do século XV, que parte de Lisboa rumo a Compostela foi fulcral no traçado cartográfico dos caminhos portugueses no século XVI.

Com base nos dados recolhidos da bibliografia analisada foi-nos desvendada a possibilidade real de um caminho medieval de peregrinação que, vindo de Braga passaria efetivamente pelos domínios do atual Concelho de Vila Verde, que teria sido utilizado ao longo dos tempos, até ao declínio das peregrinações jacobitas.

Quanto à origem dos caminhos e da devoção jacobita, é factual que embora sejam inúmeras as lendas e associações a cultos anteriores, o alcance que Santiago atingiu se deveu sobretudo à fé, à procura interior e à curiosidade.

A contextualização histórica vila-verdense mostrou-nos a presença humana neste território, desde a Pré-História até à atualidade, praticamente de modo ininterrupta, bem como a presença de famílias importantes nomeadamente a partir da Idade Média.

Verificamos que, no caso português, os Caminhos não se encontram estritamente vinculados à Igreja, encontrando-se mais sob o cuidado de Associações de voluntários e antigos peregrinos que se esforçam para criar melhores condições à peregrinação. É diversificada a designação dos indivíduos que fazem o Caminho, nomeadamente peregrinos, turistas, curiosos, místicos, entre outros.

Este relatório, que contemplou a realização de diferentes tipos de análises, nomeadamente bibliográficas, inquéritos e SWOT, bem como trabalho de campo e algumas entrevistas informais, não logrou obter um resultado detalhado acerca do tramo do Caminho de Santiago no período medieval. Apenas foi possível levantar algumas hipóteses, fundamentadas no conhecimento acerca do trajeto deste itinerário no período romano, anterior à Idade Média, e da atualidade, no período posterior. Contudo, em relação à valorização patrimonial do atual itinerário vila-verdense foi possível elaborar algumas sugestões de fácil implementação a médio prazo e outras que, podendo ser mais demoradas, possam ser implementadas a longo prazo, nomeadamente com a contribuição de outros estudos.

Os vários estudos realizados sobre a procura turística em Braga/Vila Verde e Barcelos, incluindo o que foi realizado no âmbito deste relatório, apresentam um perfil de visitante que se enquadra no tipo de turismo cultural, justificando a elaboração deste plano de interpretação.

Recomenda-se, conseqüentemente, a sua implementação, pois esperamos contribuir para a dinamização cultural e conseqüentemente para o desenvolvimento do sector turístico em Vila Verde, e assim tornar o Concelho local de passagem de eleição, posicionando o seu centro histórico como uma âncora dos Caminhos de Santiago em Portugal. Sendo a interpretação a voz dos recursos, argumenta-se que este plano de interpretação poderá, eventualmente, contribuir para aumentar a qualidade das experiências turísticas dos seus visitantes, a conservação mais eficaz do seu património e um turismo mais sustentável, em Vila Verde.

Quanto aos contributos para a dinamização e valorização do Caminho sugerimos uma forte aposta na divulgação, aliada à riqueza patrimonial da região, bem como a criação de infraestruturas digitais que permitam maior divulgação de informação junto dos peregrinos, assim como um aproveitamento maior do albergue de Goães, através da realização de exposições temporárias sobre a temática, a possibilidade de criar protocolos com estabelecimentos locais de modo a que haja uma maior envolvência da comunidade afetada pelo Caminho, assim como a divulgação do património que se encontra nas imediações do Caminho e que permitem ao peregrino uma maior fruição da natureza e da história envolvente.

Na hora de terminar, temos consciência que muito ficou por dizer relativamente ao tema abordado, mas que as lacunas poderão ser colmatáveis com uma futura investigação, executada por nós ou por outrem.

Bibliografia

- Abreu, A. Alberto (1993) Caminhos de Santiago no Entre Douro e Minho, Rotary Club de Viana do Castelo.
- Abreu, Leonídio de (1963) História, Arte e Paisagens do Distrito de Braga. Concelho de Vila Verde, Braga.
- Almeida, Carlos A. Brochado de (1979) “A rede viária do Conventus Bracaraugustanus – via Bracara-Asturicam Quarta”, *Minia*, 1ª série, 2 (3), pp. 61-163.
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de (1968) Vias medievais. I. Entre-Douro-e-Minho. Tese de licenciatura, Faculdade de Letras do Porto.
- Alves, Sandra (2011) “A Antevisão do Peregrino na Iconografia de São Tiago no Caminho Português de Santiago entre Viseu e Chaves. Subsídios para a criação de uma rota turística”, Volume I, Tese de Mestrado em Turismo e Património, Universidade Católica Portuguesa
- Amorim, Maria João (2007) O Inventário Arqueológico dos Montes do Borrelho e Moinho Velho, Vila Verde. No âmbito do levantamento arqueológico do Concelho de Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde
- Amorim, Maria João (2008) O Inventário Arqueológico do Concelho de Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde
- Antunes, M. Telles (1991) “Povoado proto-histórico de S. Julião (Vila Verde) - Elementos arqueozoológicos” *in* *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 8-9, pp.237-239
- Azevedo, Correia de (1958) Monografia do Concelho de Vila Verde, Amares
- Bettencourt, A.M.S (2000) O povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro, *Cadernos de Arqueologia*. Monografias10, Braga
- Bettencourt, A.M.S (2009) “A Pré-História do Minho: do Neolítico à Idade do Bronze” *in* *Minho. Traços de Identidade*, Universidade do Minho, pp.70-118
- Capela, José Viriato (1997) A revolução do Minho de 1846. Os difíceis anos da implantação do liberalismo, Governo Civil de Braga
- Capela, José Viriato (2003) As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista, Braga
- Capela, José Viriato (2005) “150 Anos do Concelho de Vila Verde” *in* *Boletim Cultural de Vila Verde*, Nº1, Câmara Municipal de Vila Verde, pp. 73-74

- Carneiro, Alice (2004) O Património Reencontrado. Centro Histórico de Guimarães, Património da Humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania, Tese de Mestrado em Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Carvalho, Helena P. A. (2008a) O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*, vol.I, Tese Doutoramento, Instituto Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Carvalho, Helena P. A. (2008b) O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*, vol.II, Tese Doutoramento, Instituto Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
- Couto, Jorge; Macedo, Pedro; Queirós, José; Magalhães, Ricardo (1986) Concelho de Vila Verde. Estudos Sumários de Planeamento. Plano Diretor Municipal, Câmara Municipal de Vila Verde
- Dévy-Vareta, Nicole (2005) “Vila Verde: Recursos naturais e evolução das paisagens” in Boletim Cultural de Vila Verde, Nº1, Câmara Municipal de Vila Verde, pp. 185-202.
- Edital (2014) Itinerário do “Caminho Central Português de Santiago no Concelho de Barcelos”, Câmara Municipal de Barcelos.
- Gomes, Leandro (2012) Olhares sobre o Património- Uma Etnografia do Caminho de Santiago Português, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social e Cultural, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.
- Gonçalves, Francisco Joaquim Barbosa (2012) Plano de Interpretação dos Caminhos de Santiago no Centro Histórico de Barcelos, Dissertação de Mestrado em Turismo, Inovação e Desenvolvimento, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- Gonçalves, Iria (s.d.) Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III, CITCEM, Edições Afrontamento.
- Herrero, Nieves (1995) “Camiño de Santiago, metáfora da vida humana” in *Compostellanum* (vol. XL, nº. 3-4, Julio- Diciembre). Santiago de Compostela: Archidiócesis de Santiago de Compostela.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (1985). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas SA.
- Marques, André Evangelista (2012) Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Ensaio metodológico, Dissertação de Doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

- Marques, José (1992) “A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média” in / *Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*. Lisboa: Távola Redonda.
- Marques, José (1994) “O culto a S. Tiago no Norte de Portugal” in *Actas del II Encuentro sobre los Caminos Portugueses a Santiago*. Vigo: Asociación Amigos de los Pazos
- Marques, José (2005) “O Território de Vila Verde na Idade Média” in *Boletim Cultural de Vila Verde*, N°1, Câmara Municipal de Vila Verde, pp. 49-71
- Marques, Lénia; Vasconcelos Ferreira, Raquel (2012) “O Caminho Português de Santiago: Desafios de um itinerário cultural” in *Revista Turismo e Desenvolvimento*, n°17/18, Volume 4, pp.169-170
- Martins, Manuela (1984) A Citânia de S. Julião, Vila Verde. Primeiras Sondagens, Cadernos de Arqueologia, Série II, I.
- Martins, Manuela (1985) “A ocupação do Bronze Final da Citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caraterização e cronologia” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Volume XXV, Fasc. 2-4, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, pp.197-239
- Martins, Manuela (1989) O Castro do Barbudo, Vila Verde, Cadernos de Arqueologia, Monografias 3, Braga
- Martins, Manuela (1990) O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado, Cadernos de Arqueologia, Monografias 5, Braga.
- Martins, Manuela (2005) “Património arqueológico e primitiva ocupação do território do concelho de Vila Verde” in *Boletim Cultural de Vila Verde*, N°1, Câmara Municipal de Vila Verde, pp. 17-25
- Martins, Manuela; Silva, Armando Coelho (1984) “A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde) ” in *Cadernos de Arqueologia*, Série II, I, pp.29-47
- Mendes, Ana Catarina (2009) “*Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma etnografia do Caminho Português*”. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa.
- Moralejo, Abelardo (dir); Torres, Casimiro; Feo, Julio (2004) *Liber Sancti Iacobi. Codex Calixtinus*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia / Conselleria de Cultura, Comunicación Social e Turismo / Xerencia de Promoción do Camiño de Santiago.
- Moreno, Humberto Baquero (1986) “Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média” in *Revista da Faculdade de Letras. História*. II Série, Vol. III, Porto.

- Nadaís, Catarina (2010) “O Turismo e os Territórios da Espiritualidade. Os Caminhos de Santiago em Portugal”, Tese de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- Neto, Maria João Baptista (1999) A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no Património Arquitectónico em Portugal *in* “Caminhos do Património- Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais”, Livros Horizonte, Lisboa
- Neto, Maria João Baptista (2001) Memória, Propaganda e Poder- o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960), FAUP Publicações, Porto.
- Nevada, Serra (1993a) Apontamentos para a História de Vila Verde, N°1, Vila Verde
- Nevada, Serra (1993b) Apontamentos para a História de Vila Verde, N°5, Vila Verde
- Nevada, Serra (1993c) Apontamentos para a História de Vila Verde, N°6, Vila Verde
- Nevada, Serra (1993d) Apontamentos para a História de Vila Verde, N°7, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994a) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. I, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994b) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. II, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994c) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. III, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994d) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. IV, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994e) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. V, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994f) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. VI, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994g) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. VII, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994h) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. VIII, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994i) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. IX, Vila Verde
- Nevada, Serra (1994j) Vila Verde: Notas para a sua História- Novas Gerações, Vol. X, Vila Verde
- Nevada, Serra (1997) Fontes da História de Vila Verde, Vol. III, Vila Verde
- Nevada, Serra (1998) Vila Verde: Fontes para a sua História, Vol. V, Vila Verde
- Nevada, Serra (2000) Vila de Prado: 2000 Anos de História, Tomo II, Série Vila Verde: Fontes para a sua História, Vol. IX/A, Câmara Municipal de Vila Verde
- Nevada, Serra (2001a) Vila de Prado: 2000 Anos de História, Tomo III, Série Vila Verde: Fontes para a sua História, Vol. IX/B, Câmara Municipal de Vila Verde
- Nevada, Serra (2001b) Vila de Prado: 2000 Anos de História, Tomo IV, Série Vila Verde: Fontes para a sua História, Vol. IX/C, Câmara Municipal de Vila Verde
- Nevada, Serra (2002) Vilaverdenses Ilustres I – Conde do Casal, Série Vila Verde: Fontes para a sua História, Vol. XII, Vila Verde

- Nevada, Serra (2003a) As Terras de Vila Verde nas Inquirições de D. Afonso II- 1220, Tomo I- O Primitivo Concelho de Vila Chã, Série Vila Verde: Fontes para a sua História, Vol. XV, Vila Verde
- Nevada, Serra (2003b) Terra de Regalados- Pergaminhos Históricos. Documentos Medievais II, Série Vila Verde: Fontes para a sua História, Vol. XIV, Vila Verde
- Oliveira, Aurélio (2011) “Por feiras e romarias. Entre Douro e Minho a meados do século XVIII. Antigas terras do actual Concelho de Vila Verde” in *Boletim Cultural de Vila Verde*, N°7, Câmara Municipal de Vila Verde, pp.123-149”
- Paulo, João (2007) As ruas e freguesias de Vila Verde, 1ª edição, Câmara Municipal de Vila Verde.
- Pereira, António (2012) Análise diacrónica do tecido histórico de Barcelos: o sistema defensivo medieval, Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
- Pereira, Carmina (1992/93) Guia Turístico, Comercial e Industrial de Vila Verde, Vila Verde
- Pinto, Ricardo Santos (1999) Em Vila Verde..., Câmara Municipal de Vila Verde.
- Precedo Lafuente, Manuel Jesús (1999a) Santiago Apóstol. Vida. Peregrinaciones. Catedral compostelana. Santiago de Compostela: Coedición Follas Novas/Monte Casino.
- Precedo Lafuente, Manuel Jesús (1999b) Santiago El Mayor y Compostela. Un apóstol, una ciudad, unos caminos. Madrid: Aldeasa.
- Regalo, Henrique de Lemos (1987) Levantamento Arqueológico do Concelho de Vila Verde. Notícia Preliminar, Câmara Municipal de Vila Verde, Braga
- Rey Castela, Ofelia (2006) Los Mitos del Apóstol Santiago. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago / Nigratrea.
- Rocha, Manuel (2006) “Aspetos iconográficos do espaço sacro barroco em Terras de Vila Verde. A arquitetura religiosa pública e privada em meados do século XVIII” in *Boletim Cultural de Vila Verde*, N°2, Câmara Municipal de Vila Verde, pp. 129-152
- Rodríguez Iglesias, Francisco (dir.) (2004-2007), *La Gran Obra de Los Caminos de Santiago: Iter Stellarum*. Vol. I: “Peregrinación y caminos”. A Coruña: Hércules Ediciones.
- Saraiva, Clara; Salesse, Emmanuel; Durand, Jean-Yves (2004) Vila Verde: uma etnografia no presente, Câmara Municipal de Vila Verde
- Silva, José A. (2004) “Caminhos de Santiago: uma Europa peregrina”. N°39: 2.º Série Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, pp.331-357

- Silva, M.F.M; Marin Díaz, N. (1995) “Os miliários da IV via militar Bracara Augusta-Asturica Augusta na área da Bacia Superior do Rio Coura” *in* Cadernos de Arqueologia e Património, 4/6, pp.59-109
- Silva, Maria João Monteiro Torres da (2012) O Estado e o (seu) Património: Práticas administrativas de aquisição e afetação do património edificado, Lisboa
- Singul, Francisco (2004a) Os Caminhos de Santiago na Galiza. Caminho do Norte. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Singul, Francisco (2004b) Os Caminhos de Santiago na Galiza. Caminho Inglês. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Singul, Francisco (2004c) Os Caminhos de Santiago na Galiza. Caminho Português. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Singul, Francisco (2004d) Os Caminhos de Santiago na Galiza. Caminho do Sudeste – Via da Prata. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Singul, Francisco (2004e) Os Caminhos de Santiago na Galiza. Rota do Mar de Arousa e Rio Ulla. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Singul, Francisco (2004f) *Os Caminhos de Santiago na Galiza. Caminho de Fisterra-Muxía*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- Souza, Hélder (2005) “A criação administrativa do Concelho de Vila Verde: documentos para uma cronologia” *in* *Boletim Cultural de Vila Verde*, N°1, Câmara Municipal de Vila Verde, pp.75-100
- Tranoy, Alain (1995-96) 'La route, image et instrument de pouvoir impérial dans le nord-ouest ibérique', Cadernos de Arqueologia, N°. 12-13, série II, Braga: pp. 31-37.

Apêndices

Apêndice 1 - Coordenadas geográficas de pontos-chave do Caminho

Pontos	Local	Freguesia	Latitude	Longitude
P1	Ponte de Prado	Prado	41°35'47.50'' N	8°27'48.21'' W
P2	Rua Costa Faria	Prado	41°35'52.00'' N	8°27'50.28'' W
P3	Rua do Bom Sucesso	Prado	41°35'56.35'' N	8°27'52.21'' W
P4	Rua 2 Lugar do Faial	Prado	41°36'0.76'' N	8°27'51.49'' W
P5	Rua 3 Lugar da Estrada (Igreja Nova da Vila de Prado)	Prado	41°36'12.33'' N	8°27'49.03'' W
P6	Rua 1 Lugar da Estrada	Prado	41°36'22.43'' N	8°27'50.53'' W
P7	Rua 1 Lugar da Murta	Prado	41°36'28.70'' N	8°27'52.74'' W
P8	Rua 1 Lugar de Francelos	Prado	41°36'35.14'' N	8°27'55.13'' W
P9	Capela de São Tiago de Francelos	Prado	41°36'41.58'' N	8°27'56.82'' W
P10	Rua 3 Lugar de Francelos	Prado	41°36'43.95'' N	8°27'57.48'' W
P11	Rua 3 Lugar de Francelos	Prado	41°36'42.89'' N	8°27'55.50'' W
P12	Rua 4 Lugar da Corga (proximidades)	Prado	41°36'47.48'' N	8°27'56.18'' W
P13	Rua 6 Lugar da Corga (proximidades)	Prado	41°36'59.06'' N	8°27'58.85'' W
P14	Rua 13 Lugar do Montinho	Lage	41°37'5.86'' N	8°2'6.54'' W
P15	Rua Prof. Abel Madeira	Lage	41°37'7.83'' N	8°28'6.21'' W
P16	Rua Lugar da Sarrela	Lage	41°37'15.01'' N	8°28'11.02'' W
P17	Travessa da Lapa	Lage	41°37'15.81'' N	8°28'7.49'' W
P18	Travessa da Lapa	Lage	41°37'21.64'' N	8°28'10.52'' W
P19	Rua du Imigent	Lage	41°37'25.78'' N	8°28'12.58'' W
P20	Avenida da Igreja	Lage	41°37'33.44'' N	8°28'14.55'' W
P21	Lugar da Seara	Lage	41°37'41.67'' N	8°28'26.36'' W
P22	Rua da Aguela	Lage	41°37'53.36'' N	8°28'40.32'' W
P23	Lugar da Aguela	Moure	41°38'1.75'' N	8°28'42.11'' W
P24	Lugar da Aguela	Moure	41°38'12.50'' N	8°28'43.21'' W
P25	Eucalipto de Moure	Moure	41°38'22.76'' N	8°28'54.75'' W
P26	Avenida Padre Mário	Moure	41°38'24.76'' N	8°28'59.93'' W
P27	Lugar da Gandra	Moure	41°38'39.02'' N	8°28'56.87'' W
P28	Lugar de Mó	Moure	41°38'45.24'' N	8°28'58.43'' W
P29	Lugar do Couto	Moure	41°38'53.06'' N	8°28'29.70'' W
P30	Igreja de Carreiras S. Miguel	Carreiras S. Miguel	41°39'22.34'' N	8°29'30.06'' W
P31	Cruzeiro de Nossa Senhora da Pena	Carreiras S. Miguel	41°39'30.03'' N	8°29'29.77'' W
P32	Torre de Penegate.	Carreiras S. Miguel	41°39'31.22'' N	8°29'29.51'' W
P33	Lugar do Outeiro	Carreiras S. Miguel	41°39'33.70'' N	8°29'31.30'' W
P34	Lugar do Outeiro	Carreiras S. Miguel	41°39'30.12'' N	8°29'41.26'' W

P35	Lugar da Rola	Carreiras S. Miguel	41°39'41.68" N	8°29'53.89" W
P36	Lugar da Rola	Carreiras S. Miguel	41°39'44.65" N	8°29'55.27" W
P37	Lugar da Portela do Meio (proximidades)	Portela das Cabras	41°40'12.14" N	8°30'5.41" W
P38	Lugar da Portela de Cima (proximidades)	Portela das Cabras	41°40'21.72" N	8°30'18.94" W
P39	Lugar de Rismos	Goães	41°40'38.32" N	8°30'24.80" W
P40	Lugar de Rismos	Goães	41°40'46.08" N	8°30'20.72" W
P41	Ponte da Pedrinha (Proximidades)	Goães	41°40'58.59" N	8°30'34.34" W
P42	Albergue de Peregrinos de Goães ¹¹³	Goães	41°40'57.82" N	8°30'11.13" W
P43	Ângulo Quarenta	Rio Mau	41°41'15.39" N	8°30'43.78" W
P44	Lugar de Pinheiro de Cima	Rio Mau	41°41'25.48" N	8°30'51.81" W
P45	Lugar de Pinheiro de Cima	Rio Mau	41°40'25.11" N	8°31'8.38" W

Tabela 1- Coordenadas geográficas de pontos-chave do Caminho de Santiago no Concelho de Vila Verde

Apêndice 2 – Testemunhos de Peregrinos presentes no Livro de Registo do Albergue de S. Pedro de Goães

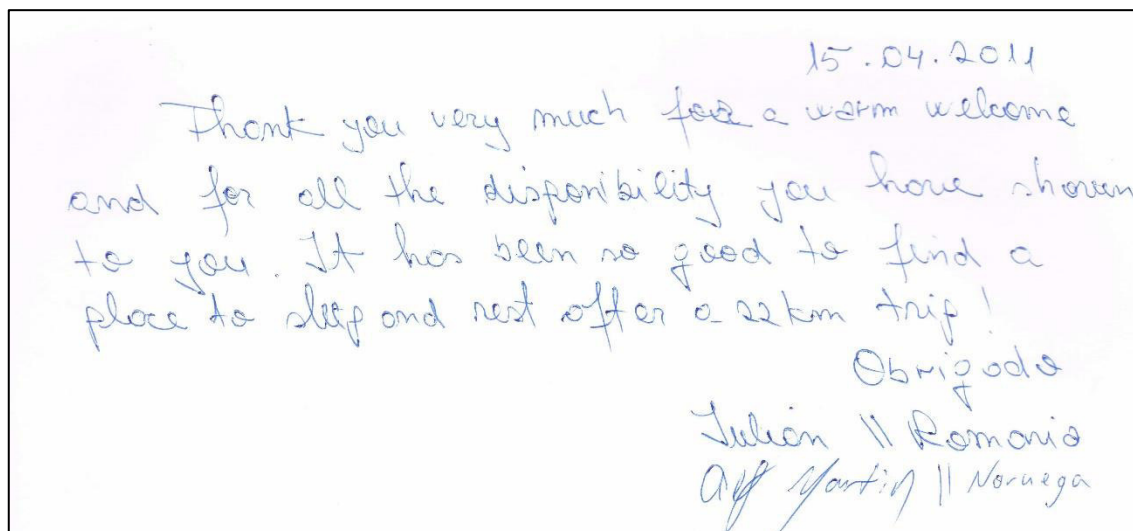


Figura 43 - Testemunho de um peregrino norueguês

¹¹³ Ponto facultativo, visto que se encontra desviado do percurso e nem todos os peregrinos sentem necessidade de recorrer ao Albergue.

Merci beaucoup de votre aide. Félicitations
pour votre accueil.
Emilia

Figura 44- Testemunho de uma peregrina francesa

Thank you very much for your welcome !
Спасибо огромное Вам за гостеприимство !
11.05.13, Olena,
Ukraine

Figura 45- Testemunho de uma peregrina ucraniana

29/3/2014
Um bem-vinda pela vossa hospitalidade e pelo bem que
fizeram, dando o merecido descanso a quem vinha farto de pedrinhas
e sol, por tudo isto espero que continuem para que outros possam
beneficiar desta boa pitada. Um muito obrigado e até sempre
Dona Rosa

29-3-2014 -
Um Muito obrigada pela hospitalidade e bem-vinda
o povo desta terra. Beijinhos. Carmelinda

29-03-2014
um grande obrigado pelo vosso acolhimento
bem haja. um abraço, Jo Oliveira

Figura 46 -Testemunho de peregrinos portugueses

26.04.2015

A Associação Espaço Jacobeus agradece o acolhimento deste Albergue.

"Não fasses pelo Caminho deixa antes que o Caminho passe por ti..."

Lado a lado ao Caminho.

Quim Blandino

Figura 47 -Testemunho da Associação Espaço Jacobeus

DATA ENT.	NOME	B.I. Nº	CONTACTO	LOCALIZAÇÃO
11/05/14	Giuliano Pescardini			GAZZATE
11/06/14	MARTINA BONORI			SAN MARTINO
11/08/14	LINDA PARMEGIANI			J. MARTINO
11/8/14	CLORIA FRANCESCHINI			CARTE
11/8/14	GIOVANNI MATTERA	AR 8718653		SAN MARTINO
11/13/14	FILIPPO MARCHESINI	AR 8686431		
11/8/14	Berselli Alessandro	AR 8686283		SAN MARTINO
11/08/14	MATTEO TOLORELLI	AR 3295649		
	FRANCESCHINI W	AR 3254327		COINTESSA
11/8/14	AULE VALLI	AR 3300880		QUATTRO CA
11/8/14	FABIO COSTA	AR 8686276		SAN MARTINO
11/8/14	GABRIELE BEDONI			SAN MARTINO
11/8/14	MIRIAM RHARBAOVI	AR 8686115	miriamlugh @virginio.it	SAN MARTINO
11/8/14	MADDALENA BELLELLI	AR 8730244		CORREGGI
11/8/14	BOLOGNESI CHIARA			S. MARCO
13/8/14	BOULAT Philippe			FRAN
20/08/14	FEDERICO MILANESE	AS 363215		ITALY -
20/08/14	EUGENIO CALO	AU 0122313	EUGENIO CALO @GMAIL.COM	ITALY - LEO
20/8/14	MATIA DE PLASI	AR 0706110		ITALY - LEO
24/8/14	PATRICK GAROTTE	130475200967		FRANCE
26/8/14	Carlos Rios	03477209		AVEC
30/8/14	Associação Paraguará de São Paulo	10847260	paraguara 166@uol.com.br	São Paulo
30/08/14	MARIA PAULA P.T.M. BRITO	4650265	m. paula brito@uol.com.br	CORUCCI
30/08/14	Agostinho Antonio dos Anjos Bastos	5541151		
30.8.2014	Helder Manuel Torcato Soares	10822+24328	COM 965380222	Vila Nova
30.8.2014	Adelina Maria de Jesus Coelho Santos	5070019		PERNAMBUCO
30.8.2014	Monia Adelaide R. Cravo de Almeida Inácio	61241539782		BRAGA
31/08/2014	Deolinda de Cássia Figueiredo de Sá	10845822	919001801	FRANCIA
31/08/2014	Renato José Ferreira Antunes	6588065		FRANCIA
31/08/2014	DENIS HANLEY Caroline	12AF873553		FRANCIA
31/08/2014	FLOT Valentin	070559200527		FRANCIA
02/09/2014	Ricardo Lopes	11625253		FRANCIA

Figura 48- Exemplo das páginas do livro de registo de peregrinos do Albergue

Apêndice 3 – Questionário

Os Caminhos de Santiago no Concelho de Vila Verde

- 1) Idade: _____
- 2) Género: ☐ Masculino ☐ Feminino
- 3) Estado Civil: _____
- 4) Habilitações Literárias:
- ☐ 1º Ciclo ☐ Licenciatura
- ☐ 2º Ciclo ☐ Mestrado
- ☐ 3º Ciclo ☐ Doutoramento
- ☐ Ensino Secundário
- 5) Profissão: _____
- 6) Residência:
- ☐ Portugal ☐ Estrangeiro
- 7) Qual a sua motivação para fazer o Caminho de Santiago?
- ☐ Religião ☐ Lazer
- ☐ Desporto ☐ Outros
- ☐ Curiosidade
- 8) Viaja:
- ☐ Só ☐ Em grupo
- 9) Meio de deslocação:
- ☐ A pé ☐ Bicicleta
- 10) É a primeira vez que faz o Caminho de Santiago?
- ☐ Sim ☐ Não
- 11) Conhece o Caminho de Santiago que atravessa Vila Verde?
- ☐ Sim ☐ Não
- 11.1) Como?
- ☐ Residente do Concelho
- ☐ Através de amigos
- ☐ Internet
- ☐ Informação em brochuras
- 11.2) Gostou do percurso?
- ☐ Sim ☐ Não
- 11.3) Recomenda-o?
- ☐ Sim ☐ Não
- 11.4) Pretende repetir?
- ☐ Sim ☐ Não

Muito Obrigada!

